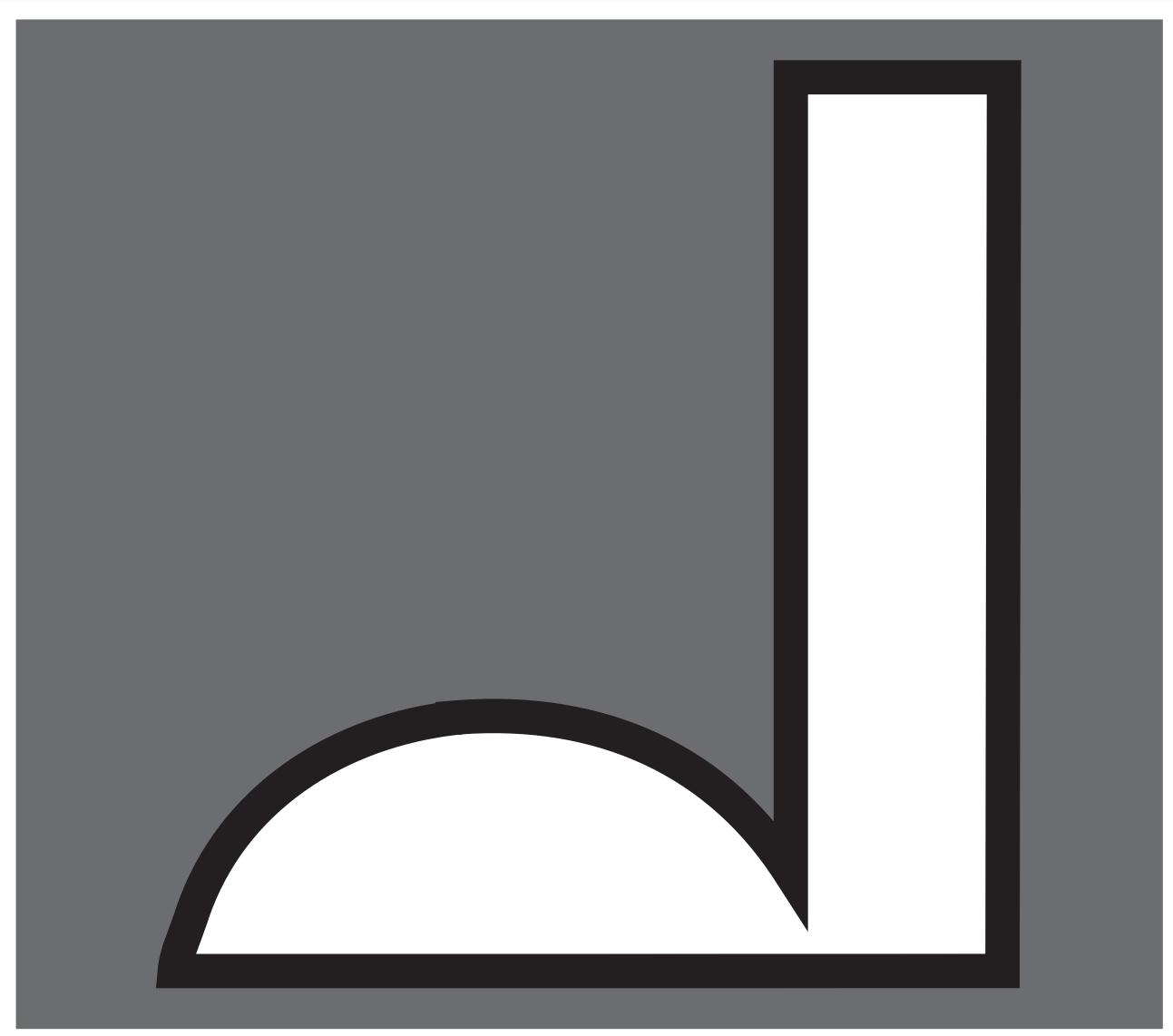




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

**ANO LX - N° 154 - TERÇA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL		
<b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB – AL <b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – PT – AC <b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB – MT <b>1º Secretário</b> Efraim Morais – PFL – PB <b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB – MA	<b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL – DF <b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO <b>Suplentes de Secretário</b> 1º Serlys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
<b>LIDERANÇAS</b>		
<b>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</b>  <b>LÍDER</b> Ney Suassuna  <b>Vice-Líderes</b> Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes  <b>LÍDER DO PMDB – 23</b> Ney Suassuna  <b>VICE-LÍDERES DO PMDB</b> Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp	 <b>LÍDER Arns – PT</b> Fátima Cleide – PT  <b>LÍDER DO PTB – 3</b> Mozarildo Cavalcanti  <b>VICE-LÍDER DO PTB</b> Sérgio Zambiasi  <b>LÍDER DO PDT – 4</b> Osmar Dias  <b>VICE-LÍDERES DO PDT</b> (vago) <b>LÍDER DO PP – 1</b> Valmir Amaral  <b>LÍDER DO PL – 3</b> Marcelo Crivella  <b>VICE-LÍDER DO PL</b> Aelton Freitas  <b>LÍDER DO PSB – 3</b> João Capiberibe  <b>VICE-LÍDER DO PSB</b> (Vago)  <b>LÍDER DO P-SOL</b> Heloisa Helena  <b>VICE-LÍDER DO P-SOL</b> Geraldo Mesquita Júnior  <b>LÍDER DO GOVERNO</b> Aloizio Mercadante – PT	 <b>VICE-LÍDERES DO GOVERNO</b> Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido  <b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27</b>  <b>LÍDER</b> José Jorge – PFL  <b>VICE-LÍDERES</b> Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL  <b>LÍDER DO PFL – 15</b> José Agripino  <b>VICE- LÍDERES DO PFL</b> Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro  <b>LÍDER DO PSDB – 12</b> Arthur Virgílio  <b>VICE- LÍDERES DO PSDB</b> Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19</b>  <b>LÍDER</b> Delcídio Amaral – PT  <b>VICE-LÍDERES</b> Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB  <b>LÍDER DO PT – 13</b> Delcídio Amaral – PT  <b>VICE-LÍDERES DO PT</b> Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT		
EXPEDIENTE		
<b>Agaciol da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	 <b>Raimundo Carreiro Silva</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Ronald Cavalcante Gonçalves</b> Diretor da Subsecretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

# SENADO FEDERAL

## ATA DA 3<sup>a</sup> REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR “POR UM BRASIL SEM ARMAS”, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CINCO

Às nove horas do dia vinte e dois do mês de setembro de dois mil e cinco, quinta-feira, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, do Senado Federal, sito no Palácio do Congresso Nacional, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, Distrito Federal, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, Presidente da Frente Parlamentar “Por um Brasil Sem Armas”, reuniram-se em assembléia-geral, secretariada pelo Deputado Raul Jungmann, Secretário-Geral da Frente, as Senhoras e Senhores Senadores e Senhoras e Senhores Deputados Federais integrantes da Frente (Ata de Fundação – **DOU** Seção I, de 22 de julho de 2005, página 2), convocados nos termos do art. 9º, para, nos termos do inciso III do art. 8º do Estatuto, promover à sua alteração com vistas à adequação à Resolução 22.041 – Instrução nº 98 do Tribunal Superior Eleitoral (Diário da Justiça de 11 de agosto de 2005, Seção I, página 25) e para eleger o novo Secretário Financeiro. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente Renan Calheiros, passando ao item 1, que é promover a alteração no § 1º, art. 19 do Estatuto da Frente para adequá-lo ao art. 18 da Instrução do Tribunal Superior Eleitoral supracitada, propôs que o dispositivo passe a ter a seguinte redação: “art. 19, § 1º. O Presidente e o Secretário Financeiro da Frente são os responsáveis pela veracidade das informações relativas à administração financeira da campanha para o Referendo e ambos devem assinar os cheques para pagamentos de despesas da Frente e a respectiva prestação de contas e encaminhá-la ao Tribunal Superior Eleitoral”. Colocada em discussão, a proposta de alteração foi aprovada por unanimidade. Passando-se ao item 2, o Senhor Presidente Renan Calheiros comunicou que, tendo em vista que o Secretário Financeiro, Deputado Federal Jorge Gomes, comunicou sua saída em face do acúmulo de compromissos, e propôs à Assembléia-Geral a eleição do nome do Deputado Federal Raul Jungmann para acumular a função de Secretário Financeiro com a de Secretário-Geral da Frente. Colocada a proposta em votação, o Deputado Raul Jungmann foi eleito por unanimidade para exercer também a Secretaria Financeira. O Presidente Renan Calheiros usou da palavra para agradecer a presença de todos, parabenizando o eleito e desejando-lhe sorte no exercício, já agora, dessas duas importantes funções. Decidiu-se que o Presidente da Frente encaminhará esta Ata à Mesa do Congresso Nacional, para efeito de registro e publicação e posterior comunicação ao Tribunal Superior Eleitoral. Às nove horas e trinta minutos, foi suspensa a reunião, ao tempo em que eu, Deputado Federal **Raul Jungmann**, Secretário-Geral da Frente Parlamentar “Por um Brasil Sem Armas”, lavrei a presente Ata. Reabertos os trabalhos, a mesma foi lida e achada conforme, sendo aprovada por todos os presentes e assinada pelo Presidente, sendo a reunião encerrada às nove horas e trinta e cinco minutos.

Senado Federal, 22 de setembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Frente Parlamentar “Por um Brasil Sem Armas.”

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 166<sup>a</sup> SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE SETEMBRO DE 2005

#### 1.1 – ABERTURA 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.....

33007

#### 1.2.2 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, na última sexta-feira, sem oferecimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2005 (nº 392/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Alfeo Almeida Velozo” o trecho da rodovia BR-376 entre o entroncamento com a rodovia BR-163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.....

33010

#### 1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR PAPALÉO PAES – Justificação a projetos de lei que apresenta, tratando de preservação da natureza.....

33010

SENADOR MÃO SANTA – Reflexões sobre a democracia no Brasil atual e críticas ao Presidente Lula.....

33013

#### 1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 1.058, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Roberto Saturnino, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Apolônio de Carvalho, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Usa da palavra a Senadora Ideli Salvatti, havendo a Presidência, em nome da Mesa, associado-se às homenagens prestadas.....

33015

#### 1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA IDELI SALVATTI – Considerações sobre as investigações que levam à origem do dinheiro que abasteceu o chamado “valerioduto”.

33015

SENADOR ALVARO DIAS – Citando Afonso Arinos de Melo Franco, apresenta críticas às

declarações do Presidente Lula sobre a crise política no país.....

33029

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – A crise que abala a economia brasileira. A necessidade de que o Governo apresse a votação de matérias visando o saneamento da economia.....

33031

SENADOR VALDIR RAUPP – A importância do bloco econômico que ligará o Brasil ao Oceano Pacífico pelo Corredor Viário Interoceânico.....

33033

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Debate sobre a problemática do desmatamento do Estado do Mato Grosso. Apoio à caminhada dos prefeitos, amanhã, em Brasília. Consolidação, nos municípios de Sinop e Rondonópolis, de Campus da Universidade Federal de Mato Grosso.....

33036

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Questionamentos sobre pronunciamento proferido em sessão anterior pela Senadora Ideli Salvatti. Considerações sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a capital do Estado da Bahia.

33039

SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Registro de visita de S. Ex<sup>a</sup> a reuniões públicas no Estado da Paraíba destinadas ao INSS.

33041

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Participação de S. Ex<sup>a</sup>, em eventos em São Paulo para debate sobre os reflexos econômicos da atual crise política motivada pelas denúncias de corrupção. Ratificação da necessidade do aprofundamento na investigação das denúncias de irregularidades ocorridas no atual Governo.....

33042

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Protesto pela cassação do mandato do Senador João Capiberibe por determinação do Tribunal Superior Eleitoral.....

33047

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Comentários sobre a questão da desigualdade social no Brasil, a partir de trechos de entrevista do colombiano Guilhermo Perry, economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina. Solidariedade ao Senador João Capiberibe pela decisão da Justiça na cassação de seu mandato parlamentar.....

33050

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Solicitação à Mesa de ampla defesa no processo de cassação do Senador João Capiberibe pelo Tribunal Superior Eleitoral. Protesto pela redução da segunda parcela do Fundo de Participação dos Municípios.....	33052	nardo ao jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 18 de setembro do corrente. ....	33066
SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Protesto pela decisão do Tribunal Superior Tribunal sobre a cassação do Senador João Capiberibe. Constenção pela deterioração das rodovias brasileiras..	33055	SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada “ <i>Jovens lideram taxa de desemprego</i> ”, publicada no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 20 de setembro do corrente. ....	33067
SENADOR ROBERTO SATURNINO – Homenagem de pesar pelo falecimento de Apolônio de Carvalho. ..	33055	SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro do artigo intitulado “ <i>São todos responsáveis</i> ”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <b>330 Estado de S. Paulo</b> , edição de 20 de setembro do corrente.....	33068
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Voto de pesar pelo assassinato do ex-prefeito de Domingos Mourão – PI, Aluiz Viana.	33056	SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “ <i>Mudanças só no papel</i> ”, de autoria do jornalista Rudolfo Lago, publicada no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 18 de setembro do corrente.....	33069
SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Posicionamento contrário à redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios.....	33057	SENADOR REGINALDO DUARTE – Registro do artigo intitulado “ <i>Que se abra o mistério da esfinge</i> ”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 18 de setembro do corrente.....	33071
SENADOR RAMEZ TEBET – Protesto pela redução pela União, sem aviso prévio, dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.....	33058	SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “ <i>Em dívida com a reforma agrária</i> ”, publicada no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 18 de setembro do corrente.....	33072
<b>1.2.6 – Leitura de requerimento</b>		SENADOR LUIZ OTÁVIO – Importância da diversificação nas atividades de exploração de minérios, especialmente o níquel, pela Companhia Vale do Rio Doce, sediada no Estado do Pará.....	33073
Nº 1.059, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, solicitando seja constituída uma Comissão Especial para definir procedimentos relativos à perda de mandato de Senadores da República. ..	33059	<b>1.2.7 – Comunicação da Presidência</b>	
Designação do Senador César Borges como Relator Revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2005 (Medida Provisória nº 253, de 2005), e do Senador Wellington Salgado como Relator Revisor da Medida Provisória nº 254, de 2005.....	33060	Lembrando as Sr <sup>as</sup> e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 27, às 14 horas, com <b>Ordem do Dia</b> anteriormente designada.....	33074
<b>1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação</b>		<b>1.3 – ENCERRAMENTO</b>	
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “ <i>Contradições</i> ”, de autoria do ex-Ministro Jarbas Passarinho, publicado no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 30 de agosto do corrente. Registro de matéria intitulada “ <i>As piores desculpas do mensalão</i> ”, publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 14 de agosto do corrente. Comentário sobre matéria intitulada “ <i>Lula não vota na eleição do PT e marca distanciamento do partido</i> ”, publicada pelo jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 19 de setembro do corrente.....	33060	<b>2 – PARECER</b>	
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentário sobre matéria intitulada “ <i>Publicitário paga R\$4 mil de IR e se livra de processo</i> ”, publicada no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 15 de setembro do corrente.....	33065	Nº 16, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 29, de 2005-CN (nº 501/2005, na origem), que altera o programa Gestão Pública para um Brasil de Todos, constante do Plano Pluriannual para o período 2004-2007. ....	33078
SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da entrevista concedida pelo ex-prefeito de São Ber-		<b>3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 26-9-2005</b>	
		<b>4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL</b>	
		Nºs 3.608 a 3.625, de 2005.....	33080
		<b>SENADO FEDERAL</b>	
		<b>5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b>	
		<b>– 52ª LEGISLATURA</b>	
		<b>6 – SECRETARIA DE COMISSÕES</b>	
		<b>7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b>	
		<b>8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>	

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

---

# Ata da 166<sup>a</sup> Sessão Não Deliberativa, em 26 de setembro de 2005

## 3<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 52<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Antonio Carlos Valadares e Mão Santa*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

**Acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º É acrescentado ao art. 159 da Constituição Federal o seguinte inciso IV:

“Art. 159. ....

.....  
IV – dez por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dez por cento ao Fundo de Participação dos Municípios calculados sobre o produto da arrecadação das seguintes receitas:

**a)** da contribuição social sobre a receita ou o faturamento a que se refere o art. 195, I, **b**;

**b)** da contribuição social sobre o lucro a que alude o art. 195, I, **c**;

**c)** da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, nos termos dos arts. 74, 84 e 90;

**d)** de toda e qualquer contribuição social ou de intervenção no domínio econômico criada a partir do ano de 2005.

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente.

### Justificação

O sistema constitucional tributário brasileiro é absolutamente rígido, pois discrimina de modo taxativo as competências impositivas de cada esfera de governo. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm definidas as espécies tributárias que cada qual pode instituir para garantir o seu autogoverno.

Na repartição dessas competências, observa-se nítida vantagem da União sobre os Estados e destes para com os Municípios, tanto que, para minimizar tais disparidades, criaram-se mecanismos de transferência do produto da arrecadação de determinados tributos, como, por exemplo, o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios.

Mas, além desse desequilíbrio estabelecido pela Carta de 1988, o constituinte derivado vem instituindo em favor da União, ao longo do tempo, contribuições, com o intuito de evitar a transferência de receita para as demais unidades políticas, como ocorreu com a CPMF.

Ao lado disso, as alíquotas das contribuições sociais previstas no texto original da Constituição – contribuição social sobre o lucro e a contribuição sobre o faturamento e a receita – sofreram sensíveis elevações ao passo que os impostos que compõem a base de cálculo dos fundos de participação têm recebido constantes e indiscriminadas isenções.

Tais alterações fizeram com que, entre 1996 e 2004, a arrecadação das duas contribuições citadas se elevasse em termos nominais em 307%, ao passo que a arrecadação do imposto de renda se elevasse, no mesmo período em apenas 187%, conforme gráfico anexo.

No tópico Receitas Administradas pela SRF – Período: 1994 a 2001 ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)), encontra-se a Análise do Comportamento da Arrecadação dos Principais Impostos/Contribuições, onde se constata que,

do total da arrecadação, em 1994, 43,33% correspondem ao produto da arrecadação das contribuições, passando esse percentual, em 2001, para 48,48%.

Esse dados só confirmam as assertivas supramencionadas, pois as contribuições, além de concorrerem com quase 50% da recita total, tendem a crescer ao longo do tempo.

Merece destaque, ainda, o fato de que tais contribuições têm o mesmo fato gerador do imposto de renda, distinguindo-se deste exclusivamente pelo fato de que sua arrecadação está vinculada à seguridade social.

Todavia, desde 1994, por meio de cinco emendas constitucionais propostas pelo Poder Executivo, 20% da arrecadação de todas as contribuições têm sido desvinculados da seguridade social – primeiramente, pelo chamado Fundo Social de Emergência, depois pelo Fundo de Estabilização Fiscal (ambos estabelecendo a desafetação por meio do art. 72 do ADCT) e, por fim, por meio da DRU (Desvinculação das Receitas da União).

No conceito de seguridade social encontram-se as ações de saúde, assistência e previdência.

Se esta última é, como se costuma divulgar, defitória; observado todavia o inteiro orçamento corrente da seguridade social observa-se que o mesmo não ocorre nos atuais dias. Conforme o gráfico anexo, as receitas correntes da seguridade social alcançaram em tomo de 212 bilhões de reais (dados calculados em setembro de 2004 com estimativa para o total do ano), ao passo as receitas alcançaram, pelo mesmo método, o total em torno de 242 bilhões de reais.

Talvez por isso mesmo é que o Executivo propôs e obteve a aprovação das emendas constitucionais que desvincularam recursos da seguridade social – pois assim o fazendo, não deixou de alcançar superávit corrente neste orçamento.

Não custa lembrar que o art. 157, II prevê que pertencem aos Estados 20% da arrecadação dos impostos que viessem e vierem a ser criados.

Ora, a desvinculação de recursos para o orçamento fiscal oriundos de contribuições que deveriam estar integralmente destinadas à seguridade social conduz a três forçosas conclusões:

a) que a seguridade social possui receitas além de suas necessidades, dentro do contexto de políticas adotadas pelo Executivo, ao passo que o orçamento fiscal é carente de recursos à frente de suas receitas;

b) que, já as contribuições (social sobre o lucro e Cofins) têm fatos geradores idênticos aos do imposto de renda, deveria o Executivo ter elevado as alíquotas do imposto de renda e não daquelas contribuições; e

c) se parte dos valores arrecadados a título de contribuições foram desvinculados da

seguridade social, esta mesma parte perderam a natureza jurídica de contribuições e pois são imposto de renda, devendo assim se submeter ao regime de distribuição deste imposto.

O mesmo raciocínio vale para a CPMF: inicialmente era ela um imposto – IPMF; quando de sua primeira prorrogação, decidiu-se transformá-la em contribuição porque, assim, vinculando-se a receita à seguridade social, conseguir-se-ia fugir dos efeitos do art. 157, II, que determina a distribuição de 20% da arrecadação entre os Estados e do Distrito Federal.

Ora, se o vínculo à seguridade social é que determina o caráter de contribuição e se o fato gerador é efetivamente de imposto, obviamente, não se poderia admitir desvinculação da receita à seguridade social senão com o efeito de se considerar alterada a natureza jurídica do tributo para imposto, devendo, portanto, se submeter aos efeitos da distribuição prevista na ordem constitucional.

Portanto, a presente proposta visa a remediar as injustiças e injuridicidades decorrentes das citadas práticas legislativas que vêm paulatinamente fortalecendo a União do ponto de vista do incremento de suas receitas, em detrimento dos Estados e Municípios limitados às receitas de seus impostos e às transferências constitucionais.

Essas injustiças se acentuam também em razão do fato de que os encargos dos Estados e Municípios têm aumentado consideravelmente em face das demandas por equipamentos sociais e pelo crescimento constante da prestação de serviços públicos indispensáveis a uma salutar qualidade de vida da população.

Cabe acrescentar, ainda, que esta proposta segue os mesmos moldes das Emendas Constitucionais nºs 27, de 2000; 42, de 2003; e 44, de 2004.

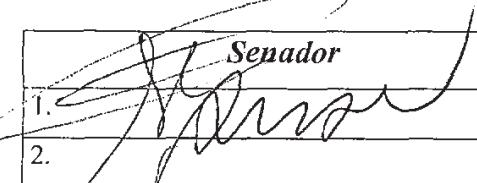
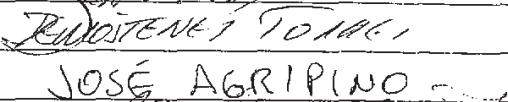
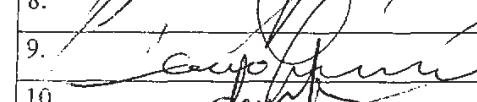
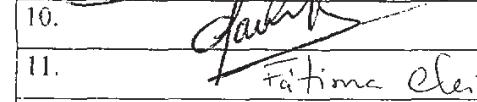
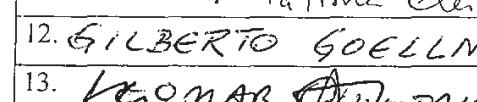
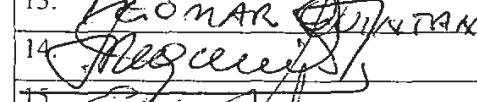
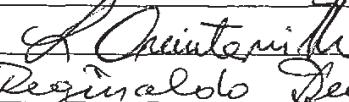
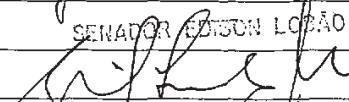
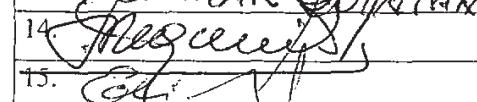
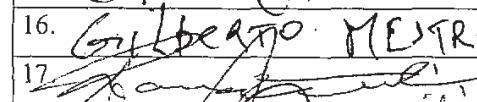
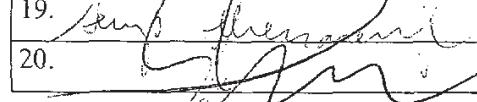
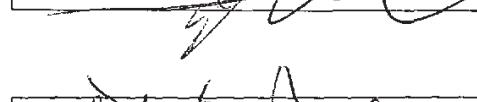
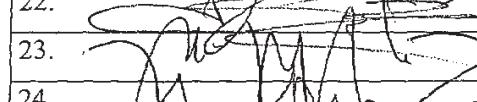
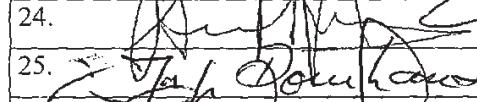
Finalmente, a vigência dos efeitos financeiros é protraída a 1º de janeiro do ano subsequente ao da publicação, para não interferir na programação orçamentária em curso.

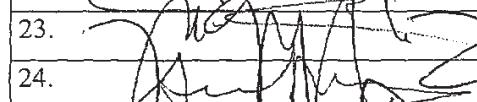
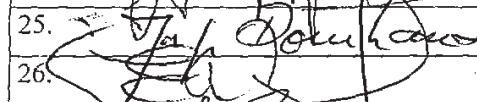
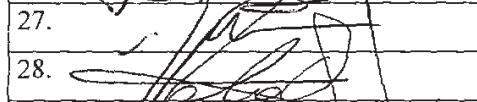
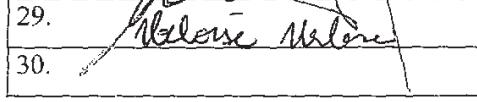
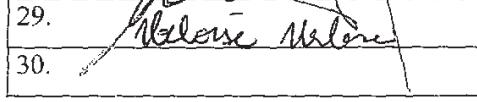
Por todas essas razões, esperamos contar com o apoio dos eminentes Pares para a aprovação desta proposta que, estamos certos, muito contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos municípios brasileiros.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2005 – Osmar Dias, Senador.

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2005

Acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

Senador	Assinaturas
1. 	Júlio de Oliveira / Apoiam:
2.	
3. João Capiberibe	
4. 	Renan Calheiros
5. 	JOSÉ AGRIPINO
6. 	MARIZO D'ÁVILA
7. 	EMILY Sá
8. 	TARSO GENÉRICO
9. 	juiz omário
10. 	Plesca
11. Tânia Clídice	
12. GILBERTO GOELLNER	
13. 	Reginaldo Decarbo
14. 	SENADOR EDSON LÓBÃO
15. 	Raimundo Teixeira
16. 	Heráclito Forró
17. 	SENYS SCHESSARENKO
18. 	Silvana Souza
19. 	
20. 	

21. 	Roberto Requião
22. 	Jefferson Péres
23. 	JOSÉ JORGE
24. 	Sérgio Guerra
25. 	Jorge Bornhausen
26. 	Eduardo Suplicy
27. 	Woton van der Laan
28. 	Paulo Melo
29. 	Henoisa Herzena
30.	

*LEGISLAÇÃO CITADA*

## CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO VI  
Da Tributação e do OrçamentoCAPÍTULO I  
Do Sistema Tributário NacionalSECÃO VI  
Da Repartição das Receitas Tributárias

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2005 (nº 392/2003, na Casa de origem), que denomina Rodovia Alfeo Almeida Veloso o trecho da rodovia BR-376 entre o entroncamento com a rodovia BR-163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, por permuta com o Senador Mão Santa.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 15 minutos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o direito a um meio ambiente ecológicamente equilibrado é um direito de todos os brasileiros, reconhecido no art. 225 da Constituição Federal.

Trata-se, o meio ambiente, de bem de uso comum do povo, por ser essencial à qualidade de vida. Por isso, os elaboradores da Carta Magna, no § 1º desse mesmo artigo, decidiram incumbir o Poder Público, em co-responsabilidade com a coletividade, de uma série de obrigações para a proteção da natureza. Essas obrigações incluem a preservação e a restauração dos processos ecológicos essenciais, com o manejo responsável de espécies e ecossistemas; a preservação

da diversidade e da integridade do patrimônio genético; a definição de espaços territoriais a serem protegidos como reserva ambiental; a exigência de estudo de impacto ambiental prévio à autorização de qualquer atividade ou obra potencialmente causadora de degradação; o controle da produção, da comercialização e do emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a saúde e para o ambiente; a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a proteção de fauna e flora nativas.

Para o cumprimento dessas determinações constitucionais, uma das principais obrigações do Poder Público está no inciso III: a definição dos parques nacionais. A questão dessas áreas de proteção é tratada também por alguns diplomas legais infraconstitucionais, como a Lei nº 9.605, de 1998, ou Lei de Crimes Ambientais, e a Lei nº 9.985, de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza dividiu as unidades de conservação em dois grupos: primeiro, as Unidades de Proteção Integral, que têm por objetivo manter os ecossistemas livres de quaisquer alterações causadas por interferência humana, admitindo somente o uso indireto de seus recursos naturais. Segundo: as Unidades de Uso Sustentável, nas quais se permite a exploração do ambiente, mas de maneira a garantir a perenidade dos recursos naturais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

Cada Unidade de Proteção Integral, de acordo com o art. 8º da Lei nº 9.985, pertence a uma dessas cinco categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. É da proteção aos parques nacionais, dedicados à preservação de ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, objeto do art. 11 dessa lei, que desejo tratar nos dois projetos de lei do Senado Federal que já apresentei ao escrutínio dos meus ilustres Pares.

Os parques nacionais são de posse e domínio público, devendo ser desapropriadas as áreas particulares porventura incluídas dentro dos seus domínios a partir da data da sua criação. Tanto a visitação quanto a pesquisa científica nessas áreas estão sujeitas à regulamentação. Isso significa que pouquíssimas atividades econômicas podem ser realizadas dentro das áreas dos parques nacionais, o que implica – é razoável pensar – uma perda econômica potencial para Municípios e Estados que possuam grande parte dos seus territórios definida como integrante dessas áreas de proteção integral. Afinal de contas, as terras des-

tinadas à preservação ambiental poderiam, não fora essa reserva legal, ser utilizadas para a agricultura, para assentamento urbano ou para a instalação de indústrias, havendo, portanto, um custo de oportunidade para a comunidade mais próxima, ainda que em troca de benefício claro para toda a Nação.

Ora, Srªs e Srs. Senadores, parece-me haver aí uma lacuna: a legislação que trata dos parques nacionais não prevê qualquer tipo de compensação para as unidades federadas que os abriguem.

Senador Mão Santa, aqui, quero fazer um registro sobre o Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque no Estado do Amapá. Quando foi decretada como área de preservação uma grande área do nosso Estado, o Governo Federal se comprometeu a dar a compensação devida aos Municípios que estão englobados nessa grande área de preservação. E, até hoje, desde o ano de 2002, não temos nenhuma recompensa que foi prometida pelo Governo Federal e que é merecida pelos Municípios que estão contidos nessa área de preservação. Aguardamos que o Governo Lula lembre-se do compromisso que tem com o Amapá e que ainda não cumpriu.

Embora o meio ambiente possua valor econômico, por desempenhar funções imprescindíveis à vida humana, não é possível determinar, para esse valor, um preço de mercado. O mercado é mecanismo insuficiente para isso. Por esse motivo, é defensável, em princípio, o conceito de fazer a sociedade indenizar os entes federados que sacrificam parte de seu potencial econômico produtivo por conter área de preservação natural.

É claro que existem benefícios econômicos resultantes da existência de um parque nacional. O afluxo turístico é o mais notável desses benefícios, quando se trata de um parque nacional encontrar-se em região de acesso relativamente fácil e em região de nível de renda mais elevado, como é o caso de alguns parques das Regiões Sul e Sudeste.

No entanto, a situação das regiões mais pobres, quando nelas se estabelecem parques nacionais, é bem diferente. O exemplo que me ocorre é o do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Amapá. O Município de Pedra Branca do Amapari, que abrange parte da área do Parque, apresentava, no ano de 2000, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,625, muito inferior aos 0,766 da média do País e até mesmo abaixo da média dos Municípios amapaenses, que é de 0,753. Além de pobre, o Município localiza-se a enorme distância de regiões de maior renda.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Senador Papaléo Paes, V. Exª é médico e, portanto, profundo conhecedor dos ensinamentos de Biologia, desde a nossa geração,

quando estudávamos os princípios dessa matéria no livro de Waldemiro Potsch, no curso científico. Depois, galgamos a posição de médico. É lamentável a ignorância audaciosa. Ó, Professor Cristovam Buarque, esse negócio de telefone, na sua vida... O seu horóscopo não vai com o telefone. Professor Cristovam Buarque, é a ignorância. Eles não quiseram um mestre no PT. Essa ecologia deve vir do filósofo Sófocles, que disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Eles não entendem isso. É uma pena, é uma lástima eles não entenderem isso. De pouco estudo, afastaram o único que lhes poderia ensinar no PT, que era o Professor Cristovam Buarque. Sófocles disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Papaléo, as muitas exigências do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama se dão por ignorância ou por incompetência. Quando governei o Piauí, deixei um programa de carcinicultura, com técnicos do Equador, que é o maior pólo de exportação de camarão para o mundo. Deu uma praga lá, e os técnicos vieram se aportar no Nordeste, que tem condições climáticas e geográficas muito semelhantes. Então, deixei o delta do Piauí produzindo 1.260 toneladas. Hoje, devido à exigência, à ignorância e à incompetência do PT, do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e do Governo, essa produção baixou para 500 toneladas de camarão, que é riqueza e emprego para o homem em uma região pobre. V. Ex<sup>a</sup> traz à luz uma reflexão dos técnicos dedicados ao meio ambiente: bastaria que se iniciasse os estudantes em Sófocles, que advertia que o homem é a mais importante peça da natureza.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Sua interferência é importante porque faz com que eu possa substancializar, ainda mais, o pronunciamento que faço.

Tendo em vista essa questão, apresentei a esta Casa uma proposição legislativa visando a alterar a Lei nº 7.797, que instituiu o Fundo Nacional do Meio Ambiente, no sentido de conceder prioridade, na aplicação de recursos desse Fundo, a Municípios que possuam mais de 25% de suas áreas dentro de parques nacionais e que estejam localizados nas Regiões mais pobres do País: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Desse modo, estaríamos cumprindo o duplo objetivo de recompensar os Municípios que perdem parte de sua área produtiva por conta da criação de parques nacionais, sem favorecer aqueles que podem tornar a existência dos próprios parques uma fonte substancial de renda.

Porém, a destinação prioritária dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente a esses Municípios, embora relevante, precisa ser complementada, a meu ver, por outra medida. É que o próprio Fundo poderia ser

reforçado se todos os valores provenientes de sanções penais e administrativas derivadas de atividades lesivas ao meio ambiente, já definidas na Lei nº 9.605, fossem destinados ao Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Surpreendentemente, não é o que ocorre. O dinheiro das multas por infração ambiental destina-se também a fundos estaduais e municipais de meio ambiente e, o que é mais estranho, ao Fundo Naval, que foi criado em 1932, com a finalidade legítima, mas alheia à questão ambiental, de renovação da frota da Marinha de Guerra.

Então, veja só, Senador Mão Santa, os recursos das multas que seriam destinados ao meio ambiente ainda estão sendo desviados, embora de maneira legal, para a renovação da frota da Marinha de Guerra do Brasil.

Se o Fundo Naval figura aí meio como corpo estranho, e não imagino grande oposição à sua retirada, até porque conta com outras fontes de recursos, poder-se-ia arguir, contra minha proposta, o problema resultante das perdas para os fundos ambientais estaduais e municipais. É, de fato, uma questão que pode ser examinada e discutida.

Senador Mão Santa, essa destinação ao Fundo Naval poderia plenamente ser retirada, deixando todos esses recursos para o meio ambiente, para a preservação e a conservação do meio ambiente.

Entendo, porém, que a destinação dos recursos dessas multas ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, em conjunto com a prioridade concedida ao investimento nos Municípios mais pobres hospedeiros de parques nacionais, mais que compensa a perda provocada pela alteração dos fundos estaduais e municipais, que nem sempre existem.

Um meio ambiente saudável é essencial para a vida humana. O sacrifício econômico que a criação e a manutenção de parques nacionais pode representar para os Municípios mais pobres deve, porém, ser mitigado por medidas compensatórias por parte da União. Esse, Sr. Presidente, é o objetivo das proposições que encaminhei para análise do Congresso Nacional.

Agradeço, Sr. Presidente, pela tolerância, e digo que essa questão de meio ambiente em nosso País, que vem evoluindo bastante, precisa da atenção do Ministério do Meio Ambiente, em especial aos projetos que entram nesta Casa, a fim de serem analisados com muito cuidado e visão para que aquela Pasta continue agindo da maneira correta que todos nós conhecemos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti. V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra como oradora regularmente inscrita.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Não. Há um requerimento que foi entregue à Mesa, que eu gostaria fosse registrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Assim que chegar, a Mesa fará a leitura. Ele está em fase de registro burocrático.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Parece-me que houve um...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Isso. Houve um equívoco. O Senador Mão Santa estaria no lugar do Senador Mozarildo Cavalcanti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Isso, para que eu possa terminar a minha linha de intervenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Mão Santa, por cessão do Senador Mozarildo Cavalcanti.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 15 minutos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana; Srs e Srs. Senadores; brasileiros e brasileiros aqui presentes ou que nos assistem pela televisão, ou acompanham pela Rádio AM e FM do Senado; Professor Cristovam Buarque, tem aquela música “Quando entrar setembro”, mas setembro chegou e veio com muita confusão e tempestade para o Brasil. Realmente, temos de agradecer a Deus, Senador Papaléo, porque aqui não temos aqueles vulcões, aqueles terremotos, aquelas tempestades e furacões que assolam o mundo. Mas, Senador Cristovam, a nossa democracia está doente, podre, e V. Ex<sup>a</sup>, o mestre, sabe muito bem que, desde os primórdios da civilização, um filósofo disse que o homem é um animal sociável. O homem é um animal político, Senador Papaléo. Aristóteles disse: o homem é um animal político. Desde então, o mundo vem-se conscientizando, estudando, e a própria universidade da vida, Senador Alvaro Dias, fez com que o animal político procurasse o melhor regime.

O primeiro adotado por este mundo de Deus tinha de ter uma inspiração divina. Não era assim, Professor Cristovam? Buscavam-na nos reis. Os reis seriam deuses na terra, enquanto Deus seria um rei no céu. Então, esse homem tinha poderes divinos, que se resumem, Tião Viana, naquela frase do mais iluminado de todos eles – V. Ex<sup>a</sup> conhece Versailles, não é? Que beleza! –, Luís XIV, que disse, Alvaro Dias: “L’État c’est moi”. Traduzindo: “Eu sou tudo, o Estado sou eu”. Mas, no L’État c’est moi, o povo sofria, era desprezado, era esquecido.

Era bom mesmo para quem estava em Versailles, Tião – eu fui lá ver, era bom –, na Corte, quem estava ao lado do rei. Até o bufão, que era o palhaço do rei, tinha mordomia e tal, mas o povo estava desencantado.

Então, Senador Alvaro Dias, esse povo decepcionado vai às ruas e dá um grito. Esse grito, nós repetimos, todos nós que defendemos o melhor Governo: liberdade, igualdade e fraternidade! Esse é o grito do povo, o povo nas ruas. Como Ulysses disse: “Ouça a voz rouca das ruas”. Então, a voz foi essa. E derrubaram todos os reis – ficaram apenas uns, como simbolismo. Então, em busca de outra forma de governo, apareceu este, nascido do povo, que Abraão Lincoln definiu inteligentemente: governo do povo, pelo povo e para o povo. Nasceu aí a democracia, que, quer dizer, é do povo. Foi o povo que a fez, que foi às ruas.

Evidentemente, não é fácil; é complicado. Para os ingleses, penso que pelo temperamento e civilização, não houve sobressaltos. Deixaram até uma rainha simbólica. Na França, houve muitos sobressaltos. Teve a guilhotina, onde rolaram as cabeças até dos criadores – Danton, Robespierre e muitos outros.

Depois, voltou um misto, com um homem de muita coragem, muita iluminação: Napoleão Bonaparte, a quem o mundo reverencia não pelas vitórias de guerra, mas porque instituiu o primeiro Código Civil. E Napoleão Bonaparte deu um grande ensinamento. Ó, Lula, sei que é complicada a vida do francês, a vida militar, de estadista, mas aprenda pelo menos esta, Lula. Napoleão Bonaparte, Senador Alvaro Dias, atentai bem, disse assim: “A maior desgraça de um homem é exercer um cargo para o qual não está preparado”. Ô baixinho danado!

Não ouviste este ensinamento do Napoleão Bonaparte, não é Lula? “A maior desgraça de um homem é exercer um cargo para o qual ele não está preparado.”

Mas, ele tinha visto isso, Professor Cristovam Buarque, porque Sócrates, que era tido como sábio, Senador Alvaro Dias, disse que só tinha um bem, um grande bem: o saber; e só tinha um grande mal: a ignorância.

Atentai bem, brasileiros e brasileiras: tem-se que estudar mesmo, tem-se que se preparar. Temos exemplos aí. Um quadro vale por dez mil palavras. Estão aí o “Lulinha, paz e amor” e o “Severininho do meu Nordeste”.

Maquiavel, Senadores Alvaro Dias e Tião Viana, já dizia: “tem que ter fortuna” – fortuna é sorte –, “mas tem que ter virtù” – virtudes. Se você tem fortuna e não tem sorte, é como o caboclo diz: passa o cavalo selado e você monta e cai. E está caindo um toda hora.

Então, foi o grande quadro para a nossa mocidade estudiosa, nossa mocidade que ouviu Rui Barbosa em seu último discurso, Senador Alvaro Dias, “Oração aos moços”, paraninfo, velhinho. É hoje um livro de todos os jovens. Ele dizia: estudai, trabalhai, lutai e acredite que o amanhã, com certeza, vai ser mais lindo.

O nosso Presidente, em um momento infeliz, disse que era chato ler livro; que era chato ler. Não, é fundamental, necessário; sem o saber, não vai.

*Fortuna e virtù.* Mas a democracia está aí, Senador Cristovam Buarque, e está doente. Senador Tião Viana, V. Ex<sup>a</sup>, que conhece doenças infecto-contagiosas e é professor, sabe que a doença dela não é aguda, mas crônica, como a lepra, a tuberculose, a osteomielite crônica. Não é como uma urgência em apendicite – caso em que o cirurgião opera e, em três minutos, o homem está curado – ou como uma hérnia estrangulada.

Agora, essa democracia foi melhorada pelo sábio Montesquieu, que criou entre elas três Poderes: o Poder Executivo, que é o Lula, o Poder Legislativo, de que somos o ápice, e o Poder Judiciário. Eles devem equilibrar-se; um deve frear, controlar o outro.

Aliás, os três não são Poderes, no meu entendimento, embora o fossem no de Montesquieu. Penso que poder é o povo. O povo é o poder. O povo é que paga a conta. Entendo serem eles, Senador Alvaro Dias, instrumentos da democracia. Mas esses instrumentos ou Poderes estão podres, doentes, e a doença é crônica, demora a ser curada. Não vai ser ligeiro, não. Agora, são todos os três. Não pense, Senador Tião Viana, que se trata apenas do Legislativo. O Legislativo está “na cara”, porque somos mais abertos, mais vulneráveis. Nós discutimos aqui, logo alguém contradiz o que foi dito, diz que não é, e tal. Há esse debate, essa transparência. O Legislativo não está pior, não.

O Executivo está pior. Está podre, mas porque é blindado pelo dinheiro do povo em suas mãos. E ele dispõe da mídia, das televisões, dos jornais, da imprensa.

E o Judiciário? É aquele a que se refere Maquiavel, quando diz: procure ser amado ou temido. Não sendo possível ser amado, seja temido. Aí ele pressiona.

Oh, Senador Tião Viana, atentai bem: o Presidente do Judiciário precisa defender-se disto: “A fraude de Nelson Jobim”. Antes de morrer, Brizola, o maior estadista deste País, o mais puro gaúcho... E V. Ex<sup>a</sup> escolheu um grande Partido. Aliás, mulher só tenho uma, a Adalgisa, mas Partido tenho o PMDB e uma amante – o PDT é uma amante perigosa minha. Eu convivo com ele ao longo da vida. Aliás, recebi Brizola na minha cidade como Prefeito.

Então, Brizola, antes de morrer, nos tijolaços: “A fraude de Nelson Jobim”. Publica a **Folha de S.Paulo**: “Jobim deve afastar candidatura, diz manifesto.” Sessenta juízes do seu Estado firmam o manifesto. O Supremo deve ser exemplo.

Então, tudo é nosso, tudo é pátria, a democracia é nossa, ó povo! Quem não tem culpa é só o povo, que paga a conta. O poder é o povo, que merece respeito. A democracia é dele. Não é do Lulinha, não é nossa, nem do Judiciário: é do povo. Foi o povo que, com sua coragem

e bravura, foi às ruas e, gritando liberdade, igualdade e fraternidade, derrubou todos os reis do mundo.

Nesse processo demorado – ele não vai ser ligeiro –, temos de implantar aqui, em cada um de nós, virtudes: ética, vergonha na cara, decência. Temos de começar por nós.

Senador Tião, V. Ex<sup>a</sup> é religioso. Qual é a religião de V. Ex<sup>a</sup>? Católico. Pois seja qual for, tudo é bem-vindo, tudo nos leva a Deus. Está lá escrito que a quem muito é dado muito é cobrado. E foi dado muito a nós. Nós temos muitos privilégios. Senadores, pais da Pátria, salário muito bom. O Judiciário, também. É magnífico e causa até injustiça social, salarial. Temos de ser muito cobrados. A quem muito é dado muito é cobrado. Portanto, tem de ser cobrado mais de nós. Temos de purificar-nos, de purgar-nos. Somos o contrapoder e temos de frear os outros.

Mitterrand, que sofreu de um câncer durante 14 anos e escreveu um livro com um colega que ganhou o Prêmio Nobel, desabafou, afirmando que queria deixar uma mensagem aos novos governantes: fortaleçam os outros contrapoderes. Um deve respeitar, fortalecer e não desmoralizar o outro, como tentaram fazer com o Legislativo. Somos um contrapoder para frear.

Se está assim o País, não é a mentira que nos vai levar a lugar nenhum, Senador Alvaro Dias. Aliás, meu pai nos ensinava que quem mente rouba. Como dizia Goebbels – cujo similar esteve aqui, Duda Mendonça –, uma mentira repetida poder-se-á transformar em verdade. Não! Se o País está com suas instituições, seus instrumentos ou Poderes doentes, cronicamente doentes, é mentira dizer que nós vemos.

Um dos homens que melhor entende e um dos mais libertários da imprensa hoje, como foi Machado de Assis, Castro Alves, Carlos Lacerda e Rui Barboza, é Sebastião Nery. Senador Alvaro Dias, Sebastião Nery era um animal político e iluminado, ninguém foi eleito mais do que ele. Foi eleito em três Estados diferentes; parece-me que na Bahia, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Ninguém sabe mais sobre história política do que Sebastião Nery. Escreveu um livro sobre folclore. Quem quiser saber como Collor venceu as eleições deve lê-lo; ninguém conta melhor do que ele. Possui uma coluna.

Como um País... tudo é mentira. Este País nunca esteve tão ruim. Está doente, com osteomielite crônica. Ulysses dizia, Senador Alvaro Dias, que a corrupção é o cupim da democracia. Nunca houve tanto cupim neste País, nunca houve tanta corrupção. O País está doente. Que negócio é esse de dizer que vamos bem? Sebastião Nery foi o maior.

Falarei do Brasil e de Botswana. É um artigo de hoje.

Nestes tempos de copas e olímpíadas, o Brasil é imbatível em miséria e desigualdade

social, e falta uma mínima distribuição de renda. O último relatório do Bird (Banco Mundial) traz o criminoso placar. Piores do que o Brasil só a Namibia, Botswana, República...

(*Interrupção do som.*)

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, um minutinho, com a bondade e a grandeza do Acre e de V. Ex<sup>a</sup>, que é do tamanho do Brasil, maior do que o Acre.

...Botswana, República Centro Africana e Suazilandia, que quase ninguém sabe onde ficam, só que é na África.

Melhores do que o Brasil, para suprema vergonha nossa, o Zimbabue, Gambia, Malawi, Zambia, Lesoto, Bolivia, Paraguai, Colombia, Equador e o resto da humanidade. E o mais grave: depois de três anos do governo Lula, que só ganhou porque jurou começar a mudar isso, nada melhorou. E piorou.

É o Banco Mundial quem diz por que está cada dia pior. (sic)

O Banco Mundial não deveria nem fazer parte das nossas palavras, porque ele é culpado disso, mas essa é a denúncia de Sebastião Nery e esse é o Brasil.

Senador Alvaro Dias, cristão que sou, como o Presidente Tião Viana acabou de se declarar católico, temos a crença e a esperança no livro de Deus, que diz: “depois da tempestade vem a bonança”. Depois desses tsunamis de corrupção e de falta de vergonha no Brasil, sem dúvida alguma, acreditando no povo, o povo que foi às ruas no passado, o povo cuja voz rouca Ulysses dizia para ouvirmos, haveremos de construir neste País uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Muito obrigado, grande Líder do PT do Acre, Senador Tião Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.058, DE 2005

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento de Apolônio de Carvalho, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores;

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;.
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2005.  
– Ideli Salvatti – Roberto Saturnino.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Em votação o requerimento.

Concedo a palavra, para encaminhar o requerimento, à autora do requerimento, Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Apolonio de Carvalho faleceu neste final de semana, aos 93 anos de idade, uma vida absolutamente dedicada às causas da justiça, da liberdade e da igualdade.

Apolonio de Carvalho combateu o fascismo na guerra civil espanhola. Foi um dos brasileiros que se deslocou à Espanha para combater o início de todo o processo de fascismo. Foi também herói da resistência francesa contra o nazismo, reconhecido por aquele país por sua dedicação durante o período em que compartilhou das lutas do povo francês contra o domínio nazista na França.

Foi também um lutador destemido pela democracia no Brasil. Ao longo de seus mais de 90 anos de vida, sempre esteve à frente das principais lutas democráticas e de todas as causas vinculadas à justiça e à igualdade.

Por isso, peço o registro da nota de pesar pelo falecimento de Apolonio de Carvalho, um dos fundadores do PT, que, desde o primeiro momento da criação do nosso Partido, batalhou por todas as idéias que moveram a criação do PT, defendendo-as.

Ainda na quarta-feira passada, teve a oportunidade de conversar por telefone com o Presidente Lula, muito animado com a possibilidade de sair do hospital e ainda contribuir para a defesa das questões centrais que moveram sua vida: igualdade, justiça e liberdade. Entretanto, infelizmente, a doença levou Apolonio, que, sob meu ponto de vista, era um cidadão do mundo, e não apenas do Brasil, porque se dedicou à luta pela igualdade, justiça e liberdade em toda parte. Guardião da liberdade e da justiça, era um cidadão, com todas as letras maiúsculas, que a vida dá como testemunho no seu nome.

Solicito, pois, o registro, nos Anais do Senado, da nota de pesar pelo falecimento de Apolonio de Carvalho e a aprovação do requerimento de homenagem.

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, § 1º, inciso II, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Nota de pesar pelo falecimento de Apolonio de Carvalho”.

**23/09/2005 - PT de luto pela morte de Apolonio de Carvalho**

Em nota assinada pelo presidente Tarso Genro, o PT manifestou agora à noite seu pesar pelo falecimento de Apolonio de Carvalho, fundador do partido e combatente sem fronteiras pela justiça e pela igualdade. Leia abaixo a íntegra da nota.

**Nota de pesar pelo falecimento de Apolonio de Carvalho**

O Partido dos Trabalhadores manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de seu fundador e militante de primeira linha Apolonio de Carvalho, ocorrido nesta sexta-feira (23), no Rio de Janeiro.

Apolonio combateu o fascismo na guerra civil espanhola, foi herói da resistência contra o nazismo, na França, e lutador destemido pela democracia no Brasil. Defendeu, ao longo de sua vida exemplar, todas as causas que se vinculam à justiça e à igualdade. Trabalhou sempre pela construção do Partido dos Trabalhadores.

Para nós, honrar a memória de Apolonio de Carvalho é prosseguir na luta pela transformação social e pela consolidação de um projeto democrático e socialista para o nosso país.

É também prosseguir na luta pela consolidação de um partido que saiba construir um projeto democrático de nação e afirmar, no plano social, político e econômico, os direitos das classes trabalhadoras e de todo o povo brasileiro.

**Tarso Genro**

Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores

Leia também:

**Morre Apolonio de Carvalho**

**Democrata, comunista, internacionalista, petista**

**A vida e a luta do fundador do PT Apolonio de Carvalho**

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendida nos termos regimentais.

Não havendo mais quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr<sup>as</sup>s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a Mesa encaminhará o voto de pesar solicitado e se associa a V. Ex<sup>a</sup> na justa homenagem e reconhecimento a Apolonio de Carvalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Antes de conceder a palavra à Senadora Ideli Salvatti, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, Senador Tião Viana, peço minha inscrição como Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> terá a palavra após a Senadora Ideli Salvatti, Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, há mais de três meses, estamos cumprindo a tarefa de investigação, principalmente na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, na qual temos atuado com mais intensidade, como outros parlamentares desta Casa e que se encontram inclusive no plenário. E temos sido cobrados sistematicamente pela opinião pública e pela imprensa para buscar a origem do dinheiro, a sempre lembrada questão do corruptor: a serviço de quem e sobre qual interesse estava montado o sistema corruptor que envolveu personalidades e agentes públicos? É o famoso debate da origem do dinheiro do

“valerioduto”, e já foram relacionadas várias hipóteses, como o dinheiro público, os contratos públicos – que isso abasteceu o “valerioduto”. Ou então se levantou a hipótese de que desvio de aplicações dos fundos de pensão poderia ter abastecido o “valerioduto”. Depois, com o depoimento do Duda Mendonça, a possibilidade de existência de contas no exterior. E, depois de mais de três meses, não foi possível provar nenhuma dessas teses; não temos provas efetivas e concretas da origem do dinheiro que abasteceu o “valerioduto”.

Aliás, **O Globo** de hoje atribui ao Deputado Gustavo Fruet, sub-relator da movimentação financeira, uma frase: “Valerioduto não deixa rastros”. Ou seja, apesar dos três meses de investigação, não se consegue provar a origem do dinheiro, sua vinculação, nem a ligação entre a saída e a entrada de dinheiro. Então, não sou eu quem estou afirmando nada; é o próprio subrelator que, em reportagem bastante extensa, apresenta toda a dificuldade de se chegar efetivamente à origem do dinheiro pelo rastreamento.

A Sra. Kátia Rabello prestou depoimento à CPMI dos Correios como presidente do Banco Rural e, na semana passada, prestou depoimento no Conselho de Ética da Câmara, onde levantou uma questão que talvez possa ser uma tese que nos permita entender a lógica do dinheiro. A Sra. Kátia Rabello diz: “Valério era um facilitador”, ou seja, era uma pessoa que se apresentava como alguém que poderia intermediar, agendar, agenciar, interceder em favor de, aquilo que conhecemos tradicionalmente como lobista. Ela levanta essa tese na reportagem que peço seja registrada na íntegra, da colunista Tereza Cruvinel, de **O Globo**, da sexta-feira, que faz este raciocínio de que o Sr. Marcos Valério operava na lógica dos empréstimos. Vejam que ele não fez empréstimo somente para o PT; já em 1998, fez empréstimos para as campanhas de Minas Gerais, do PSDB e PFL, e começam a aparecer hipóteses de novos empréstimos de Marcos Valério já no ano de 2000, também sem garantia real, sem pagamento. Note-se que o empréstimo de 1998, de quase R\$10 milhões, não chegou a ser pago. Em 2003, havia um débito de R\$14 milhões, e foram pagos tão-somente R\$2 milhões para o banco. Então, esta maneira de operar (via empréstimos) – que já é mais antiga, já é a maneira, o **modus operandi** do Sr. Marcos Valério – poderia ser em troca não de pagamento do empréstimo, mas exatamente do pagamento... Seria a forma de pagar as tais das intermediações do Sr. Marcos Valério.

Então, quero fazer aqui o registro desta nova hipótese, que está sendo levantada, porque, nessa

investigação que estamos mergulhados é muito importante trabalharmos com todas as hipóteses, inclusive esta de o Sr. Marcos Valério ser, efetivamente, o intermediador ou alguém que tenta intermediar, até porque, em algumas intervenções, como foi o caso, ele buscou intervir naquela questão da liquidação, no Banco Central, do Banco Mercantil de Pernambuco. E foi barrado! Aquilo não aconteceu. Mas, talvez, aquilo tivesse sido a moeda de troca para os acertos do Sr. Marcos Valério, como já o fez em outras coisas.

Nessa hipótese de lobista, de aproveitador de oportunidades, de oportunista de plantão que é o Sr. Marcos Valério, como aparece em várias colunas, em declarações e em depoimentos, considero que seria muito importante trabalharmos nessa lógica de investigação, até pela categórica afirmação do sub-Relator, Deputado Gustavo Fruet, de que está muito difícil se encontrar naquelas linhas de investigação: recurso público, aplicação dos fundos de pensão, contas no exterior, ou qualquer tipo de procedimento, como vinha sendo investigado e até agora nada se comprovou.

Aliás, no depoimento do Sr. Daniel Dantas, com as ligações diretas e indiretas que tem do Sr. Marcos Valério com o Sr. Daniel Dantas, aparecem fortemente esses indícios de o Marcos Valério ser efetivamente um dos operadores das oportunidades para o Sr. Daniel Dantas. E aí eu volto à colunista Tereza Cruvinel no domingo, quando ela levanta, já fruto do depoimento do Daniel Dantas na CPI tanto dos Correios quanto da Compra de Votos e Mensalão, a necessidade de se aprofundar a investigação da questão da privatização das empresas de telefonia do nosso País. E ela, inclusive, sugere na sua coluna – e é algo que já vem sendo ventilado dentro do Congresso Nacional – que, da mesma forma que foi dado o tratamento à CPI da investigação do IRB, para não se criar mais uma CPI, foi transformada numa sub-Relatoria da CPMI dos Correios, talvez uma das alternativas para que possamos aprofundar toda essa investigação de vinculação Daniel Dantas com o Marcos Valério, como um operador de oportunidades para o Sr. Daniel Dantas, isso oriundo das consequências da privatização das empresas de telefonia, que pudéssemos adotar algo assemelhado. Ou seja, transformar a CPI da privatização das empresas de telefonia, que foi encabeçada pelo Deputado Daniel Almeida, do PCdoB, numa sub-Relatoria na CPI dos Correios.

Então, estaremos fazendo esse debate ao longo da semana, em decorrência, já, do depoimento da se-

mana passada, juntamente com aquela discussão que busquei focar naquele dia, na quarta-feira, da necessidade, da importância de trabalharmos na lógica de que a melhor contribuição às investigações do papel do Sr. Daniel Dantas, em todos esses processos, ao longo das últimas décadas da sua atuação, é efetivamente, Senador Tião Viana, quebrarmos, definitivamente, o sigilo bancário daquele disco rígido que foi apreendido na investigação da Kroll e que está, por ordem judicial, impossibilitado de ser auditado, como também a quebra do sigilo dos investidores lá do Opportunity Fund, na Ilhas Cayman.

Penso que devemos trabalhar esta discussão ao longo da semana, na reunião administrativa que teremos na CPI dos Correios.

Mas, nos últimos dias, houve mais um escândalo no nosso País, infelizmente mais um, e não poderia deixar de fazer o registro, inclusive fazer um apelo a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tião Viana, que é o titular da CPI dos Bingos, não é?

A novidade dos últimos dias foi exatamente a prisão do empresário de Bingos, Nagib Fayad, envolvido na manipulação de resultado de jogos do campeonato brasileiro, incluindo o campeonato paulista, a Taça Libertadores – não sou muito adepta do futebol, assim, se eu estiver falando alguma bobagem, que me corrijam.

Circulando em Santa Catarina este final de semana, até porque um time de Santa Catarina foi profundamente prejudicado nessa maracutaiá dos resultados dos jogos, as pessoas me perguntaram: mas e aí, a CPI dos Bingos não vai investigar esse escândalo? Isso porque a CPI dos Bingos tem investigado coisas que não têm nada a ver com bingo nem com jogo.

E nesse caso, onde está configurada a ligação muito estreita, porque além de ser empresário de bingo, a manipulação dos jogos, a maracutaiá se dava em dois sites da Internet – um em São Paulo e outro no Rio – de apostas clandestinas, manipulando resultado dos jogos para beneficiar os apostadores feitos nesses sites clandestinos.

Portanto, entendo que é muito importante que a CPI dos Bingos se manifeste, fazendo a investigação desse que é indiscutivelmente, e infelizmente, mais um dos escândalos que estão aí e que exige da CPI dos Bingos, do meu ponto de vista, a convocação e a investigação, porque está tudo muito claro e interligado.

Há um artigo do Sérgio da Costa Ramos, que é um jornalista do meu Estado, em que ele diz que precisa ser investigado, sim, com profundidade, porque

aquele desabafo de todo torcedor quando vai a um jogo e até a forma de desabafar chamando o juiz de ladrão eram hipóteses. Aquele juiz, em um momento de ter de decidir se houve o impedimento ou não, se ocorreu o pênalti ou não, se o gol foi válido ou não, toda aquela decisão momentânea podia ser apenas um discernimento errôneo. No entanto, depois do que aconteceu, das fitas, das gravações de como se operava a manipulação, a atuação dos juízes no sentido de prejudicar e de conformar o resultado, de trabalhar na lógica de o resultado ser aquele conveniente para beneficiar as apostas no site clandestino de jogo, “juiz ladrão” passou a ter outra conotação, porque agora é fato consumado e comprovado.

Assim, esperamos efetivamente que a CPI dos Bingos consiga fazer a investigação, inclusive com a correlação que entendemos ter na sua magnitude pelos procedimentos dessa verdadeira quadrilha que estava atuando na arbitragem, no jogo clandestino e com casas de bingo.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria aqui fazer esses registros e pedir que V. Ex<sup>a</sup>, que está atuando com muita sobriedade e responsabilidade na CPI dos Bingos, possa trazer esse assunto à baila. E que não pare nenhuma dúvida, Senador, que estou trazendo esse assunto por conta de entender como relevante e importante pela vinculação com o jogo clandestino e que ninguém me acuse de estar defendendo o Figueirense, que foi garfado – o Figueirense é o time da minha ilha, juntamente com o Avaí. Enfim, que ninguém me acuse de eu estar fazendo isso em defesa do Figueira, porque foi visivelmente garfado – e tenho também aqui as fitas que registram, na íntegra, a conversa do Edílson com o Fayad combinando como iam prejudicar o Figueira no jogo com o Vasco.

Era isso, Sr. Presidente, que queria deixar aqui registrado e agradecer a gentileza da concessão de um tempinho a mais.

Muito obrigada.

#### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)*

Matérias referidas:

“Jogo Sujo: **Veja** revela o maior escândalo já visto no futebol brasileiro (revista **Veja**)”;

“Pista para o Valerioduto”, **O Globo** – Tereza Cruvinel”.

## Especial

**O**Gaeco (Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público de São Paulo) e a Polícia Federal estão a ponto de desmantelar uma quadrilha montada com o objetivo de manipular resultados de partidas de futebol do Campeonato Brasileiro e do Paulista. Ela envolve um grupo de empresários, donos de bingos em São Paulo e Piracicaba (no interior paulista) e o árbitro Edilson Pereira de Carvalho, um dos dez juízes brasileiros pertencentes aos quadros da Federação Internacional de Futebol (Fifa), que reúne a elite da arbitragem mundial. Com os resultados acertados com o juiz, a quadrilha lucrava em apostas milionárias em sites de jogatina na internet. É o maior golpe na paixão dos brasileiros pelo futebol e um escândalo de repercussão internacional.

Gravações telefônicas mostram que Edilson, em contato com os empresários, "vendeu" e, em outras oportunidades, tentou "vender" os resultados de muitas das 25 partidas que apitou desde janeiro deste ano nos que são alguns dos mais importantes torneios do futebol mundial, entre eles as copas Libertadores e Sul-Americana. Com base nos resultados combinados com o juiz, os empresários faziam apostas milionárias em dois sites de futebol na internet que oferecem loterias eletrônicas. A existência e o funcionamento desses sites no Brasil são proibidos e as apostas ocorrem de forma clandestina. O Gaeco já sabe que pelo menos mais um árbitro — Paulo José Danelon, ligado à Federação Paulista de Futebol e que apitou no Campeonato Paulista — fazia parte da quadrilha. Dois bandeiras, da mesma federação, também estão sendo investigados sob suspeita de participação no esquema. A quadrilha, segundo o Gaeco, teria lucrado com as fraudes mais de 1 milhão de reais nos últimos seis meses.

As investigações sobre a máfia do apito tiveram origem em uma apuração jornalística iniciada por VEJA em abril desse ano. Informado sobre o trabalho, o Gaeco obteve autorização judicial para monitorar as ligações telefônicas da quadrilha com ajuda da Polícia Federal. Os diálogos, gravados desde agosto desse ano, revelaram a existência de uma trama destinada a encher os bolsos de um grupo de apostadores à custa da boa-fé de milhares de torcedores que, ao adquirir ingressos para um espetáculo esportivo, se tornaram figurantes involuntários de uma fraude. Nele, a principal autoridade no campo, em vez de garantir a justezza do resultado e fazer com que o melhor time vença, dedicava-se a ajeitar o re-

**VEJA REVELA O MAIOR  
ESCÂNDALO JÁ VISTO  
NO FUTEBOL  
BRASILEIRO: EM  
CONLÍCIO COM  
EMPRESARIOS, DOIS  
JUIZES — UM DELES  
ÁRBITRO DA FIFA —  
FRAUDAVAM  
RESULTADOS DE  
PARTIDAS PARA  
LUCRAR COM APOSTAS**

André Rizek e Thaís Oyama

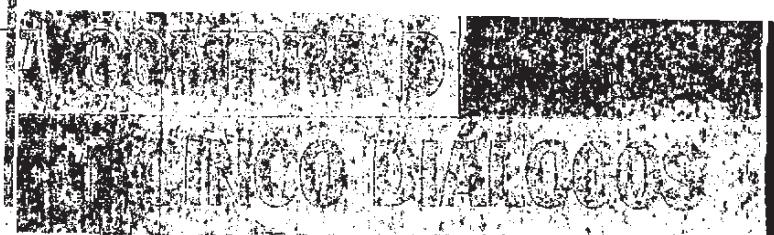
# JOGO SUJO

sultado da partida de acordo com seus interesses financeiros e os da quadrilha. Um juiz pode interferir decisivamente no resultado de um jogo. Ele pode forjar pênaltis, expulsar jogadores injustamente, validar gols ilegais e anular gols legítimos. Edilson Pereira de Carvalho e seus assessores faziam essas tramóias, maculando a alegria de milhões de brasileiros, em troca de propinas que variavam entre 10 000 e 15 000 reais por partida.

Os juízes do esquema agiam da seguinte maneira: assim que eram escalados para um jogo (a escolha se dá por sorteio), comunicavam o fato ao empresário Nagib Fayad, de Piracicaba. Conhecido piloto de kart na cidade, ele é apontado pela investigação como um dos cabeças da máfia do apito. Avisado sobre a escalação do juiz comprado, Fayad ligava para os seus sócios — três donos de casas de bingo de São Paulo cujos nomes permanecem sob sigilo —, a fim de combinar o placar e o valor da aposta. Em seguida, Fayad registrava o palpiti em dois sites de apostas: o Aebet e o Futbet. Ambos são clandestinos. Como se sabe, a lei brasileira proíbe jogos de azar.

Segundo as investigações, o Aebet, embora registre sede em Montreal, no Canadá, funciona, na realidade, no Rio de Janeiro. É aberto a qualquer internauta e recebe apostas para jogos de futebol ao redor do mundo, com versões em português, inglês e espanhol. Para apostar nele, basta preencher um cadastro e escolher a forma de pagamento das apostas: depósito bancário ou cartão de crédito. Quando o apostador ganha, seu dinheiro é depositado na conta bancária que ele usou para se registrar. O site aceita palpites também para corridas de Fórmula 1, lutas de boxe e jogos de basquete no Brasil e em outros países. O Futbet é um site fechado. Seu domínio está registrado em nome da empresa BR Ltda, de São Paulo, mas o Gaeco já sabe que seu verdadeiro proprietário mora em Piracicaba — a mesma cidade de Fayad. Os sites, pelo que se apurou até agora, não teriam participação no esquema.

O lucro da máfia do apito variava de acordo com o jogo em questão. Tanto o site Aebet quanto o Futbet estabelecem o valor do prêmio a ser pago aos apostadores (via depósito bancário) de acordo com a lógica das bolsas de apostas convencionais: se um time é considerado favorito em uma determinada partida, mais pessoas apostarão nele. E o prêmio, portanto, será menor — no caso dos sites usados pe-



*As conversas abaixo foram gravadas pela Polícia Federal entre os dias 6 e 8 de agosto. Nelas, o empresário Nagib Fayad, um de seus sócios em São Paulo e o juiz Edilson Pereira de Carvalho combinam a "compra" da partida entre o Vasco e o Figueirense, realizada no Rio no dia 7. O grupo aposta no site Aebet 150 000 reais na vitória do Vasco e combina pagar 15 000 reais a Edilson para que ele garanta o resultado. O juiz cumpre o combinado. Depois do jogo, Fayad diz que o site não aceitou a aposta do grupo, mas que irá pagar ao juiz mesmo assim.*

**ESTA É PARA REGISTRAR,  
ESTA PRA FICAR?**

*Na véspera do jogo, Fayad liga para Edilson e reclama que o árbitro falhou nos últimos jogos (entre eles, Juventude 1 x 4 Figueirense e Santos 4 x 2 Corinthians). Edilson se defende, culpando a boa performance do atacante Edmundo, do Figueirense, na partida contra o Juventude. O árbitro tenta animar o empresário a dar seguimento ao esquema:*

**Edilson:** Amanhã eu faço Vasco e Figueirense.

**Fayad:** Qualquer coisa eu ligo pra você. Tô desanimado.

**Edilson:** O Figueirense joga sem cinco titulares. E o Vasco tem de ganhar de qualquer jeito (...). Vou marcar falta no meio-de-campo. Se o cara reclamar, meto pra fora (...). Não joga Edmundo, Cléber, Billu e Axel (do Figueirense) (...).

**Fayad:** É brincadeira. Faz o seguinte: deixa eu ligar pra você até meia-noite, deixa que eu vou ver o que fazer.

**Edilson:** Tá jóia, o que você quiser. Pode jogar até os carros que você tem que amanhã eu saio de escolta (do jogo) do Figueirense.

**Fayad:** Não, beleza.

**Edilson:** Pode jogar até os seus carros pra gente tirar um pouco a diferença, pra mim e pra você, alguma coisa. Porque num jogo que você jogar forte, você recupera alguma coisa, né?

**Fayad:** Não tá fácil. Agora complicou um pouco, mas tem de buscar devagar agora.

**Edilson:** Sim, devagar. Mas se você quiser jogar o que você quiser amanhã, pra você recuperar uma boa parte...

**Vê o limite que você pode jogar e me-**

**te ferro, que eu meto ferro dentro de campo. Que eu tô invocado e você também, né?**

**ESTA PRA DEDICAR PARA O FUTBOLISTAS?**

*O jogo ainda não aconteceu. Fayad acerta com seus sócios uma aposta de 150 000 reais na vitória do Vasco. O sócio reclama com Fayad por estar dando dinheiro a "esse juiz f.d.p., depois de tudo o que aconteceu" (o não-cumprimento dos resultados em partidas acertadas anteriormente). Fayad, no entanto, convence o sócio a dar "outra chance" ao árbitro. Em seguida, liga novamente para Edilson:*

**Fayad:** Edilson? Giba. Olha só: vamos fazer, então. Tem 15 000.

**Edilson:** Tá certo, tá certo. Tem uma outra coisa. Conversei com o bandeira\*, chamei ele, pra garantir, e tem uns trocados pro bandeira também... Pedi 5 000.

**Fayad:** Cinco mil?! Dá 2 000.

**Edilson:** Eu disse que dava por 3 000... Mas vou falar 2 000, então.

**Fayad:** Então, tá fechado.

**Edilson:** Dá 17 000, então.

**Fayad:** Isso.

**Edilson:** Você quer que eu te ligue? Quando for 10, 10 e pouco, eu posso te ligar.

**Fayad:** Não precisa, não, tudo certo. Hoje é minha vida que está em jogo, cê tá entendendo? Vai dar tudo certo?

**Edilson:** Pode ter certeza... Se Deus quiser, Giba.

*(Em seguida, as escutas policiais flagram conversa entre Fayad e um de seus sócios em que o empresário "superfatura" o saborido pago a Edilson. Diz que o juiz pedia "30 000 reais" para vender a partida)*

**“JÁ EXPULSA DOIS, JÁ DÁ U PÊNALTI”**  
No dia do jogo, pela manhã, o empresário Fayad e o juiz Edilson voltam a conversar:

Fayad: Mas, fio, qual a certeza que você dá pra mim hoje?

Edilson: Máxima, né?

Fayad: Qual a certeza?

Você dá essa certeza?

Edilson: Hoje vou falar uma coisa pra você, pra nós dois: pelo amor de Deus, viu, meu amigo que precisa e ainda perdeu.

Fayad: Pelo amor de Deus, minha vida que tá em jogo!

Edilson: A nossa.

Fayad: Então, tá bom, beijoca.

Edilson: Pode crer, meu amigo.

Fayad: Pelo amor de Deus. Olha, lembra bem disso: já expulsa dois, já dá o pênalti pelo amor de Deus. Pelo amor de

Deus mesmo!

Edilson: Já vai tomado o seu uísque, já.

Fayad: Um abraço, beijoca.

Edilson: Fica com Deus.

**“PÊNALTI ‘ESCANALOSO’”**

Durante o jogo, Fayad liga para um de seus sócios em São Paulo e comemora, eufórico:

Fayad: Oi, você está vendendo?

Sócio: Não.

Fayad: Já tá 1 a 0. Diz que o pênalti foi escandaloso.

**“ELES ESTÃO DESCONFIAUDOS”**

No dia seguinte à vitória do Vasco, Fayad liga para Edilson para dizer que o site não aceitou a aposta do grupo, mas garante que pagará ao juiz pelo “trabalho”. Fayad diz que os proprietários do site já estão desconfiados de Edilson. O juiz tenta sugerir alternativas para prosseguir no esquema:

Edilson: Mas se for outra pessoa apostar, então?

Fayad: Não dá. Não abre a aposta, entendeu? Achei que era porque o Figueirense estava com muitos reservas, e nesse caso eles não aceitam mesmo. Mas é isso: nos três últimos jogos que você apitou, apostamos pesado.

Tão desconfiados mesmo... Vamos ter de dar um jeito. Eu tentei te ligar.

Edilson: Tinha uma ligação lá, eu vi. Bom, a gente se fala para ver como é que fica.

Fayad: Mas você fica tranquilo que comigo você não vai perder, fica tranquilo.

Edilson: Então, tá bom. A gente se fala.

\* Os dois bandeiras que auxiliaram o juiz Edilson na partida foram Márcio Luiz Augusto e Francisco Rubens Feitosa, ambos de São Paulo.

lo esquema, em torno de uma vez e meia o valor bancado pelo apostador. Já por um palpite numa equipe com menos chances de vitória, o Aebet e o Futbet pagavam até mais de seis vezes o valor apostado. A tática da quadrilha era apostar quantias vulneráveis — entre 150 000 e 200 000 reais —, na maioria das vezes em times tidos como favoritos. “Dessa forma, caberia aos árbitros do esquema apenas garantir que não haveria as chamadas ‘zebras’”, explica o promotor José Reinaldo Guimarães Carneiro, do Gaeco. A desfaçanças da quadrilha era tamanha que, em um dos diálogos gravados pela polícia (*veja trechos na pág. 74*), Edilson garante a Fayad que ele pode “jogar até os carros” que tem na vitória do Vasco, que enfrentou o Figueirense na 18ª rodada do Campeonato Brasileiro. “Vê o limite que você pode jogar e mete ferro, que eu meto ferro dentro de campo”, diz Edilson. O árbitro promete que irá fazer o resultado combinado “não que tenha de sair do estádio sob escolta”.

As escutas telefônicas mostram que, em algumas partidas, como aquela em que o Figueirense venceu o Juventude por 4 a 1, no último mês de julho, o juiz Edilson não conseguiu produzir o resultado combinado com seus cúmplices. Em uma das conversas captadas pela PF, o árbitro Edilson lembra ao empresário Fayad que tentou favorecer o Juventude com um pênalti mas “eles erraram”. Na partida, o árbitro marcou um pênalti a favor do Juventude. A bola chutada pelo atacante Zé Carlos foi defendida pelo goleiro do Figueirense.

As gravações da polícia indicam ainda que a ação da quadrilha despertou a atenção

de pessoas fora do âmbito da investigação. Pelo menos um dos dois sites usados pela quadrilha, o Aebet, vinha recusando apostas em jogos apitados pelo juiz Edilson. Duas das partidas que ele arbitrou na 21ª e na 24ª rodadas do Campeonato Brasileiro (Internacional x Coritiba e São Paulo x Corinthians) permaneceram fechadas para apostas no site. Foram os únicos jogos não liberados para palpitar entre as 22 partidas das duas rodadas.

A interdição não passou despercebida pela quadrilha. Em um dos diálogos captados pela investigação, Fayad diz a Edilson que eles terão de “dar um jeito”, já que, como o grupo apostou “pesado nos últimos três jogos” apitados pelo juiz, “eles (os proprietários do site) estão desconfiados”. O Gaeco e a PF já sabem que Edilson foi apresentado à máfia do apito por outro árbitro, Paulo José Danelon, que já atuava no esquema antes dele. Esse segundo árbitro apita atualmente na segunda divisão do Campeonato Brasileiro. Mora em Piracicaba e era secretário da Faculdade de Odontologia da Unicamp, até ser demitido no início deste mês por justa causa. Como Edilson e Fayad, ele poderá ter a prisão decretada ainda nesta semana.

O artigo 275 do Código Brasileiro de Justiça Desportiva determina que as partidas cujos resultados sofram alteração em consequência de má-fé do árbitro devem ser anuladas. Nesse caso, o Campeonato Brasileiro — que vinha registrando aumento de público e uma das maiores médias de gols de toda a sua história — sofreria uma mudança na sua tabela de classificação. Se as partidas apitadas por Edilson forem anuladas, confor-

me determina o Código, o Internacional perderia a liderança isolada e Vasco e Cruzeiro ficariam mais perto da zona de rebaixamento para a segunda divisão (*veja quadro na pág. 80*). O resultado do Campeonato Paulista, encerrado no último mês de abril, também teria de ser alterado no que diz respeito à relação dos times rebaixados à segunda divisão: União Barbarense, União São João, Atlético Sorocaba e Inter de Limeira. As revelações sobre as fraudes cometidas pelos árbitros Edilson e Danelon neste torneio, no entanto, não tirariam o título do São Paulo. O time venceu o campeonato com uma vantagem de oito pontos sobre o segundo colocado, o Corinthians. Mesmo a anulação das partidas apitadas pelos árbitros flagrados vendendo sua honra e seus apitos não reverteria essa situação.

Edilson sempre gozou de boa reputação como árbitro. Ultimamente, porém,

## © CASO TOTONERO

O maior escândalo de corrupção no futebol explodiu em 1980, na Itália. Conhecido como Caso Totonero, ele chocou o mundo e, claro, os italianos — tão ou mais aficionados do esporte do que os brasileiros. As investigações concluíram que uma máfia de apostadores havia aliado atletas, juízes e dirigentes para fabricar resultados dos jogos que compunham os cartões da Totonero. Loteria esportiva clandestina, ela movimentava centenas de milhares de dólares por semana e tinha mais de 3 000 agentes es-

vinha chamando atenção mais por suas atitudes controversas. No início do mês, durante uma partida entre Corinthians e São Paulo, ele foi acusado de ter xingado o zagueiro Séba e o atacante Tevez, ambos argentinos, de "gringos de merda". O Corinthians entrou com uma ação contra ele no Superior Tribunal de Justiça Desportiva. O julgamento será realizado na semana que vem. Em 2003, o árbitro havia sido acusado de apresentar à Federação Paulista um falso

diploma de conclusão do 2º grau — a instrução mínima exigida para os juízes brasileiros. O caso morreu. Não chegou sequer a ser investigado pela Federação.

Quarenta e três anos, casado, pai de uma filha e morador de um condomínio fechado de padrão classe média em Jacareí (interior de São Paulo), Edilson é um lateral-esquerdo frustrado. Na juventude, tentou ser jogador de futebol. Fez testes no São José, mas nunca conseguiu ser contratado. Tornou-se árbitro em 1991.

Em 1994, apitou seu primeiro jogo profissional, no Campeonato Paulista. Em 1999, indicado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), entrou para os quadros da Fifa, conquistando a graduação máxima para um juiz. Os árbitros da Fifa — que, no Brasil, ganham 2.500 reais por jogo apitado — são os únicos aptos a trabalhar em competições internacionais, como a Copa do Mundo. Edil-

son nunca participou de nenhuma, mas arbitrou partidas importantes da Copa Libertadores (o mais relevante torneio sul-americano de clubes). Ele foi o juiz dos dois jogos da semifinal de 2000, entre Palmeiras e Corinthians, considerados embates históricos na história dos dois tradicionais clubes. Fora do campo, Edilson (também) é comerciante — tem uma frota de carros de aluguel e uma pequena fábrica de brinquedos.

Religioso, Edilson costuma cumprir um ritual antes do início de cada jogo que apita: levanta seus cartões amarelos

e vermelhos — personalizados com a inscrição "Deus é Fiel" — e reza no centro do gramado. Agora, não adianta rezar; ele deverá ser indiciado pelos crimes contra a economia popular, de estelionato e formação de quadrilha. Afirma Roberto Porto, promotor do Gaeco: "As vítimas dele e do seu bando são, além dos próprios sites de apostas, os torcedores que pagaram ingresso no estádio para assistir a uma enganação".

Em janeiro deste ano, um escândalo semelhante ao da máfia do apito brasileiro explodiu na Alemanha. O árbitro Robert Hoyzer foi preso sob acusação de manipular cinco resultados de jogos da segunda e terceira divisões e da Copa da Alemanha, todos em 2004. Investigações do Ministério Público daquele país concluíram que o juiz foi aliciado por uma gangue de apostadores — supostamente originária da Croácia e, a exemplo da máfia brasileira, ligada a loterias eletrônicas clandestinas da Europa. Hoyzer admitiu o crime, foi afastado definitivamente do futebol e agora responde a um processo que pode lhe render até dez anos de cadeia. Por determinação da Justiça, o Hamburgo, um dos times elimina-

palhados pelo país encarregados de recolher os palpites. O atacante Paolo Rossi, então com 23 anos e tido como o melhor jogador italiano, foi apontado como um dos participantes do esquema, ao lado de mais 37 denunciados. Ele foi absolvido pela Justiça comum e suspenso por 23 meses pela Justiça Desportiva italiana.

O escândalo se tornou público gracias à revelação de um bookmaker, chamado Alvaro Trinca, que se sentiu traído

por atletas (alguns acertos de jogos, segundo ele, não estavam sendo respeitados) e contou tudo à polícia. Num mesmo dia, treze jogadores foram presos em estádios italianos. Além de Rossi, foram detidos atletas da seleção como Enrico Albertosi, Bruno Giordano e Giuseppe Savoldi. O envolvimento de dirigentes e jogadores do Milan e da Lazio fez com

que os dois times acabassem rebaixados para a segunda divisão. Assim como Rossi, a maioria dos jogadores denunciados passou por um curto período de detenção e sofreu punições no âmbito da Justiça Desportiva — que, em alguns casos, significou o afastamento definitivo do futebol. O atacante Rossi, depois de cumprir a suspensão, voltou a jogar às vésperas da Copa do Mundo de 1982. Desacreditado no torneio, foi o autor dos três gols da Itália que eliminaram o Brasil de Sócrates e Zico na famosa derrota por 3 a 2, no Estádio Sarriá.

dos da Copa da Alemanha por causa da arbitragem fraudulenta de Hoyzer, foi indenizado pela federação alemã. Outros países, como Finlândia, Cingapura e Vietnã, também tiveram seu futebol recentemente conturbado por denúncias de compra de resultados. O aumento da manipulação das partidas por apostadores de loterias eletrônicas — assim como o da lavagem de dinheiro de clubes por parte de investidores do Leste Europeu — está hoje entre as principais preocupações da Fifa. Em um Congresso realizado no início do mês, em Zurique, na Suíça, a entidade criou um grupo de trabalho para estudar meios de combater os dois problemas. O grupo é presidido pelo brasileiro Ricardo Teixeira, presidente da CBF.

As loterias esportivas eletrônicas existem há pelo menos dez anos na internet — substituiriam bolsas de aposta clandestinas, como a italiana Totohero, que, nos anos 80, foi pivô do maior escândalo de corrupção do futebol mundial (veja boxe na pág. 76). Por meio desse novo sistema, internautas vietnamitas hoje podem apostar em jogos do Campeonato Brasileiro, italianos podem dar palpites em partidas de torneios israelenses, e assim por diante. Atualmente, o principal domicílio das loterias eletrônicas é a Inglaterra. Lá, a prática é permitida por lei e virou mania entre a população. VEJA apurou que a quadrilha do apito se preparava para lucrar em euros apostando no LivéScore, um dos mais famosos sites ingleses.

Pode-se dizer a favor da profissão de árbitro de futebol que o fato de apenas Edilson Pereira de Carvalho e Paulo José Danelon terem sido pegos diretamente pela investigação é uma prova de que os demais são corretos. Sim. Mas a descoberta da ação da máfia do apito é um duro golpe contra a credibilidade de toda a arbitragem brasileira. Ela lança uma sombra de desconfiança sobre os gramados dos estádios nacionais. Em quase todas as rodadas dos campeonatos, erros graves cometidos por juizes

## APITO SOB SUSPEITA

Como foram os jogos apitados pelo juiz Edilson Pereira de Carvalho no Campeonato Brasileiro

8 de maio

VASCO 0 X 1 BOTAFOGO

O gol do Botafogo aconteceu graças a um pênalti que o próprio juiz Edilson Pereira de Carvalho, em conversa com a reportagem de VEJA, admitiu não ter existido. O pênalti foi marcado aos 19 minutos do segundo tempo. O Gaeco tem informações de que a parada foi vendida.

2 de julho

PONTE PRETA 1 X 0 SAO PAULO

Edilson acertou em um lance polêmico: um pênalti para o São Paulo, dado no final do jogo e defendido pelo goleiro da Ponte Preta! Observadores afirmam que o pênalti foi legítimo.

16 de julho

PAIGANDU 1 X 2 CRUZEIRO

Não houve lances polêmicos.

24 de julho

JUVENTUDE 1 X 4 FIGUEIRENSE

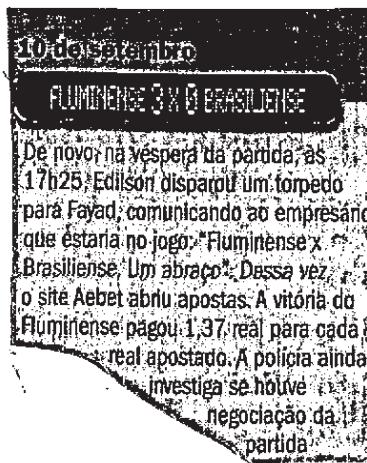
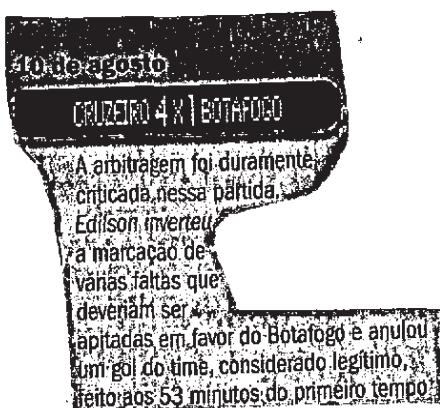
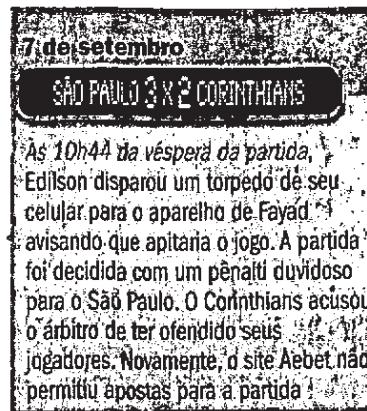
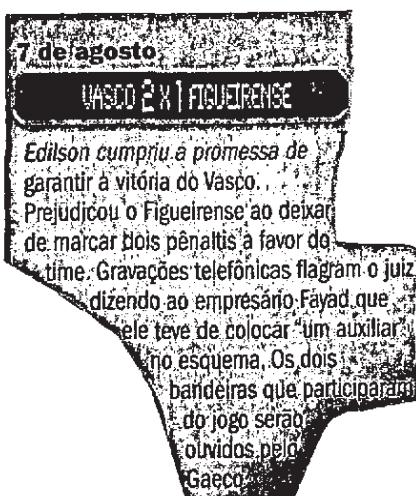
As escutas feitas pela polícia mostram Edilson explicando aos chefes por que não conseguiu produzir o resultado acertado entre eles. Diz que o jogador Edmundo, do Figueirense, "acabou com o jogo". Edmundo fez três gols. O juiz culpou ainda o Juventude por ter perdido um pênalti marcado por ele e destinado a favorecer o time.

31 de julho

SANTOS 4 X 2 CORINTHIANS

Conversas captadas pela polícia depois do jogo mostram o empresário Fayad cobrando Edilson pela derrota do Corinthians, time no qual havia apostado. O juiz tentou se explicar, dizendo que o Santos jogou muito melhor e que ele não pode fazer nada. Prometeu se recuperar no jogo seguinte, nem que saisse de escolta do estádio.

costumariam virar tema de intermináveis discussões nas mesas-redondas de domingo. Até o momento, no entanto, acreditava-se que isso ocorria apenas por deficiência técnica dos árbitros. Mas, a partir das revelações contidas nesta reportagem, os torcedores têm o direito de achar



que os erros podem estar a serviço de uma quadrilha de espertalhões. Um gol legítimo anulado ou um pênalti escandaloso não marcado podem decidir uma partida ou um campeonato. Como saber se o espetáculo não foi manipulado pelo árbitro em troca de dinheiro? Como saber se a alegria de uns torcedores e as frustrações de outros foram decididas pela qualidade e pelo empenho dos jogadores em uma disputa leal dentro do campo — ou foram apenas fruto da ganância de meia dúzia de apostadores? Como saber?

Os sites Aebet e Futbet, usados pela máfia do apito, existem desde 2002. Há

quase uma década é também possível fazer apostas de jogos dos campeonatos brasileiros em sites internacionais, como o LiveScore. O fato de o Aebet já ter rejeitado apostas em jogos apitados por Edilson não indica apenas que seus proprietários já vinham desconfiando da atuação do juiz: sugere também que eles têm alguma experiência com esse tipo de fraude. Nada garante, portanto, que não haja outros Fayads e Edilsons operando há anos no futebol nacional — e fazendo de bobos os torcedores brasileiros.

O único escândalo já registrado no futebol do país que pode se assemelhar ao agora revelado por VEJA foi o que ficou conhecido como o da "máfia da loteria esportiva". Em 1982, a revista Placar denunciou a existência de um esquema — envolvendo, além de juízes, jogadores, dirigentes e jornalistas —

destinado a manipular os resultados da loteria esportiva. Vinte pessoas foram indiciadas em inquérito policial — comandado, na ocasião, pelo atual diretor da Polícia Federal, delegado Paulo Lacerda. No processo que se seguiu ao inquérito, porém, ninguém foi condenado. No caso da máfia do apito, dada a vemicência das provas colhidas até agora, é provável que o resultado seja diferente. A revelação de mais um escândalo de corrupção é salutar no seu efeito depurador. Mas a decepção que ela representa para os milhões de brasileiros apaixonados pelo esporte — bem como o prejuízo que deverá causar à imagem do futebol brasileiro no exterior — é imensurável. O Brasil — do mensalão, do valeirôduo e dos dólares na cueca — não merecia mais essa. ■

# MUDANÇA NA CLASSIFICAÇÃO

Saiba como está hoje a tabela do Campeonato Brasileiro e como ela ficaria no caso de anulação das partidas apitadas pelo juiz Edilson Pereira de Carvalho

## COMO ESTÁ (27ª rodada)

		PONTOS	JOGOS
1º	Internacional	50	27
2º	Goiás	47	27
3º	Corinthians	47	27
4º	Fluminense	47	27
5º	Santos	47	27
6º	Palmeiras	42	27
7º	Ponte Preta	41	27
8º	Paraná	41	27
9º	Botafogo-RJ	40	27
10º	Fortaleza	39	27
11º	São Paulo	37	27
12º	Cruzeiro	37	27
13º	Juventude	37	27
14º	Corítbaba	35	27
15º	Atlético-PR	33	27
16º	Vasco	33	27
17º	São Caetano	32	27
18º	Flamengo	31	27
19º	Atlético-MG	29	27
20º	Brasiliense-DF	28	27
21º	Figueirense	26	27
22º	Paysandu-PA	23	27

## COMO FICARIA

		PONTOS	JOGOS
1º	Internacional	47	26
2º	Corinthians	47	25
3º	Goiás	47	27
4º	Fluminense	44	25
5º	Santos	44	26
6º	Palmeiras	42	27
7º	Paraná	41	27
8º	Fortaleza	39	27
9º	Ponte Preta	38	26
10º	Botafogo-RJ	37	25
11º	Corítbaba	35	26
12º	São Paulo	34	25
13º	Juventude	34	25
14º	Atlético-PR	33	27
15º	São Caetano	32	27
16º	Cruzeiro	31	25
17º	Flamengo	31	27
18º	Vasco	30	25
19º	Atlético-MG	29	27
20º	Brasiliense-DF	28	26
21º	Figueirense	23	25
22º	Paysandu-PA	23	26

\* Equipes que, com a anulação dos jogos apitados por Edilson, ficariam com um número de partidas menor do que o dos concorrentes e seriam obrigadas a disputar novamente os jogos cancelados.

# PANORAMA POLÍTICO

TEREZA CRUVINEL • de Brasília

## Pista para o valerioduto

• Em seu depoimento de ontem no Conselho de Ética da Câmara, a presidente do Banco Rural, Kátia Rabelo, deixou novamente várias pistas, tal como fizera ao falar à CPI dos Correios, sobre uma das hipóteses para a origem dos recursos que abasteceram o valerioduto. Nas duas ocasiões, entretanto, os parlamentares não se interessaram por esta linha alternativa de investigação.

Continuam perseguindo duas outras possibilidades, como a existência de contas do PT no exterior e a ocorrência de aplicações irregulares dos fundos de pensão no Banco Rural. Mas pelo menos o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator de movimentações financeiras da CPI dos Correios, admitiu que passará a investigar também esta outra versão, muito corrente entre políticos e empresários de Minas.

Ontem Kátia afirmou que Marcos Valério era um "facilitador" de negócios para o banco no governo, valendo-se de suas boas ligações com o PT. Negou, entretanto, que o Rural tenha recebido qualquer benefício. Caberia aos deputados pelo menos perguntar o quê então ele facilitou ou tentou facilitar.

O que ela disse combina bem com a tal versão. Diz ela que Valério tinha um acordo com o Banco Rural para conseguir junto ao governo, com a ajuda de seus novos amigos petistas, o levantamento da intervenção do Banco Central no Banco

Mercantil de Pernambuco, cujo espólio foi adquirido pelo Banco Rural (que era detentor de 20%). Ganharia por isso uma comissão de intermediação do negócio da ordem R\$ 250 milhões, da qual destinaria uma parte ao PT. Ou seja, com uma só operação, lastreada no tráfico de influência, ficaria rico e resolveria os problemas do PT. O Banco Rural teria feito "adiantamentos" desta comissão dando-lhes a forma de empréstimos. Daí as garantias precárias e a tolerância com a inadimplência. O grosso do dinheiro viria depois mas o negócio não saiu. A Fazenda e o Banco Central nunca o autorizaram.

Uma tal operação, entretanto, jamais poderia ser bancada por Delúbio. Seria preciso a anuência do então ministro José Dirceu e a boa vontade de Palocci. Ontem Kátia afirmou que a diretoria do Rural teve encontros com Dirceu mediados por Valério e que ela e outro diretor tiveram com ele um jantar, em 6 de agosto de 2004, em Belo Horizonte, sem a presença de Valério. Neste encontro, teriam

tratado da liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco. Quando depôs no Conselho de Ética, Dirceu disse a mesma coisa. Negou ter tratado de empréstimos com os diretores do Rural afirmando que a conversa foi sobre o destino do Banco Mercantil de Pernambuco. Kátia ontem sustentou a versão dos empréstimos e refutou a hipótese de o Rural ter sido beneficiado por aplicações dos fundos de pensão. Assegurou que elas sofreram até uma leve queda em relação ao governo passado.

Duas perguntas estão histórica suscita. Primeiro, se a história procede, por que Delúbio e Valério não deram logo esta explicação? Para o PT teria sido melhor mas não para Dirceu. Quiseram poupar o e não puderam mais sair da versão dos empréstimos.

A outra pergunta é: por que a CPI sempre descarta esta hipótese, que esclareceria a origem de pelo menos boa parte do dinheiro? Além disso, ela alcançaria a ponta que está passando impune, o Banco Rural. Esta versão, entretanto, não interessa à oposição, mais interessada em golpear o PT, acusando-o de patrocinar um colossal desvio de dinheiro público.

Mas diz agora o deputado Gustavo Fruet:

— De fato temos deixado esta hipótese em segundo plano mas eu estou empenhado em investigá-la. Há muitos elementos que a tornam plausível. O problema é que o Banco Central se negou sempre a confirmar que tenha recebido pressões, do Delúbio ou do Dirceu, para facilitar a entrega do Banco Mercantil de Pernambuco ao Rural. Se o Banco Central não colabora, fica difícil, embora eu tenha informação de que as pressões ocorreram.

## CRISE POLÍTICA

# 2006 embola tudo na Câmara

Com medo da derrota, PT lança Aldo para substituir Severino, mas já são quase dez candidatos

Ilmar Franco

BRASÍLIA

**U**m dia depois de o PT apresentar seu nome para concorrer à presidência da Câmara, o líder do governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP), abriu mão da candidatura e anunciou que seu partido, o PSB e o PCdoB estavam lançando outro candidato: o deputado e ex-ministro da Coordenação Política Aldo Rebelo (PCdoB-SP). A reviravolta ocorreu depois de 24 horas de negociações e só foi anunciada ontem à noite. A mudança foi forçada pela avaliação comum dos aliados e do Planalto de que as resistências a um candidato petista poderiam possibilitar a vitória de um nome da oposição. Menos de 24 horas depois da renúncia de Severino Cavalcanti ao cargo, já eram pelo menos nove os candidatos. Partidos governistas e de oposição estão de olho nas eleições de 2006, numa disputa acirrada que dificulta o consenso e tumultua a sucessão de Severino.

Contando com o apoio da ala governista do PMDB e do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), Aldo vai agora atrás do apoio de PP, PL, PTB e PMDB, todos com candidatos já lançados formal ou informalmente. Ele já tem apoios de líderes desses partidos — do líder do PL, Sandro Mabel (GO), do vice-líder do PP, Agnaldo Muniz (RO) e do líder do PMDB, Wilson Santiago (PB) — mas precisa conquis-

tar suas bancadas.

— O partido mostrou desprendimento. Demonstrou que obter a maioria e vencer as eleições tem importância estratégica — avaliou Fontana.

O próprio Chinaglia, que era o preferido do PP e do PL, foi quem estimulou o debate sobre a candidatura, sob o argumento de que o governo não poderia sofrer uma derrota.

— Retirei minha candidatura e o nosso candidato será o Aldo Rebelo. Tínhamos que tomar decisões rápidas para conseguir eleger o presidente da Câmara. E como líder do governo minha obrigação maior é com a condução do processo — afirmou.

## Presidente participa das articulações

- O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, participaram da articulação para a troca da candidatura governista à presidência da Câmara. A todos os políticos com os quais conversou desde quarta-feira, Lula repetiu que a base aliada unida em torno de um candidato era a manobra mais segura de evitar que a oposição conquiste o comando da Casa.

Chinaglia quis insistir na candidatura, mas Lula disse que o PT, pivô da atual crise política, não tinha como impor nomes e corria risco de derrota. E que queria que ele permanecesse na liderança do governo.

Antes mesmo de o nome de Aldo ser oficializado, o líder do PTB, José Múcio (PE), foi consultado e afirmou que o partido poderia rediscutir a candidatura de Luiz Antônio Fleury (PTB-SP) em favor de um não-petista. O líder do PSB, Renato Casagrande (ES), consultou os líderes do PDT, do PPS e do PV, que adiaram a tomada de posição, mas adiantaram que teriam dificuldades para apoiar qualquer governista e não apenas os petistas.

— O importante é buscar alguém que unifique mais a base aliada e atraia os partidos não alinhados com a candidatura de Thomaz Nonô (PFL-AL) — afirmou Casagrande.

— Um candidato com o rótulo palaciano não terá apoio do nosso bloco — disse o líder do PDT, Severiano Alves (BA).

O deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) ontem mesmo disse que retiraria seu nome. O líder do PMDB, Wilson Santiago, ficou de conversar com o presidente do PMDB, Michel Temer (SP), e a bancada. No PP persiste a incerteza. O corregedor da Câmara, Ciro Nogueira (PP-PI), pôs sua candidatura na rua apesar de no dia anterior seu partido ter apresentado o nome do ex-ministro e deputado Francisco Dorneles (PP-RJ).

— Eu não serei nunca o dissenso.

Minha candidatura procura o consenso e o entendimento entre os partidos. Dentro de um consenso mínimo eu disputo a eleição. Sou indicado pela

# Figueirense pretende uma nova disputa com o Vasco

O Figueirense pretende solicitar a realização de uma nova partida com o Vasco, com a consequente anulação do jogo do dia 7 de agosto, em São Januário (RJ). O jogo original é considerado um dos ícones do esquema de manipulação de resultados. Em uma conversa telefônica (veja a gravação na íntegra no quadro ao lado), o árbitro paulista Edilson Pereira de Carvalho admite o favorecimento aos vencedores.

O presidente do Figueira, Norton Boppré, revelou ontem, em entrevista coletiva, que o clube vai lutar para ser compensado pelos prejuízos causados na fraude, mas não defende intervenção extra no campeonato.

– O Figueirense é favorável à revisão dos jogos em que foi prejudicado, principalmente aquele com o Vasco. Temos um encaminhamento nesse sentido com Luiz Zveiter. Mas não somos favoráveis à virada de mesa. Vamos buscar nossa colocação dentro de campo.

A diretoria alvinegra se reuniu em pelo menos duas ocasiões no fim de semana para avaliar os rumos do episódio. Uma no sábado de manhã e outra ontem à tarde, antes da vitória sobre o Atlético-PR. O clube garante que a revelação do esquema não chegou a ser considerada uma surpresa.

– Já desconfiávamos há um bom tempo. Havia algo estranho, neste ano, em relação aos outros campeonatos, por conta dos sucessivos erros de arbitragem – afirmou Boppré.

O presidente da Federação Catarinense de Futebol, Delfim Peixoto Filho, atestou informando que esteve no Rio de Janeiro, em julho, levando as suspeitas do Figueirense à direção da CBF, tendo citado o próprio nome de Edilson Pereira de Carvalho na ocasião.

## 20 mil horas de gravação

Edilson (da Fifa), confessou ter manipulado resultados em três campeonatos este ano: Paulista, Brasileiro e Libertadores.

A Polícia Federal tem certeza do envolvimento.

– Temos 20 mil horas de escuta gravadas. Não há

dúvidas de que o Edilson fraudava resultados. Ele admitiu isso – disse o promotor Roberto Porto.

Edilson foi preso na madrugada de sábado, em Jacareí (SP). Chegou algemado à PF, e disse que a sua mulher e sua filha receberam ameaças de morte.

Conversa gravada pela Polícia Federal entre os dias 6 e 8 de agosto, nas quais Edilson Pereira de Carvalho e o empresário Nagib Fayad combinam o resultado do jogo entre Vasco e Figueirense – no qual os cariocas venceram por 2 a 1.

Edilson – Amanhã eu faço Vasco e Figueirense.

Fayad – Qualquer coisa eu ligo pra você. Tô desanimado.

Edilson – O Figueirense joga sem cinco titulares. E o Vasco tem de ganhar de qualquer jeito (...) Vou marcar falta no meio-campo. Se o cara reclamar, meto pra fora (...) Não joga Edimundo, Cleber, Bilu e Axel (do Figueirense) (...).

Fayad – É brincadeira. Faz o seguinte: deixa eu ligar pra você até a meia-noite.

te, deixa que eu vou ver o que fazer.

Edilson – Tá jóia, o que você quiser. Pode jogar até os carros que você tem que amanhã eu saio de escolta (do jogo) do Figueirense.

Fayad – Não, beleza.

Edilson – Pode jogar até os seus carros pra gente tirar um pouco da diferença, pra mim e pra você, alguma coisa. Porque num jogo que você jogar forte, você recupera alguma coisa, né?

Fayad – (...).

Edilson – Sim, devagar. Mas se você quiser jogar o que você quiser amanhã, pra você recuperar uma boa parte. Vê o limite que você pode jogar e mete ferro, que eu meto ferro dentro de campo. Que eu tô invadido e você também, né?

Seu interrogatório será às 14h de hoje. Espera-se que ele conte tudo o que sabe e o que tramou. A PF acredita que Nagib possa entregar nomes de mais envolvidos. O delegado da PF Victor Hugo Rodrigues Alves revelou que está só no começo no combate à máfia do apito.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, que será atendida na forma do Regimento, Senadora Ideli Salvatti.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.  
(Pausa.)

Com a palavra o Senador Alvaro Dias; a seguir, Senador Osmar Dias como Líder.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos, Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores: “O homem deixa de ser quem é para transformar-se naquilo de que os outros homens precisam.” (Afonso Arinos de Melo Franco, 1905.)

Infelizmente, a grandeza dessa metamorfose nem sempre se opera. Não acontece agora, lamentavelmente, com o Presidente da República deste País, que, no último final de semana, afirmou que a crise política é só barulho. Olha, realmente, tem razão o Presidente Lula. E que barulho é essa crise política! Tentar desqualificar esse escândalo de corrupção, o maior da nossa história, é certamente uma tarefa das mais difíceis para o Presidente Lula.

Aliás, o desencanto com o Presidente extrapola as fronteiras do nosso País e atinge, por exemplo, o escritor nicaraguense Sérgio Ramírez\*, vice-presidente daquele país durante a Revolução Sandinista, que se disse desencantado com Lula. Ao lançar o seu último livro em Bogotá, esse escritor nicaraguense declarou: “Para aqueles que acreditam, como eu, que a Esquerda poderia levantar novas bandeiras, entre elas a da transparência, saber que há evidências no Brasil, sob um Governo de Esquerda, de atos vergonhosos cometidos, depõe contra a Esquerda e enfraquece a imagem que os cidadãos deveriam ter dela.”

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é a indignação da Oposição que pode alterar a realidade dos fatos. Há uma repercussão internacional, talvez sem precedentes, relativamente à crise política que atinge o Brasil. E o Presidente da República menosprezar a dimensão dessa crise é temerário.

Sr. Presidente, as investigações de várias CPIs nos levam a concluir que existiu, realmente, um projeto de poder de longo prazo, arquitetado por alguns líderes do Partido dos Trabalhadores, fazendo com que o fim justificasse os meios e que se procedesse de forma a corromper a administração pública da maneira visível e escrachada mesmo, como se viu durante as investigações. Um projeto de poder que admitiu essa captação de recursos da forma mais escabrosa possível e imaginável. É evidente que são recursos públicos utilizados de maneira significativa, oriundos dos mais diversos setores da administração pública.

Há aqueles que haverão de indagar: “Onde estão as provas?” Provas existem, há réus confessos nessa história e aqueles que, comprovadamente, já participaram dessa rede organizada de corrupção – é bom repetir sempre –, que estabeleceu um relacionamento promíscuo entre o Poder Executivo, parte do Legislativo, partidos políticos e políticos, obviamente, ensaiando esse momento de julgamento político em fase de execução na Câmara dos Deputados, inicialmente pelo Conselho de Ética, cumprindo prazos regimentais, oferecendo ampla oportunidade de defesa a todos os denunciados pela CPI dos Correios e do Mensalão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é bom destacar que uma rede organizada, complexa e sofisticada de corrupção, se idealizou, se implantou e se operacionalizou durante algum tempo, até que o escândalo explodisse em função daquela conhecida gravação que apanhou em flagrante o Sr. Maurício Marinho recebendo R\$3 mil.

Eu gostaria de, mais uma vez, destacar que é convicção pessoal, que nos leva, inclusive, a insistir junto aos membros da CPMI, especialmente ao Presidente Delcídio Amaral e o Relator, Deputado Osmar Serraglio, para que se efetive, realmente, a contratação de auditorias independentes e autorizadas, para comprovar tecnicamente a origem dos recursos utilizados nesse esquema de corrupção. E os procedimentos administrativos estão sendo adotados para a contratação dessas auditorias, porque, ao final, se isso não ocorrer e se não buscarmos contar com o laudo técnico que comprove a origem dos recursos, haverão de discutir sempre a interpretação dos fatos. Alguns afirmam: “Há origem de recursos públicos comprovadamente”; e outros afirmarão: “Não temos provas materiais para afirmar, de forma cabal, que os recursos são de natureza pública.”

Por isso a insistência com a qualificação técnica da investigação por meio de auditorias competentes, autorizadas, que possam conferir laudo técnico, que tenha valor de prova junto ao Poder Judiciário, inclusive.

As duas vertentes fundamentais nesse esquema de corrupção: a vertente eleitoral, com o patrocínio de campanhas eleitorais, de políticos e Partidos da Base aliada, especialmente nas eleições municipais de 2004, com origem nas eleições de 2002, do Presidente Lula, já que as denúncias, sobretudo na CPI dos Bingos, dão conta de que há financiamento da campanha do Presidente Lula com recursos oriundos da área de jogos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Há a confissão de Duda Mendonça de que parte dos débitos contraídos com ele e sua agência de publicidade, pela candidatura do Presidente Lula, foram saldados

depois da posse do Presidente em conta bancária na Flórida ou em conta bancária em paraíso fiscal, com recursos certamente escusos, porque movimentados de forma ilegal, consubstanciando evasão de divisas e crimes contra a ordem tributária nacional e o sistema financeiro no nosso País.

Portanto, no princípio, o abastecimento do Caixa Dois da campanha do Presidente da República. Quanto a isso, há confissão e provas, basta que se investigue a movimentação dos recursos no Exterior, passando por várias contas bancárias identificadas e apresentadas à CPI espontaneamente pelo publicitário Duda Mendonça.

As providências já adotadas levarão tempo, porque percorrem os caminhos burocráticos, envolvendo um acordo bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, acordo de cooperação recíproca, que permite a investigação de movimentação financeira supostamente ilícita, partindo, evidentemente, da provocação da autoridade competente responsável. É por essa razão que os procedimentos adotados foram aqueles possibilitados pela legislação, mas é preciso, preliminarmente, adiantar que o resultado desse tipo de investigação leva tempo. Concluiremos os trabalhos da CPI antes que se chegue ao término dessas investigações no exterior.

Portanto, Senador Mão Santa, essa Comissão Parlamentar de Inquérito não terá condições de oferecer solução ao final dos seus trabalhos para a elucidação dessa movimentação financeira, significativa em valores, efetuada no exterior, com passagem por várias agências bancárias na Flórida, em Nova Iorque e em paraísos fiscais.

Posteriormente, durante a campanha eleitoral de 2004, envolvendo as prefeituras municipais, também houve prática confessada de corrupção. O Tesoureiro do PT, Sr. Delúbio Soares, confessou ao Ministério Público, à Polícia Federal e às CPIs do Congresso Nacional que repassou recursos ao PT e a partidos aliados durante a referida campanha. E o Presidente Lula afirma que é só barulho! Que não existe prova de nada, que ninguém pode ser indiciado, que ninguém pode ser responsabilizado civil e criminalmente. Imaginem as senhoras e os senhores se existissem provas! É uma vertente apenas.

A outra vertente diz respeito à corrupção na Câmara dos Deputados. Até aqui, felizmente, não há apontamento de que isso ocorreu no Senado Federal, mas já há comprovação – e é por essa razão que 18 Parlamentares foram denunciados por duas CPMIs – do pagamento de propina para a obtenção de apoio na Câmara dos Deputados.

Não há como negar a evidência desses fatos e não há como admitir um Presidente da República afirmar tratar-se apenas de barulho. Mesmo que o pronunciamento do Presidente da República se dê em palanque eleitoral, armado na periferia do País, não é justo admitir que quem exerce o cargo mais importante do País possa descer a esse patamar para fazer afirmativas estapafúrdias como essa.

Sr. Presidente, é evidente que o setor privado participou dessa relação espúria entre o que é o público e o que é privado. A confusão entre o que é privado e o que é público veio desde a campanha eleitoral do Presidente Lula. Especialmente, visualizou-se essa confusão na posse do Presidente, quando as festividades de posse foram organizadas pelo Partido, e não pelo Cerimonial da Presidência da República...

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Senador Alvaro Dias...

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – ... quando as despesas dessas festividades foram efetuadas por Marcos Valério, por meio do PT, e não do Poder Público. É evidente que, a partir daquele momento, o Sr. Marcos Valério resolia dificuldades para conseguir facilidades e começava a plantar os seus tentáculos em todas as áreas da administração pública federal, para fazer valer a sua influência nefasta e operar esse esquema de corrupção ora desmontado pelas investigações.

Antes de prosseguir, concedo, com satisfação, um aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Senador Alvaro Dias, primeiramente, queremos cumprimentá-lo pela maneira obstinada com que vem exercendo o seu mandato. V. Ex<sup>a</sup> resgatou, com sua inteligência, naquele tempo em que não se acreditava mais em CPI, a CPI da Terra, que estava sob sua liderança e que era a única que funcionava. Agora, surgiram outras. Entendo que o PT se equivocou. Esse rolo que está aí é o que eles entendem por PPP, Parcerias Público-Privadas. Misturaram o que era de responsabilidade do Governo com o que era de responsabilidade do Partido, e está aí esse rolo todo que a sua CPI está esclarecendo ao Brasil.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

É preciso acreditar, por exemplo, na veracidade de que todos os recursos utilizados nesse esquema de corrupção, com o qual se adquiriram consciências na Câmara dos Deputados e conquistaram o apoio nas campanhas eleitorais, tenham tido origem nos empréstimos efetuados, pelas agências de dois bancos, ao PT e ao Sr. Marcos Valério, que os teria transferido ao Sr. Delúbio Soares, que os teria repassado...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Vou concluir, Sr. Presidente.

...a Lideranças políticas, a partidos políticos, supostamente para alimentar os caixas de campanhas eleitorais. Acreditar nisso seria como acreditar no impossível, na fantasia! São operações – até o próprio Vice-Presidente da República afirmou taxativamente não acreditar na existência desses empréstimos – contábeis, destinadas a promover a lavagem do dinheiro público, subtraído de forma desonesta para alimentar esse projeto de poder de longo prazo, arquitetado por alguns visionários.

Portanto, Sr. Presidente, viemos à tribuna repetir as razões da nossa convicção – não é essa a primeira vez que nos pronunciamos sobre esse modelo de corrupção instalado no Brasil – exatamente em resposta às afirmações do Presidente da República, nessa sua vã tentativa de convencer o País de que o que existe é apenas barulho e invenção dos oposicionistas e das elites, conforme o Presidente se acostumou a afirmar nos seus últimos pronunciamentos.

Na verdade, o que há é um enorme escândalo de corrupção; é uma rede sistêmica e organizada de corrupção, com muita complexidade e sofisticação, que dificulta as investigações, a apuração dos fatos e, sobretudo, a identificação da origem dos recursos utilizados nesse esquema.

É evidente que, mais uma vez, é preciso afirmar ao Presidente Lula:

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Agora, concluindo, Sr. Presidente. O grande corruptor é realmente o Poder Executivo, que, por meio de ilustres integrantes seus, arquitetou esse modelo de corrupção, financiou-a e designou os seus operadores principais, provocando essa grande indignação nacional.

*Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares.*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Convidado a assomar à tribuna o Senador Osmar Dias, do Estado do Paraná, pela Liderança do PDT.

**O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR)** Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, não sei se o Presidente Lula, o Ministro Palocci e o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, acreditam que a população vai comer juros e superávit primário, ou se, realmente, as viagens do Presidente Lula e a ausência total de diálogo do Go-

verno com a sociedade os estão levando a um equívoco muito grave.

Todas as manchetes dos jornais de hoje são estarrecedoras no que se refere à crise que abala a economia brasileira.

Não quero falar sobre mensalão, propinas pagas e corrupção, porque para isso existem as CPIs, que estão investigando o assunto. Temos a obrigação de nos comportar, no Senado e no Congresso Nacional, com maturidade e equilíbrio suficientes para promover a investigação do jeito que deve ser feita: tecnicamente, buscando os responsáveis pela crise. Até penso que deveríamos ver o Congresso Nacional acelerando esse processo para que a situação incômoda que vive o Governo e a indignação da sociedade possam ter um final que seja pelo menos aceitável para a população: os responsáveis punidos e o País continuando a sua vida e o seu curso. No entanto, não sei se porque se enrolou tanto na crise ou se por estar tão pressionado e “esnucado” por ela, o Governo não consegue sequer enxergar a realidade que vive o País.

O PIB do agronegócio, pela primeira vez desde 1997, cai neste ano – e não cai pouco: em relação ao ano passado, cerca de 10%. Isso não acontece apenas em função da estiagem, mas da política econômica que está levando a uma transferência, nunca jamais vista, de dinheiro do setor produtivo para os bancos. Os lucros bancários, no primeiro semestre deste ano, chegaram a R\$12 bilhões, contando-se apenas os principais bancos do Brasil. Enquanto isso, agricultores e fornecedores de equipamentos estão quebrando, e já começam a vender equipamentos e tratores, adquiridos durante um período que foi considerado muito bom para a agricultura e para o agricultor brasileiro, para pagar dívidas, porque não conseguirão sobreviver se não o fizerem.

Se o PIB decresceu, o emprego desabou. A geração de empregos na agricultura representou, em 2003 – portanto, no primeiro ano do Governo Lula –, 38% de todos os empregos gerados no Brasil; em 2004, 22%; e, neste ano, fechará em 20%. Há uma redução de 19% na criação de postos de trabalho na agricultura num período curtíssimo, que foi exatamente o que coincidiu com o período do Governo Lula, o que mostra o seu total desrespeito para com um setor que segura a balança comercial e a geração de empregos no Brasil.

É bom repetir: em 2003, no primeiro ano do Governo, sofrendo ainda os reflexos da safra plantada no Governo anterior, a participação do agronegócio na geração de empregos no País foi de 38%; neste ano, será de 20%.

E não é só isso: o Governo acaba de vetar – e fez isso comemorando o fato de estar contribuindo para o superávit primário e para a redução do déficit fiscal – tudo o que havia prometido para os agricultores durante o “tratoraço”. Vetou, sem dó nem piedade, a renegociação das dívidas dos agricultores – R\$20 bilhões estavam em renegociação –, o seguro, a compensação para os Estados que perdem recursos com a Lei Kandir – só o Paraná vai perder R\$100 milhões no ano, em função do veto do Presidente – e o aumento de servidores. Vetou, enfim, tudo o que havia prometido, não durante a campanha eleitoral – porque, se formos lembrar das promessas que não foram cumpridas, vamos passar muito tempo falando sobre elas –, mas há dois meses. O Governo não consegue se lembrar do que prometeu há dois meses! É um Governo que não cumpre a palavra empenhada. É um Governo que não cumpre a palavra, porque a deu aos agricultores que aqui estiveram, naquele movimento conhecido como “tratoraço”.

No entanto, cumpre, religiosamente, os seus compromissos com os banqueiros internacionais. Foram pagos US\$105,688 bilhões de juros da dívida apenas até agosto, neste ano. Isso significa 26% a mais que no mesmo período no ano passado. O pagamento de juros ultrapassa, portanto, US\$100 bilhões. Enquanto isso, nega renegociar R\$20 bilhões – não são dólares, mas reais – da dívida dos agricultores, que precisam da renegociação para financiar a próxima safra.

Aí, vem outro problema: mesmo que renegociem a dívida, os agricultores não vão encontrar crédito nos bancos, porque o Governo que prometeu o maior volume de recursos para a agricultura não os disponibiliza no momento em que o agricultor precisa comprar os insumos, preparar o solo e colocar em seus armazéns as sementes para plantar – a partir do próximo mês de outubro – as lavouras que serão colhidas no ano que vem. O Governo não está pensando, acredito eu, no desastre que ocorrerá no ano que vem caso não mude imediatamente de postura e passe não somente a cumprir as promessas, mas a seguir o calendário agrícola e a acompanhar aquilo que acontece no interior do País, onde Municípios quebram porque a agricultura está sem força e os agricultores estão colocando equipamentos e propriedades à venda.

O Governo Lula comemora o superávit primário, mas não baixa a taxa de juros para impedir essa enxurrada de dólares especulativos que ingressam no País. O Governo fala: “Ah, mas a agricultura ainda vai gerar um superávit de 30 bilhões, exportando 38 bilhões; ou serão 38 bilhões de superávit, exportando 45 bilhões”. Quero dizer que estamos naquilo que o caminhoneiro chama de banguela: a agricultura está

exportando o que colheu, mas no ano que vem não vai ter o que exportar.

Apenas em Mato Grosso, o maior produtor de soja, já se fala numa queda de área de plantio de 20%, e, no meu Estado, pode chegar a 10% a queda dessa cultura, que é, sem dúvida nenhuma, importante na balança comercial, porque gera divisas e empregos. Ouvi o presidente da Federação de Agricultura de Mato Grosso afirmar que, de cada 100 trabalhadores, 40 serão dispensados nas fazendas do Estado. Isso é gravíssimo, porque é um problema social que está sendo criado, mas o Governo só enxerga superávit primário, pagamento de juros da dívida e, na verdade, aquilo que é motivo de alegria e festa para os banqueiros brasileiros, os quais comemoraram, neste semestre, o maior lucro da história dos bancos, exatamente contradizendo tudo que foi pregado pelo Presidente eleito pelo PT.

Eu acredito, Sr. Presidente, que estamos diante de uma situação gravíssima.

Os Estados brasileiros que colaboraram com a balança comercial, porque são produtores de matéria-prima e que têm, portanto, desconto nos impostos sobre as exportações, já deveriam estar sendo atendidos pela compensação prometida pelo Governo, a Lei Kandir.

Vou repetir o que perde o Paraná: R\$100 milhões. Farão muita falta ao Paraná R\$100 milhões. Um Estado não pode assim abrir mão, ele que contribui – e muito – para o desenvolvimento do País, com o seu trabalho, com a sua produção, e perder R\$100 milhões, porque o Governo deixa de cumprir a sua palavra.

O Governo deixa de cumprir a sua palavra com os Estados, com os agricultores, com os servidores públicos, que tiveram, com o voto, a frustração de ver atendido o seu pleito e não apenas o seu pleito, mas o acordo feito com o Governo de aumento linear, de acordo com a inflação anual. E agora o Governo se desmoraliza não apenas porque está praticamente envolvido nessas denúncias de corrupção, que não acabam mais e das quais também não se chega ao fim, pela investigação, pois cada dia surge uma nova. Vemos o Governo se perder cada vez mais e se esquecer de que o ano está para terminar. O ano que vem é ano de eleição, e, num ano de eleição, este Congresso Nacional terá dificuldades de votar, de aprovar, porque as disputas serão naturais.

O Governo tem de apressar a votação de medidas, projetos, propostas que os próprios Parlamentares estão fazendo para sanear a economia brasileira.

*(O Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Já vou encerrar, Sr. Presidente, mas antes gostaria de dizer que estou aqui na tribuna não apenas para criticar o Governo do Lula, não – isso já tem muita gente fazendo e é algo que o povo brasileiro tem feito com uma intensidade tão aguda que não há necessidade de um Parlamentar vir à tribuna para fazê-lo. Vim falar sobre a responsabilidade que tenho de ser no Senado representante de um Estado que tem na agricultura e no agronegócio a dependência de sua economia, que tem na agricultura familiar espalhados mais de 300 mil produtores, pequenos agricultores, que, somados, fazem uma grande produção de soja, de arroz, de milho, de feijão – ainda e apesar de todas as dificuldades –, de trigo, apesar de não se ter preço sequer para vender. São pequenos agricultores familiares que querem continuar em suas propriedades produzindo, porque desempregados o Brasil já os tem em número muito grande, problema que precisa ser resolvido.

E diz o Presidente Lula que o Brasil crescerá a 3,5% este ano. Um crescimento bom, segundo o próprio Presidente Lula. Isso é, sem dúvida, falta de conhecimento da realidade. Estamos perdendo uma grande oportunidade, porque os países emergentes estão crescendo a taxas de 8% a 9% e são aqueles que mais concorrem com o Brasil na matéria-prima que exportamos.

O Brasil não consegue crescer porque está amarrado por um Governo que não põe em prática as medidas que assumiu como compromisso ou como promessas há dois meses. A safra está para ser plantada e as consequências serão dramáticas a partir do próximo ano.

Estou aqui para cumprir o dever de cidadão, o dever de Senador de um Estado que depende, em termos de empregos, economia e crescimento, da agricultura, do agronegócio, do cooperativismo. Alerto o Governo: não só o Paraná, mas todo o País sofrerá por essa inconsequente política econômica colocada em prática ou pela falta das medidas que o Governo prometeu e que deixa de adotar em momento crucial para a agricultura brasileira, setor que está sofrendo muito com essa incapacidade do Governo de se desvincilar da crise e administrar o País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O próximo orador é o Senador Valdir Raupp.

S. Ex<sup>a</sup> disporá de dez minutos, mais cinco minutos de tolerância, para ocupar a tribuna.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, Sr. Presidente, foi o Tratado de Roma, firmado em 1957, que deu o impulso vital, no pós-Guerra, ao conjunto de esforços de um pequeno grupo de países voltados para a integração regional. Estabelecia-se, assim, um modelo que viria a se transformar em paradigma para iniciativas semelhantes que se seguiram em todo o mundo. Com o tratado, teve início o processo, que se mantém já por várias décadas, de união das nações do Velho Continente, recobrindo um espaço geográfico que vai do Atlântico aos limites da Rússia. Refiro-me, é claro, à União Européia e seus 25 países-membros.

Consagrada como o mais bem-sucedido exercício de superação das diferenças e de prevalência estrita dos interesses nacionais, dentro de um continente marcado por profundas diferenças, a Europa tornou-se o grande modelo para as demais regiões do mundo interessadas na formação de blocos econômicos e comerciais.

A América do Sul, território em que as idéias integracionistas remontam ao princípio do Século XIX, pela voz de Simon Bolívar, aguardou a segunda metade do Século XX para dar forma aos grupamentos de nações. Assim, Sr. Presidente, surgiram o Caricom, o Mercosul e a Comunidade Andina, três das mais destacadas instituições multilaterais de nosso subcontinente. Nos últimos meses, tivemos uma nova e mais ambiciosa iniciativa, o lançamento da Comunidade Sul-Americana de Nações – Casa.

É certo que os processos de integração comunitária, assentados sobretudo na contigüidade territorial, têm como vetor principal os interesses comuns, com destaque para os econômicos, manifestados no incremento das trocas comerciais. Eventualmente, contudo, esses processos desdobram-se também na descoberta e promoção de valores extra-econômicos confluentes, por exemplo, os culturais. E esse é um dos mais formidáveis ganhos adicionais da integração.

No imenso espaço dentro do qual se conforma a nossa América, envolvida e beneficiada pelos Oceanos Atlântico e Pacífico, finalmente o Brasil dá um passo decisivo para a concretização da tão esperada e necessária saída para o Pacífico.

Nós, que, por razões de disposição territorial óbvias, sempre estivemos voltados para o Atlântico, vamos descobrir, enfim, e utilizar o oceano Pacífico em suas inúmeras potencialidades para a vida dos nossos negócios. É a integração física do subcontinente que se amplia, possibilitando o aumento e a aceleração da integração econômica e comercial.

Para mim, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, que sempre fui um obstinado defensor da saída para o Pacífico, é uma satisfação muito grande registrar

o início das obras da rodovia Interoceânica. O gesto decisivo consumou-se em recente solenidade com a participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de seu colega peruano, Alejandro Toledo, e o boliviano Eduardo Rodrigues.

Ainda no ano passado, tive oportunidade de participar de uma solenidade em Cobijas, na Bolívia, onde estavam também o Presidente brasileiro, o Presidente peruano e o Presidente boliviano, tratando do mesmo assunto – a saída para o Pacífico –, inaugurando a última ponte de ligação do Brasil com o Peru. O lado brasileiro já estava pronto há algum tempo, restando, agora, realizar a construção do trecho no lado peruano.

No início deste mês, os três mandatários, reunidos em Puerto Maldonado, no Peru, lançaram a pedra fundamental, decretando o início efetivo das obras da rodovia que vai ligar o Brasil aos portos peruanos de Ilo, Matarani e San Juan, no oceano Pacífico.

Enfim, brasileiros, rondonienses e acreanos, ao lado de nossos irmãos peruanos, pudemos celebrar o começo da concretização de uma antiga demanda, não apenas de nossa região, mas também de todo o Brasil. Somando 2,6 mil quilômetros de extensão, dos quais mais de mil quilômetros em território peruano, a nova rodovia será um verdadeiro corredor de escoamento para exportação de produtos brasileiros destinados aos prósperos mercados asiáticos, operando ainda o incremento das relações entre os mercados regionais de fronteira e dando força a inúmeras economias locais.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, como assinalou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a construção da rodovia Interoceânica promoverá a integração definitiva do Brasil com a América do Sul, em um processo de aproximação com os países vizinhos, que contribuirá para o desenvolvimento nacional.

É evidente que inúmeras lideranças políticas, empresariais e comunitárias de Rondônia, meu Estado, entre as quais modestamente me incluo, vêm defendendo a implementação dessa ligação do Brasil com o oceano Pacífico há muitos anos. Tomamos sempre em consideração o manancial de perspectivas que se abrem e o positivo impacto que a iniciativa trará para nosso Estado e região, e também para o Brasil, como assinalou o Presidente da República. Da mesma forma e em medida semelhante, o Peru e os peruanos haverão de beneficiar-se com essa medida, que contribuirá para a prosperidade de nosso vizinho e parceiro.

Ilustrando a elevada importância da rodovia Interoceânica para a nossa região, menciono o excelente trabalho do Deputado Miguel de Souza, Deputado Federal do meu Estado, que liderou – e registrou em livro editado pelo Sebrae – a Caravana da Integração

Brasil-Peru-Bolívia, reunindo 25 pessoas, com o propósito de “demonstrar a importância, a viabilidade e a necessidade da ligação rodoviária entre Brasil, Peru e Bolívia, através dos Estados de Rondônia e Acre”. Com a participação de empresários, políticos, técnicos e jornalistas, a caravana, realizada num período de três semanas, derrubou, nas palavras de seu idealizador, mitos e preconceitos que se interpunham à construção dessa rodovia. Por certo, essa formidável iniciativa “bandeirante” contribuiu para que os governos acelerassem as negociações e dessem, enfim, início a essa grande obra.

No período em que tive a honra de governar o Estado de Rondônia – e vejo na Mesa dois ex-Governadores, o Senador Mão Santa e o Presidente Antonio Carlos Valadares –, entre 1995 a 1999, e mesmo antes disso, Senador Mão Santa, conforme registra a obra do Deputado Miguel de Souza, sempre enfatizei e desenvolvi gestões que evidenciavam a importância política, econômica e comercial da saída para o Pacífico.

Creio que V. Ex<sup>as</sup>, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, não hesitarão em concordar comigo a respeito do poder de transformação social e da genuína promoção econômica que uma iniciativa dessa envergadura representará para toda aquela região e, logo, para o Brasil.

A Secretaria de Investimentos Estratégicos, órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão brasileiro, estima que a construção da rodovia Interoceânica se refletirá na vida de 12,3 milhões de habitantes do eixo Peru/Brasil/Bolívia. Vai gerar, inclusive, resultados a favor da inclusão social e da distribuição de renda, pois se trata de área com Produto Interno Bruto de US\$31 bilhões, mas cujo PIB **per capita** é de apenas US\$2,5 mil.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Senador Valdir Raupp, congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup>, que várias vezes veio à tribuna, para advertir o Governo brasileiro sobre a necessidade de estradas. Isso me faz lembrar Pedro II, que governou o País durante 49 anos – isto é bom lembrar ao Presidente Lula – e foi só uma vez à Europa. Mas de lá ele mandou uma carta: “Isabel, minha filha, o melhor presente que se pode dar a um povo é uma estrada”. Isso inspirou o Presidente Washington Luís, que disse que “governar é fazer estradas”. E o ícone da nossa geração, Juscelino Kubitschek, defendia a energia e o transporte. Dou meu testemunho de que o Senador Raupp foi um extraordinário Prefeito e chegou ao Governo do Estado, porque construiu muitas estradas – e o fez também quando Governador. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> e faço votos de que o Governo ouça esse grande líder do PMDB, que se lhe tem mostrado até aliado. V.

Ex<sup>a</sup> é um aliado, mas espero que suas palavras não fiquem no ar, sem ter um sentido de aceitação.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelo aparte. V. Ex<sup>a</sup> sempre tem contribuído para engrandecer os nossos pronunciamentos.

Gostaria, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, de enfatizar, mais uma vez, que a construção dessa rodovia teve início, Senador Mão Santa, no Governo de Juscelino Kubitschek. A BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho e Rio Branco, foi construída em um ano. Ele perguntou a seus assessores se a rodovia poderia ser construída nesse espaço de tempo, e creio que foi o Ministro dos Transportes que lhe falou: "Presidente, pode ser feita, mas isso é coisa para macho!" Ele disse: "Pois, então, será feita." E a fez. Em um ano, ele a abriu – é claro que não-asfaltada –, colocou cascalho e a deixou transitável de Cuiabá a Porto Velho.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Quantos quilômetros?

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – São aproximadamente 1.800 quilômetros de rodovias, atravessando selvas, rios imensos, pantanais. Ele conseguiu chegar, com essa obra, a Porto Velho. Se não me falha a memória, apenas a Porto Velho e, posteriormente, a Rio Branco, no Acre.

Assim, o lado brasileiro já está pronto até a divisa do Peru. O asfaltamento começou ainda no Governo Sarney e depois teve continuidade nos dois Governos de Fernando Henrique Cardoso, que o levou até a divisa do Acre. Creio que Lula o está complementando com pequeno trecho, com pontes – ainda faltavam algumas – e, agora, com esse convênio com o governo peruano.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço apenas mais dois ou três minutos, para que eu possa concluir meu pronunciamento.

Essa obra, que, por um período de quatro anos, vai empregar cerca de 70 mil pessoas, tem um custo estimado de US\$810 milhões e será realizada por dois consórcios, que reúnem empresas brasileiras e peruanas. Os recursos são provenientes do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –, bem como da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do governo peruano.

Creio ser também importante mencionar, neste momento em que saudamos o começo das obras, os projetos complementares ensejados pela construção da rodovia Interoceânica. Há uma série de desdobramentos, com impacto no médio e no longo prazo, para as populações vizinhas à rota internacional. Autori-

dades brasileiras e peruanas já realizam estudos em torno de projetos complementares, na medida em que há uma clara preocupação com a geração de benefícios à qualidade de vida das diversas comunidades locais. A Comissão Intergovernamental de Alto Nível, já instalada, deverá elaborar um Plano de Desenvolvimento dos Corredores Econômico-Produtivos do Sul. A idéia é fomentar o desenvolvimento setorial dentro de um modelo de sustentabilidade, enquanto a estrada avança, observada a vocação de cada região. Está prevista ainda a implantação de entrepostos, que serão pontos de carga e descarga de mercadorias ao longo da rodovia.

Por sua vez, novos projetos de agricultura familiar serão implementados, alcançando e beneficiando milhares de pessoas. Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores já firmou convênio de cooperação com a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, para que micro e pequenas empresas de engenharia e consultoria econômica ajudem na identificação e implementação de projetos. Novas iniciativas na área agrícola, de pecuária e de manejo de florestas serão igualmente estimuladas nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Agregando níveis inéditos de competitividade à economia brasileira, ao permitir a saída mais barata de exportações brasileiras pelo Oceano Pacífico, a nova rodovia proporcionará ganhos imediatos à exportação de carne e derivados, madeira e grãos. Além disso, vai facilitar o escoamento de produtos, com maior valor agregado, produzidos na Amazônia. Como contrapartida, vai favorecer o ingresso de produtos peruanos e asiáticos no mercado nacional. De acordo com o Ministério de Relações Exteriores, a Interoceânica permitirá a integração com mercados da América Central, do México e do oeste norte-americano e canadense. Em uma perspectiva temporal mais ampla, facultará o acesso inclusive à economia da Oceania.

Concluindo, Sr. Presidente, como representante do Estado de Rondônia no Senado Federal, quero parabenizar o governo brasileiro e o governo peruano, as populações do meu Estado, do Acre e da Amazônia, bem como os brasileiros em geral, pelo início das obras dessa importante rodovia, cujo nome oficial é *Corredor Viário Interoceânico Sul*.

Finalmente, o Brasil e a América do Sul estão de parabéns por ingressarem em uma nova e promissora etapa de sua integração física e econômica.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade, estendendo o prazo para que eu pudesse concluir meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra à Senado-

ra Serys Slhessarenko, por 15 minutos, por permuta com o Senador Antonio Carlos Valadares, que está no exercício da Presidência.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, pretendo falar sobre alguns assuntos que dizem respeito ao meu Estado de Mato Grosso. Um deles é o desmatamento. Nacionalmente, todos sabem da problemática do meu Estado de Mato Grosso, o que mais fez queimadas e mais cortou madeira no passado.

Temos um problema sério hoje em Mato Grosso: com a moratória decretada por seis meses, faz-se necessária a regularização do desmatamento. Há um período em que a árvore é considerada madura, devendo sua madeira ser cortada, sob pena de se deteriorar e de até estragar mais o meio ambiente. Para isso, precisamos realmente de um esforço grande tanto do Ministério do Meio Ambiente quanto do Ibama.

Na semana que passou, realizamos duas audiências públicas conjuntas de algumas comissões – a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e outras – em que foi muito discutida a concessão das florestas públicas. Trata-se de algo extremamente importante, mas que requer realmente que o Ibama tenha uma estrutura mínima.

Em seguida, concederei o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Valdir Raupp.

Precisamos que o Ibama se estruture realmente para atender à avaliação dos projetos de manejo. Não adianta que as madeireiras estejam regularmente estabelecidas e constituídas se o Ibama não der o devido suporte, e isso não tem ocorrido. É um absurdo o que está acontecendo! Trata-se de um problema social. Não estamos aqui defendendo grandes madeireiras, que têm também um serviço a prestar. Entretanto, milhares de trabalhadores da indústria madeireira estão passando toda sorte de necessidade, de miséria mesmo, nos lugares mais longínquos, no meio da mata, sem a menor possibilidade de sobrevivência.

Pode-se, sim, proceder ao desmatamento de forma regularizada, principalmente com projetos de manejo, mas não é possível fazer cumprir projetos que englobem o manejo se não há, por parte do Ibama, a estrutura necessária para avaliação. Não é possível continuarmos nessa pendência, e recursos se fazem necessários para que o Ibama se estruture.

Sei, inclusive, que o meu Estado de Mato Grosso é o que tem a maior dificuldade. É preciso que o Ibama, tanto em nível estadual como federal, tenha uma injeção em termos de contratações, fazendo com

que se trate, com a seriedade devida e necessária, o desmatamento.

Não basta dizermos que isso não pode continuar. Obviamente, se não se consegue regularizar, isso vai continuar acontecendo. Não que o queiramos. Ao contrário, combatemos esse estado de coisas, mas vai continuar funcionando de forma irregular, porque não há condições para se trabalhar de forma regularizada.

Concedo o aparte ao Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex<sup>a</sup> aborda assunto de vital importância para a região Norte do País. A nossa classe madeireira vem sofrendo nos últimos anos, não apenas neste Governo, mas há muito tempo. Quando eu era governador no meu Estado, prefeito, há oito, dez, vinte anos, a diminuição das madeiras nas áreas particulares, nas áreas privadas, já vinha acontecendo. E, hoje, só temos madeira nas reservas florestais, sejam elas federais ou estaduais. Acho que chegou a hora – já um pouco tarde eu diria – de se aprovar esse projeto de lei de concessão de florestas. V. Ex<sup>a</sup> falava que já houve muitos debates nas comissões. Eu diria mais: aprovamos na semana passada, na CAE e, no mesmo dia, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, esse projeto que deve ser votado em breve pelo Senado.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – E também na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Perdão, exatamente. Eu diria que isso seria, sem dúvida alguma, a salvação das nossas empresas madeireiras que, no meu Estado, já demitiram nos últimos dois anos mais de 20 mil pessoas. No momento em que nos esforçamos para empregar mais gente, esse setor está demitindo em larga escala porque não tem mais de onde tirar madeira. E V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando diz que as árvores adultas não tem serventia alguma, nem mesmo para o meio ambiente. Com planos de manejo bem elaborados, poderemos explorar essas reservas sem agredir o meio ambiente, a exemplo do que vem acontecendo na Costa Rica, no Canadá, na Finlândia e em tantos outros países do mundo, onde, há décadas e décadas, vem sendo explorada a madeira sem agressão ao meio ambiente. Então, são planos que podem ser elaborados para 50, 100, 200 anos sem agressão ao meio ambiente. Eu pediria que esse fundo de floresta que está sendo criado pudesse ser investido no reflorestamento da Amazônia, para que, daqui a vinte ou trinta anos, esse reflorestamento diminua um pouco o impacto da retirada de árvores da floresta.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Os projetos de manejo são exatamente para este tipo de coisa: o corte e o replantio.

Além dessas ações relatadas tanto por mim quanto pelo Senador Valdir Raupp, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Assuntos Econômicos, tivemos também, na semana que passou, junto com o Deputado Ricarte de Freitas, Líder da nossa Bancada em Mato Grosso, uma conversa muito importante com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que se comprometeu a criar um grupo de trabalho composto pelo Ministério da Justiça, pela Advocacia-Geral da União, pela Casa Civil, enfim, por vários órgãos do Governo para discutir a questão do chamado direito adquirido – isso porque onde poderiam ser desmatados 20%, já foram desmatados 50% –, se já existia ou não.

Então, estamos compondo esse grupo para trabalhar e disciplinar a questão das áreas a serem desmatadas. Assim como também está sendo ultimada, com a participação do Líder da Bancada, Deputado Ricarte de Freitas, uma audiência com a Ministra Dilma Rousseff para tratar do mesmo problema.

Quero apenas dizer aos trabalhadores da indústria madeireira do meu Estado de Mato Grosso que não estamos aqui indiferentes à questão. Estamos trabalhando junto aos Ministros e aos órgãos competentes para que se busque uma solução.

Também queria registrar que, amanhã, teremos a Caminhada dos Prefeitos, em Brasília. Gostaria de lembrar que as suas reivindicações são da mais alta relevância. Inclusive, na semana passada, posicionei-me a esse respeito, principalmente no que tange ao aumento de 1% do FPM, de 22,5% para 23,5%, sempre dentro daquela nossa postura, daquele nosso posicionamento de que quem tem a possibilidade de fazer a transformação, a mudança no local, na comunidade são os prefeitos, são os vereadores, são as autoridades locais junto com a sociedade, porque é lá que a comunidade mora, lá que as pessoas vivem, lá que elas conhecem o que está acontecendo. Só quem conhece e comprehende é capaz de transformar.

Então, precisamos de duas grandes mudanças: no poder de definição de políticas em nível municipal, para que esse poder, estabelecido municipalmente, tenha a possibilidade de definir políticas para si mesmo, bem mais do que acontece hoje. E uma outra mudança diz respeito à descentralização dos recursos. É muito importante! Eu defendo que o poder local tem que ser fortalecido, pois ele forte trará melhoria de vida à comunidade local.

Já estivemos, no dia 12 deste mês de setembro, uma reunião de toda a Bancada de Mato Grosso, sob

a liderança do Prefeito José Aparecido, Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Permite-me um aparte, Senadora?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Já concedo o aparte, Senador Mão Santa. E, nessa reunião, ficou definido o nosso apoio no sentido de que se ultime a votação desse projeto de lei, que está na Câmara, que aumenta o FPM, a fim de que haja essa possibilidade e esse recurso e o quanto antes ser deslocado para os Municípios.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senadora, eu queria ser solidário ao pronunciamento de V. Exª quando relata as dificuldades por que passam os prefeitos. Senadora Serys, fui eleito Prefeito quando foi feita esta Constituição. Então, governei o Município em que nasci durante o período de 1989 a 1992, e era mais feliz porque a Constituição, Antonio Carlos Valadares – acho que V. Exª era Deputado Federal na época –, dizia que a divisão do bolo de dinheiro, Senadora Serys, era assim: 54% para a União, para o Presidente da República; 22,5% para os Estados; 21,5% para os Municípios e 2% para os fundos constitucionais. O que ocorre agora é que, desde outubro de 1988, a União, com gula, ganha mais de 60% e o Município diminuiu para 14%. Todos precisamos respeitar a Constituição. E quando Ulysses beijou-a disse: “Desrespeitar a Constituição é rasgar a Bandeira.”

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Eu queria deixar aqui registrada essa mobilização dos prefeitos, que acho importante. O Congresso tem que estar atento. A Câmara tem que realmente aprovar o quanto antes o projeto que...

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Senadora Serys...

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Senador...

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – ...pode concluir o seu raciocínio.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Eu queria aqui saudar rapidamente alguns prefeitos que vão estar presentes, como o Prefeito Wilson Santos, da nossa capital, Cuiabá; José Aparecido dos Santos, o Cidinho, Presidente da AMM; Murilo Domingos, da Várzea Grande; Zózimo Chaparral, da nossa Barra do Garças; Adilson Sachetti, de Rondonópolis; Mauro Sérgio, nosso grande companheiro de Confresa; Robson Pazeto, de Nova Xavantina; Francisco Mendes, de Diamantino; Nilson Leitão, de Sinop; Maia Neto, de Alto Araguaia; Maria Izaura, de Alta Floresta; Aniceto Miranda, de Barra do Bugres; Ricardo Henry, de Cáce-

res; Max Joel, de Jaciara; Valdir Barranco, nosso grande companheiro de Nova Bandeirantes; Chiquinho, de Nova Ubiratã; Catarino, de Nova Guarita.

Gostaria de poder citar aqui todos os 142 prefeitos e prefeitas, mas, infelizmente, não é possível, porque o tempo urge.

Concedo o aparte ao Senador Garibaldi Alves.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Senadora Serys Slhessarenko, também quero prestar a minha solidariedade ao discurso de V. Ex<sup>a</sup> e ao movimento que será empreendido pelos prefeitos. E quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que existe, nesta Casa, uma subcomissão voltada para os Municípios, a qual eu tenho a honra de presidir, que está em articulação com a Confederação Nacional dos Municípios, presidida por Paulo Ziulkoski, no sentido de fazer com que esse movimento chegue até os gabinetes ministeriais, possa sensibilizar as autoridades. É tanto que já está prevista uma audiência, na quarta-feira, entre os prefeitos e o Ministro Antonio Palocci, à tarde, e também prevista uma audiência com o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado. Também está se tentando uma audiência com o Ministro Jaques Wagner, para justamente tratar dessa pauta que V. Ex<sup>a</sup> abordou no seu pronunciamento.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Garibaldi Alves Filho.

Com certeza vamos voltar a essa questão da importância da descentralização, de definição de políticas para os Municípios e, especialmente, na definição de recursos. Mas, independente dessa reforma tributária pingada e devagar, que o Congresso vem soltando a conta-gotas, precisaríamos que fosse aprovado o quanto antes pela Câmara o 1% de aumento no FPM.

Ainda gostaria de falar de um acontecimento para o meu Estado de Mato Grosso, no Município de Sinop. Agora, teremos realmente a implantação integral do **campus** da Universidade Federal de Mato Grosso. Gostaria de dizer do esforço do nosso proeminente Reitor Professor Paulo Speller, no seu segundo mandato como Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, na qual fui professora por 26 anos, e de toda a sua equipe para que se conquistasse a consolidação de dois **campi** já existentes – o de Sinop e o de Rondonópolis – é de muita relevância. Temos três, o de Barra do Garças, o de Rondonópolis e o de Sinop.

Queremos registrar aqui a determinação da Reitoria da Universidade Federal no sentido de conquistar esse avanço para essas duas regiões do meu Estado de Mato Grosso, o chamado “Nortão”, com o **campus** sediado em Sinop, e a região sul, com o **campus** sediado em Rondonópolis. A consolidação desses dois **campi** é da maior importância, uma vez que já está prevista a aula inaugural de ambos para agosto de 2006.

É um salto de qualidade muito grande. Rondonópolis vai abrir mais três cursos; tem hoje quatro, que serão consolidados, e mais três serão criados no próximo ano com a consolidação do **campus** de Rondonópolis.

Em Sinop, haverá a criação de seis novos cursos. Sinop é uma região bem localizada no nosso chamado Nortão, no Estado de Mato Grosso, à beira da BR-163. São muitos os Municípios dessa região, alguns bastante desenvolvidos, outros em desenvolvimento, graças ao agronegócio lá existente e também ao esforço de implantação da agricultura familiar.

É importantíssimo para os trabalhadores e seus filhos realmente contarem com uma universidade federal da qualidade da nossa de Mato Grosso, com pesquisa, com ensino e com extensão realmente funcionando para valer no nosso Município de Sinop, que teve a participação efetiva do Prefeito Nilson Leitão. Ele não é do meu Partido, mas realmente tem feito um esforço nesse sentido e em outros também, mas fundamentalmente na questão da nossa universidade.

Saudo todos da região, tanto de Sinop quanto de Rondonópolis, e ressalto que é da maior importância a atuação que os Prefeitos de Sinop, de Rondonópolis e também dos Municípios do entorno venham a exercer, para que se efetive mais agilmente essa parceria Universidade Federal de Mato Grosso/Ministério da Educação. Trata-se, realmente, de determinação do Presidente Lula, que, aliás, quando esteve, no começo do mês, em Cuiabá, anunciou a consolidação desses dois **campi**, de Sinop e de Rondonópolis. E, no fim da semana passada, o Prof. Manuel Palácios, Diretor do Departamento de Desenvolvimento da Educação Superior, do Ministério da Educação, esteve em Mato Grosso, quando acabou de definir a instalação e a consolidação desses dois **campi**.

Esta é uma saudação muito especial ao esforço do Ministério da Educação, da nossa reitoria da Universidade Federal de Mato Grosso e, principalmente, da população desses dois Municípios, Rondonópolis e Sinop, bem como dos Municípios do entorno, porque foi a mobilização da sociedade que fez com que se concretizassem essas ações da maior importância, da maior relevância, para o desenvolvimento do nosso Estado de Mato Grosso.

Temos a certeza de que só avançaremos em um projeto de desenvolvimento científico-tecnológico, com bases consolidadas, a partir da orientação de universidades públicas em qualquer Estado, em qualquer situação. É a universidade pública – com ensino público gratuito, de qualidade, democraticamente estabelecido – que tem realmente condições de dar direção ao desenvolvimento científico-tecnológico para

qualquer região, para qualquer Estado, especialmente no nosso País.

Acreditamos também no ensino privado, que tem seu espaço assegurado, funcionando como empresa. Mas existem aí interesses de grupos etc. Portanto, é a universidade federal que, com seu aparato de pesquisadores e de trabalhadores, é capaz de sinalizar, de formalizar, de formatar projetos de desenvolvimento científico-tecnológico, especialmente num Estado como o meu, o Estado de Mato Grosso. A consolidação desses dois **campi** contribuirá significativamente para isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL do Estado da Bahia.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, saúdo V. Ex<sup>a</sup> e meus companheiros que aqui estão presentes nesta sessão de segunda-feira.

Desejava a presença da ilustre Senadora de Santa Catarina, que, na última sessão, quando eu estava ausente, fez afirmativas mais uma vez – usarei o adjetivo mais leve que encontrei – levianas, não quero dizer mentirosas, mas que me obrigam a vir à tribuna desnecessariamente. Tenho tanta coisa importante para tratar, mas vou me lembrar da Senadora de Santa Catarina, que, nesta tribuna, declarou – aspas para ela, não para mim:

Tivemos a oportunidade de fazer um relato, no depoimento do Sr. Daniel Dantas, dos seus vínculos, das suas tentativas, das suas artimanhas, há mais de 20 anos, para sempre estar próximo, usufruindo das benesses do poder e dos poderosos, desde a época em que ele, muito novinho, já era um dos principais assessores, na Bahia, do Sr. Antonio Carlos Magalhães, bem como de toda a sua vinculação e intermediação no Governo Collor. Ele foi um dos principais sacadores quando houve o seqüestro da poupança no Brasil. Ele conseguiu sacar, exatamente pela proximidade que tinha.

Aqui não sei se continua, se era comigo ou não. No que recebi, não dizia.

Em primeiro lugar, Senadora Ideli Salvatti, a senhora procure saber dos fatos, para não ser leviana mais uma vez e não ficar com essa característica já no seu primeiro mandato. O Sr. Daniel Dantas nunca foi meu assessor, até porque, logo que se formou, foi

para o Rio de Janeiro e trabalhou com vários grupos e nunca teve qualquer ligação pessoal comigo.

Tínhamos um amigo comum, o inesquecível Prof. Mário Henrique Simonsen, que me dizia tratar-se o Daniel do melhor economista que ele conhecia e do seu melhor aluno.

Procurei ver se levava para a Bahia o Sr. Daniel Dantas, por intermédio do Sr. Mário Henrique, para ser Presidente do Banco do Estado. Não consegui. Ele já estava entrosado em negócios particulares, e eu não consegui.

Um dos seus tios foi meu fraternal amigo, Dr. José Augusto Tourinho Dantas, Procurador-Geral do Estado, excelente jurista e homem a quem dediquei muita amizade, uma amizade que prossegue com a sua família.

O seu pai foi meu colega de escola primária. Não tinha intimidade com a sua família, embora tivesse muito respeito pelos seus pais: o Dr. Luiz Raymundo Tourinho Dantas e Dona Nícia Valente Dantas.

Daniel foi para os negócios, e eu tinha uma queixa muito grande que sempre externei a ele: apesar de ter tido um grande êxito na sua vida, ainda jovem – era da geração do Luís Eduardo, hoje tem 50 anos –, nunca levou para a Bahia uma indústria, um empreendimento, algo dessa importância. Isso fazia com que eu não tivesse maior afeto por Daniel Dantas.

Entretanto, não posso negar tratar-se de um dos homens mais brilhantes do País, como economista e como homem de negócios. Se os seus negócios são regulares ou não, não tenho autoridade para dizê-lo. Cabe a investigação a quem de direito, inclusive a este Governo, da Senadora de Santa Catarina, apurar as denúncias.

A Senadora de Santa Catarina deve parar de dizer coisas que não são verdadeiras, porque isso a desmoraliza. Quem fala é que perde a credibilidade perante todos.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte Senador Antonio Carlos Magalhães?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pois não.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – V. Ex<sup>a</sup> faz um pronunciamento que me enseja a fazer uma correção. A Senadora de Santa Catarina, Senadora Ideli Salvatti, é uma pessoa por quem tenho apreço pessoal, até gosto dela, dou-me bem com ela...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mau gosto!

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – ...todos nós nos damos, mas, em um discurso que fez, na semana passada – acho que na quinta-feira –, S. Ex<sup>a</sup> se referiu à filha do ex-Ministro José Serra, à A Sra. Verônica,

dizendo tratar-se de sócia de Daniel Dantas e querendo colocar a moça em situação difícil. Houve reação do Plenário, e o próprio Senador Mercadante manifestou-se contra a menção de filhos, parentes etc... O PSDB protestou e, em um dado momento, S. Ex<sup>a</sup> disse que, se lhe fossem dadas informações sobre a improcedência da acusação que ela fazia, sem nenhum constrangimento, ela a retiraria. V. Ex<sup>a</sup> agora se refere a acusações feitas pela Senadora, sem provas. Isso é mais ou menos sinônimo de leviandade ou de prática da leviandade no pronunciamento de um discurso, o que é uma falta muito grave. Tenho informações de que a mencionada Dr<sup>a</sup> Verônica era empregada de uma instituição financeira que teria recebido participação societária, num dado momento, do Banco Opportunity. Ora, tenho um filho que é empregado de um banco americano. Se esse banco americano, algum dia, fizer sociedade com o Banco Opportunity, o meu filho será sócio do dono do Banco Opportunity? Qualquer brasileiro de inteligência comum entende que isso é forçar a barra para se tentar desviar o foco das atenções e incriminar quem não tem culpa. A moça era empregada de uma instituição financeira que se supõe ter tido alguma participação societária, não sei se legítima ou ilegítima – provavelmente legítima –, com o Sr. Daniel Dantas. Mas já se coloca a filha do ex-Ministro como sócia para deixá-la mal. A Senadora Ideli Salvatti tem a obrigação de fazer os reparos decorrentes das colocações inapropriadas que vem fazendo ultimamente, inclusive essa a que se refere, com muita propriedade, V. Ex<sup>a</sup>. Cumprimentos!

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.**

Nesse discurso, a Senadora já nega essa sociedade que tanto alardeou, da irmã do Dr. Daniel Dantas com a filha do Ministro, hoje Prefeito, Serra. S. Ex<sup>a</sup> não tem coragem de dizer: "Eu menti!" Mas, para nós, que entendemos o que não está escrito, a Senadora realmente deu um recuo. Mas dar um recuo dizendo que eu aconselhei o Sr. Daniel Dantas a tirar os seus recursos no tempo do Collor? Eu, que perdi os meus, numa época em que eu não podia perdê-los, pois tinha sido operado do coração e tinha de ir a São Paulo a toda hora?

S. Ex<sup>a</sup> diz que esse homem foi meu assessor? Ele nunca trabalhou comigo e não tem afinidades maiores comigo – tenho apenas respeito pela sua inteligência brilhantíssima! Até porque ele não aceitou trabalhar no banco, e Mário Henrique havia me dito tratar-se de seu melhor aluno. Mas é assim!

O Sr. Jaques Wagner, homem educado, que sempre tratou bem as pessoas, agora vai à imprensa atacar

ACM Neto! Por quê? Por que o ACM Neto descobriu o Land Rover que foi dado ao seu colega de Governo?

Posso dizer que a GDK tem sido muito ajudada pelo Sr. Jaques Wagner. E não digo que é porque ele tem uma filha que trabalha lá, mas porque S. S<sup>a</sup> ajuda mesmo a GDK, na Petrobras. Não entrarei em assuntos pormenorizados em respeito a todos os cidadãos que fazem política no País, inclusive ao Sr. Jaques Wagner.

Talvez a grande raiva do Sr. Jaques Wagner seja o fato de sua excellentíssima esposa – pelo menos durante grande parte da sua vida – ter sido minha eleitora. Isso deveria fazê-lo mais meu amigo, e não meu inimigo. Afinal de contas, não tenho culpa de ter uma eleitora tão qualificada. A culpa, talvez, tenha sido do Sr. Jaques Wagner.

Dito isso, S. Ex<sup>a</sup> precisa esclarecer os casos da GDK. A CPMI dos Correios tem que ver os casos da GDK! O Tribunal de Contas já encontrou todas as irregularidades. É um escândalo o que aconteceu entre a GDK e a Petrobras, e o Sr. Jaques Wagner não pode dizer que não era partícipe, pelo menos para ajudar – e S. Ex<sup>a</sup> vai dizer isso – uma empresa baiana.

Sr. Presidente, agora entro no assunto que, em verdade, me traz à tribuna.

Como eu ficaria feliz se os sinos das igrejas da Baía de Todos os Santos estivessem repicando com a chegada do Presidente da República para levar benefícios para o meu Estado! Levou decepção, até à sua militância, porque, em vez de deixar que os pescadores ficassem perto dele, ele colocou, no lugar, a sua militância, que, irritada, saiu; e o resultado foi que o Presidente da República falou para 240 pessoas, quando poderia ter falado para 40 mil.

Daí por que os sinos não dobraram em Salvador. Parecia Finados, e não uma festa para o Presidente da República.

O Presidente está numa fase difícil, ruim, numa fase em que se disputa a Presidência da Câmara, e o seu Ministro do Planejamento, meu amigo, a quem admiro – inclusive, quando perdeu a eleição, eu o convidei para trabalhar comigo –, Dr. Paulo Bernardo, libera R\$500 milhões – não se muda método no Brasil – para se empregarem na campanha eleitoral de quarta-feira, para a eleição do Presidente da Câmara dos Deputados? Será possível que nem o exemplo Severino sirva para este Governo?

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, essa campainha deveria ter tocado na Bahia, com a presença do Presidente, mas está tocando para terminar o meu discurso. Eu atenderei V.**

Ex<sup>a</sup>, pelo respeito que lhe devo, mas quero dizer que o Brasil não pode continuar com esses métodos.

V. Ex<sup>a</sup>, que é da base do Governo, mas é um homem de bem – na base do Governo existem homens de bem, como também no Partido dos Trabalhadores –, não deve ficar feliz quando o Governo anuncia e o seu Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão diz: “É só coincidência”.

Chamo a atenção do Líder do nosso Partido, esse eminente Senador da República, que o Ministro disse que era só coincidência a liberação de 500 milhões, mas não é assim que o baixo clero está acreditando. É que eles podem enganar também o baixo clero: liberam, mas não pagam. São useiros e vezeiros nesse estilo, daí por que não contam com a unidade do maior Partido, que é o PMDB, e ainda ficam atacando violentamente o Presidente desta Casa porque teve uma outra preferência.

Não me imiscuo nos assuntos do PMDB. Acho que o PMDB pode decidir como quiser, aqui ou lá. Sei que decidirá sempre pensando no Brasil, e isso já me agrada. Agora, mesmo que não esteja com a tese do Presidente Renan Calheiros, eu acho que ele não merece, pelo que tem feito aqui e ao País, as qualificações que lhe têm sido dadas pelo Governo e por adversários do Governo.

O Sr. Renan Calheiros tem o direito de pensar como quiser, independente, até porque chegou à Presidência do Senado como poucas vezes isso acontece: pela unanimidade de seus membros. Ele tem o nosso respeito, apesar de divergirmos ou não de uma posição que tenha.

O que não queremos é que candidato do Governo use 500 milhões, conforme disse “essa coincidência” o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. Que não haja essa coincidência agora, na quarta-feira. Espere mais tempo. Tenha mais calma. Não queira piorar a situação já grave do seu Governo.

Daqui para a frente, se os senhores quiserem achar que não é a CPI dos Bingos que deve apurar o caso de Santo André, que o Senado faça uma CPI especial para Santo André, aproveitando, é claro, os depoimentos já tomados nas diversas Comissões. Nós não vamos nos intimidar. Se estão pensando que vão nos intimidar, se enganam. Enganam-se porque nós já sofremos tudo. Sabemos o que é sofrer. Conseqüentemente, a intimidação é um estímulo para aumentar os nossos deveres para com o País, e a utilização desta tribuna é em defesa do Brasil e não em defesa da corrupção que tomou conta do País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Líder do PFL, Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPIINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, concordo com a permuta com o Senador Ney Suassuna, que falará pela Liderança do PMDB. Logo em seguida, falarei eu.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Ney Suasuna, V. Ex<sup>a</sup> falará como Líder do PMDB, por permuta com o Senador José Agripino.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu disse aqui, na última semana, que cada vez que fosse ao meu Estado – e aconselhei os demais Senadores a fazerem o mesmo – eu iria a uma repartição federal para ver o que estava acontecendo, porque nós, Parlamentares, não somos apenas representantes do povo para fiscalizar o Governo ou para fazer leis. Somos também os fiscais dos serviços que o povo recebe.

Naquela semana, eu falava do estado em que encontrei os hospitais universitários de João Pessoa e Campina Grande. Depois daquele dia, procurei os Ministros da Educação e da Saúde para que providências fossem tomadas no âmbito dos dois Ministérios. Para minha surpresa, constatei que no Ministério da Saúde não há verba específica para os hospitais universitários, sob a alegação de que essa seria uma obrigação do Ministério da Educação. Neste, ela também não existe, ou seja, os recursos para os equipamentos e aquilo que é necessário para os hospitais universitários estão soltos no espaço, pois não há obrigatoriedade nem de um lado e nem de outro a esse respeito, e nem uma divisão d'água quanto à questão.

É claro que insisti com os dois Ministros e que vou continuar lutando, porque quero as verbas nos dois Ministérios, mas me causou mais espanto, nesta semana, o INSS.

João Pessoa tem no centro, na sua área mais valorizada, a lagoa Solon de Lucena, cercada de lindas palmeiras. Do seu lado, há um prédio enorme, construído para ser a reitoria da Universidade Federal da Paraíba. Com a ida, Senador José Agripino, da universidade para o **campus**, aquele prédio foi cedido ao INSS. E o que aconteceu? Usaram o prédio até que se deteriorasse a um grau que tiveram que tirar as pessoas de lá. Por não haver verba para a manutenção, outros prédios foram alugados na cidade, para a instalação do INSS.

Isso mostra o quanto desleixado é o Governo Federal e como não se preocupa com os seus custos: um prédio enorme, com 14 andares, no centro da cidade,

fica inteiramente fechado, sendo corroído pelo tempo e deteriorado, sem nenhum uso, enquanto se pagam instalações para o INSS atender ao povo.

Não entendo. Como empresário, fico sem entender que lógica é essa a de usar um prédio público até o bagaço e, depois, largá-lo e alugar outras áreas. Se fossem contabilizados os custos para ser responsabilizado o gestor, com certeza seriam muitos milhões de prejuízo, do aluguel, da deterioração do prédio e da não utilização de todo aquele espaço. Não falo de um prediozinho, mas de um prédio enorme e maravilhoso, no ponto mais valorizado da capital do meu Estado, que está largado, abandonado. E isso me faz crer que outras instalações, por toda parte do País, devem ter o mesmo destino.

É preciso que o Governo faça as contas e entenda que tem de gerir olhando a produtividade, o custo/benefício e não simplesmente dizendo que não serve, que tem de consertar elevador, passando para outro. Não pode ser dessa forma. Esse é um mau exemplo para a nossa população, para os nossos funcionários. É um mau exemplo que não deve partir, principalmente, de um Governo que diz que veio para reformar.

Por isso, lamento a incúria nos hospitais universitários e nos prédios que estão largados mundo afora. Da Paraíba, onde estava ontem, fui atender a um compromisso no Rio de Janeiro. Hoje, passei na Ilha do Fundão. Olhei aquele hospital universitário, Senador, e veja o que está lá: metade do prédio é o Hospital Universitário da Ilha do Fundão; a outra, também está sem janelas, com infiltrações, deteriorando, estragando. Um prédio daquele tamanho...! O Senador José Agripino com certeza já viu o tamanho daquele prédio. É uma coisa gigantesca!

Então, cito dois exemplos e não consigo entender, Senador Mão Santa, como é que o Governo não faz um levantamento de suas propriedades. Houve uma época em que aqui falei sobre o que o Governo tinha para receber, que é uma infinidade de dinheiro. Falasse de mais de dois milhões de processos nos subterrâneos do Ministério da Fazenda. Não dá tempo para analisá-los. Os Procuradores são poucos para analisar tantos processos.

No Tribunal de Justiça de São Paulo da 1ª Região, é uma coisa brutal também a quantidade de processos. A Justiça já reivindicou R\$100 milhões do Orçamento, o que não era muito, para se organizar e dar velocidade à análise dos processos, algo que, com toda certeza, traria para a República dez vezes mais resultado em termos de investimento, ou seja, retornaria dez vezes mais, pois a Justiça teria possibilidade de agilizar a análise dos processos que lá estão.

Na Caixa Econômica, há cerca de 1.500 imóveis, várias casas no Lago. São muitos os imóveis. No INSS, são mais de 5.000. E não sei por que razão o Governo Federal não faz um levantamento sério disso – se não serve, vende; ou, se serve, melhora e usa. O que acho incorreto é esse caso da Paraíba a que me referi: um prédio de 14 andares, no centro da cidade, fechado, inservível, quando sabemos que basta fazer uma reforma, enquanto se paga aluguel para que funcionem outras repartições.

Enquanto o Governo pensar dessa forma, vai faltar dinheiro, sim: para investimento, saúde, para os hospitais universitários. Isso porque o Governo não olha a conta e não olha o benefício. Lamento.

Nesta semana, a notícia que trago é a de um prédio inteiro, no centro da cidade, no local mais valorizado de João Pessoa, fechado, enquanto o Governo Federal paga aluguel para que a repartição do INSS funcione.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Antonio Carlos Valadares, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Essas foram as palavras do Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao Líder do Partido da Frente Liberal, Senador José Agripino, do Estado do Rio Grande do Norte, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui a São Paulo na sexta-feira, convidado por um organismo internacional que promove investimentos no Brasil, para debater, com cerca de sessenta executivos que representam investidores, a crise brasileira, os caminhos de saída, os riscos que corremos. Enfim, queriam ouvir uma liderança política capaz de aconselhá-los. Eu tive essa oportunidade sadia de trocar idéias com um pedaço da elite. Eram todos brasileiros, todos jovens. Eram jovens brasileiros muito antenados na questão econômica, que está intrinsecamente ligada à questão política.

Depois disso, gravei um programa de televisão, fui a um outro debate em um portal da Internet. Tive oportunidade de circular bastante pelo principal polo financeiro e centro político de muito interesse no Brasil, que é o Estado de São Paulo. Tive, mais uma vez, oportunidade de ter contato pessoal com cidadãos, indo a um lugar e a outro, na portaria do hotel, na própria rua, e de recolher, evidentemente, preocupações.

No fim de semana, Senador Garibaldi, saiu a notícia de que R\$500 milhões estariam sendo liberados do Orçamento da União para Deputados Federais, e a leitura era que esse dinheiro que não tinha sido antes liberado vinha agora com endereço certo para facilitar o processo eleitoral que vai produzir o novo Presidente da Câmara dos Deputados. E vem o questionamento. Questionaram-me muito com relação ao andamento, à celeridade das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito e das CPIs.

Muitas pessoas cumprimentam no café da manhã no hotel, muitas pessoas partem para cima como que dizendo: "Estou de olho em você e eu quero ver o que você, como Líder de Oposição, vai conseguir", como que depositando nas mãos de quem interpreta a Oposição, que tem a obrigação de fiscalizar, de cobrar, de denunciar, de investigar, de debater, de questionar, como que exigindo de quem faz a Oposição a solução dos problemas, a identificação e a punição dos culpados. Entendo que, na verdade, é uma atribuição muito nossa, mas as pessoas estão começando a se inquietar e a cobrar com muita veemência.

Notícias como essa dos R\$500 milhões, Senador Mão Santa, liberados para, possivelmente, compra de Parlamentares – é o que a rua interpreta –, para a eleição do novo Presidente, são preocupações que se somam às que já existem. Amanhã – o Senador Antonio Carlos está aqui e é membro da CPI dos Bingos –, haverá uma reunião administrativa.

Senador Antonio Carlos, quando cheguei aqui hoje, uma repórter da **Folha de S.Paulo** me perguntou se eu estava sabendo que os integrantes do PT iriam propor amanhã, na reunião administrativa, a convocação de juízes de futebol com os empresários envolvidos na compra de resultado de jogo de futebol, que um Senador do PT iria fazer essa provocação, esse requerimento, e qual era a minha atitude, qual era a minha posição. Eu disse a ela o que vou dizer: Olha, se for para investigar mal feito, conte comigo no limite máximo. Agora, na devida graduação de prioridade. Pode-se aprovar e essas pessoas serão chamadas quando se impuser a necessidade de se investigar. Acho que muita coisa mais se impõe muito antes desse fato, que é grave e tem de ser investigado, mas tem muita coisa muito mais grave, muito mais antiga. A rua está pressionando a Oposição por provas para que sejam identificados os problemas e para que as causas apontadas produzam culpados, que poderão ser punidos com a cassação ou com a prisão, se houver prova para a formação de um processo penal.

Ouço, com muito prazer, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)**

– V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. Também fui abordado por esse tempo. O que me surpreendeu foi o Senador Tião Viana, que respeito por seu trabalho e por sua atuação, estar metido nisso, porque o que se deseja é desmoralizar a Polícia Federal. Se a Polícia Federal, com a confissão do juiz de que isso existiu, não provar, em 48 horas, passa a inexistir para o povo brasileiro. E a Polícia Federal merece o respeito até do Sr. Tião Viana. Embora, na Polícia Federal, também haja coisas inacreditáveis, como o furto de dois milhões lá dentro, de dinheiro de traficantes, aquela instituição tem feito um trabalho, de um modo geral, às vezes excessivo, mas oportuno. E já houve a confissão, a prisão – e tudo isso todos os brasileiros viram pela televisão. É preciso ainda que venha para o Congresso esse assunto? Querem, Senador, trazer a torcida do Corinthians, do Flamengo, do Fluminense, de todos os clubes, para que a CPI não funcione. Entretanto, temos o dever de fazê-la funcionar. Inclusive, se eles acham que Santo André não deve ser assim, vamos fazer uma CPI especial para Santo André. Penso que é isso que deveríamos fazer. Entretanto, V. Ex<sup>a</sup>, como meu Líder, vai traçar o meu caminho.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Senador

Antonio Carlos, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. A Polícia Federal é um instrumento de investigação e de apontamento de culpados, competências que lhe são reconhecidas.

Agora, no caso do futebol, o que tem de ser apurado é o envolvimento de recursos privados. A Comissão Parlamentar de Inquérito tem obrigação de investigar casos que envolvam recursos públicos. Evidentemente, se o Senador Tião Viana apresentar o requerimento, vamos examinar; se aprovarmos, vamos dar a graduação devida para a apuração, mas confiando em que, como houve a confissão do juiz apontado como culpado – é um caso claro de investigação policial –, a Polícia Federal tem sobradas razões para promover a investigação por inteiro, colocar os responsáveis onde eles devem estar, que é na cadeia, de forma rápida, justa e correta, e deixar que tenhamos tempo de fazer o que precisamos, porque estamos entupidos de denúncias de corrupção com dinheiro público.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex<sup>a</sup> se lembra de que o irmão do ex-prefeito Celso Daniel, aqui mesmo, na CPI dos Bingos, declarou, com todas as letras – todas! –, que havia sido procurado pelo Sr. Gilberto Carvalho, que esteve aqui em seguida; que o Sr. Gilberto Carvalho lhe havia dito que o irmão dele, Celso Daniel, tinha permitido coleta de dinheiro entre prestadores de serviços no campo da limpeza pública e, quem sabe, da informática ou dos transportes coletivos – no caso, ônibus –, para que esse dinheiro,

transportado por ele, Gilberto Carvalho, chegasse ao Diretório Nacional do PT em São Paulo, às mãos do Sr. José Dirceu e de lá fosse distribuído para as mãos que o PT recomendasse.

O Sr. Gilberto Carvalho por isso foi chamado, veio aqui e, de certa forma, colocou sob dúvida a procedência do Sr. João Francisco, mas não a capacidade do irmão Bruno. É como se fossem duas figuras muito diferentes: um, ajuizado, e outro, desajuizado. O ajuizado era João Francisco; o desajuizado era o Bruno.

Gilberto Carvalho, quando veio e disse isso, negou peremptoriamente que tivesse procurado João Francisco e que jamais havia transportado um real sequer para o PT nacional, para o Sr. José Dirceu. Nunca! Nunca!

O que os fatos mostraram a seguir, Senador Antonio Carlos Magalhães? Em um programa de televisão de grande audiência, a que assisti e o qual gravei, os dois irmãos, Bruno e João Francisco, foram colocados um ao lado do outro, e o apresentador pediu que ficassem mais próximos. Ficaram colados, um ao lado do outro, quando um deles, que falava em nome dos dois, reafirmou toda a história. Um era o bom, o outro não era o bom, mas os dois declararam que a versão do Sr. Gilberto Carvalho, que, por um acaso, é Secretário particular do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

(*Interrupção do som.*)

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Secretário particular, Senador Antonio Carlos Magalhães – V. Ex<sup>a</sup>, que, como eu, foi Governador, sabe –, é a pessoa que está conosco o tempo todo e que não precisa bater na porta para entrar no gabinete: entra direto. Alguns secretários particulares entram até no quarto de dormir do chefe, para levar alguma providência, são pessoas da absoluta intimidade do chefe. Pois o Sr. Gilberto Carvalho, homem que suponho ser da absoluta intimidade do chefe, que é Luiz Inácio Lula da Silva, desmente frontalmente os dois irmãos, os quais dizem que o Sr. Gilberto Carvalho os procurou para dizer que, constrangido, levava o dinheiro que o irmão permitia que fosse coletado dentro do Município de Santo André.

Se o irmão estava assassinado, para quê? Talvez para dizer: “Não leve esse assunto a público, porque o seu irmão está comprometido; foi ele que autorizou a coleta do dinheiro”. Mesmo assim, os dois irmãos, para limpar a imagem ou a memória do irmão, estiveram com Gilberto Carvalho duas vezes, denunciaram o fato de público e vieram à Comissão Parlamentar de Inquérito trazer o fato.

Outro novamente o Senador Antonio Carlos Magalhães e, depois, o Senador Tião Viana, com muito prazer.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V.** Ex<sup>a</sup> está realmente expondo, de uma maneira perfeita, o que se passou – aliás, isso é hábito de V. Ex<sup>a</sup>. E mais ainda: quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que nunca nenhum depoente foi tão bem tratado na Comissão quanto o Sr. Gilberto Carvalho. Nós o tratamos da maneira mais elegante, demos a ele todo o apoio, para que estivesse com a verdade. Infelizmente não estava.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) –** É o que eu desejava, Senador Antonio Carlos Magalhães. Disse ao Dr. Gilberto Carvalho que gostaria que ele tivesse a iniciativa do que vou propor.

Mas, só para resumir e encerrar este capítulo, os dois irmãos, Bruno e João Francisco, confirmam que foram procurados pelo Sr. Gilberto Carvalho, que lhes disse que transportava dinheiro para o PT nacional. Gilberto de Carvalho nega, e os irmãos reafirmam e reafirmaram num programa de televisão.

O que mais me preocupa, Senador Antonio Carlos Magalhães, é que, no depoimento do Toninho da Barcelona, que V. Ex<sup>a</sup> e eu ouvimos, tive a oportunidade de perguntar – e V. Ex<sup>a</sup> se lembra – se ele, na Barcelona, que era a corretora dele, recebia dinheiro miudinho, em notas pequenas de R\$1,00 ou R\$ 2,00 e se esse dinheiro era trocado em moeda estrangeira e remetido para o exterior. Ele me respondeu que sim. Perguntei se era algum dirigente do PT que levava, e ele disse: “nunca recebi dirigente do PT, mas notinhas miudinhas que vinham de Santo André” – repito: as notinhas miudinhas que vinham de Santo André – “recebi sim e troquei por dólar.” Perguntei: trocou por dólar e remeteu para onde, Sr. Toninho? Ele disse: “Não fale ‘Sr. Toninho’, pode chamar-me ‘Toninho’.” Eu disse “mandou para onde, Toninho?”. Ele disse: “Para o Banco Merchant, em Nova Iorque, e a conta é a Barret.

Senador Antonio Carlos e Senador Tião Viana, temos um fato: ou fico com cara de paisagem, olhando isso tudo acontecer e sujeito a ouvir de alguém, nas ruas de Natal, “Qual é, Senador? Amarelou, está com medo de investigar os fatos, porque está envolvido um crime nessa história, ou vai cumprir a sua obrigação? Vai pedir ou não a acareação entre os dois irmãos e o secretário particular do Presidente da República?” Agora, está claro que o dinheiro em Santo André foi extorquido. Dinheiro público de empresa concessionária de serviço público era objeto de propina transportada para o Diretório Nacional do PT e foi...

(*Interrupção do som.*)

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – (...) bater no exterior. Aí tem...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino, já prorroguei o tempo de V. Ex<sup>a</sup>, mas, por uma questão de justiça e de contraditório, vou prorrogá-lo em homenagem à Oposição, que está querendo participar do debate.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – É claro, Senador, mas vou completar o meu raciocínio.

Aí há claramente: um, evasão de divisas; dois, extorsão; três, envolvimento de autoridades do Partido dos Trabalhadores; quatro, autoridades da Presidência da República. Isso tudo gera o quê? Inelegibilidade, Senador Presidente. Houve remessa de dinheiro para o exterior para beneficiar um partido político. A Lei de Inelegibilidades fala em cassação de registro de candidato ou partido político quando há comprovação de recebimento de moeda estrangeira.

Portanto, Senador Antonio Carlos Magalhães, temos uma história com começo, meio e fim, faltando apenas a comprovação da origem, o que vai decorrer da acareação entre os dois.

O Banco Merchant e a conta serão investigados pela CPMI do Mensalão, que já contratou uma empresa especializada para fazer rastreamento de dinheiro no exterior. Eu tomei a providência junto ao Presidente Renan Calheiros, com o Senador Rodolpho Tourinho, e já está autorizada a contratação da empresa para que o dinheiro, que foi bater no Merchant Bank, saído de Santo André, a partir de Toninho da Barcelona, seja identificado claramente. Assim, obteremos a prova. Com prova, coloca-se corrupto na cadeia.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino, eu, pessoalmente,...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Ouço, com muito prazer – o prazer de sempre –, o Senador Tião Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concordo. Seria imperdoável deixar de ouvir S. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Meu caro Senador José Agripino, estava no gabinete, ouvindo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e o aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu gostaria de deixar claro que apresentei, sim, um requerimento, solicitando a vinda do juiz envolvido na chamada “máfia da arbitragem” e também do dono da casa de bingos, patrocinador desse esquema de apostas e vícios em resultados de jogos. Por que o fiz? Porque a CPI dos Bingos está analisando exatamente a lavagem de dinheiro, o envolvimento do bingo como contravenção e com a contravenção, e o que possa estar indiretamente envolvido com esse tipo de atividade. Há necessidade de estabelecermos alternativas para um marco legal em relação ao que

está acontecendo com os jogos no Brasil. Qual é o meu entendimento? Diz respeito a um fato determinado, a um objeto da CPI. Se o dono de uma casa de bingos patrocina esse tipo de atividade, temos de trazer a devida contribuição. Caso a Polícia Federal diga à CPI que tem absoluto controle e alcance das investigações em relação à atividade do bingo e à máfia da arbitragem e que pede 30 dias para concluir mais alguma coisa, estarei plenamente satisfeito. Caso contrário, não vejo razão para que não haja a convocação desses senhores. Creio que é uma contribuição à Polícia Federal e ao Ministério Público no que diz respeito a essa atividade. Foi esse o meu propósito. Já em relação a Santo André insisto na opinião de que – e respeitando a maioria que entende o contrário – não é, de fato, um caso para a CPI dos Bingos, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães. Há que se pensar se é o caso ou não de uma CPI de Santo André. É respeitável e plenamente adequado esse raciocínio. No entanto, quando estamos caminhando para isso, há a suposta acareação do Sr. Gilberto Carvalho com os irmãos. São depoimentos tão antagônicos! Qual será a contribuição da acareação entre esses personagens de uma investigação? Acho que é um caso de polícia. É um caso para a Polícia Federal, para o Ministério Público. Eles podem colaborar e avançar nas investigações. Lamentavelmente, V. Ex<sup>a</sup> não pôde ver o depoimento dos delegados. Tenho certeza de que sua conclusão, de que seu entendimento sobre o caso Santo André, seria de outra natureza que não a que está sendo enfocada. É a minha impressão. Creio que aquele caso é muito grave. Na minha manifestação durante a CPI, fui claro com o Sr. João Daniel. Eu não iria ali tratar de dúvidas sobre o desempenho pessoal, ético e da vida dele, porque preferia focar a dor da família pela perda de um irmão, que eles acham que tem de ser melhor elucidada. No entanto, há várias interpretações sobre tudo o que ocorreu e está ocorrendo ali. Agora, eu não quis, naquele momento...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino, tomei a decisão de prorrogar por mais cinco minutos, pela importância do debate e do assunto.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Já estou concluindo, Sr. Presidente. Então, eu jamais gostaria de transformar aquela CPI em um fato político para denegrir imagens, honras ou qualquer coisa. Meu propósito tem sido este: mesmo como minoria lá, tenho procurado, em vez de criticar as divergências que te-

nho com os Senadores, construir o entendimento, a sensibilização, para encontrarmos o melhor caminho para a CPI. V. Ex<sup>a</sup> viu os jornais interpretando a CPI do fim do mundo e adjetivando. Não tenho participado disso, porque quero ajudar a CPI achar a melhor maneira de conduzir aquilo que é um fato grave da vida nacional. Santo André é tão ou mais grave do que a própria CPI dos Bingos, no meu entendimento, mas vamos investigar sem fazer confusão com fatos políticos. É só essa a preocupação que tenho tido. Agora, não estou entendendo por que não está apropriada a convocação do juiz e do dono da casa de bingo para a CPI dos Bingos, pois considero uma contribuição para a Polícia Federal e o Ministério Público. Por exemplo: a Polícia Federal e a delegacia de polícia de São Paulo disseram que o caso de Santo André estava concluído. Agora, porém, a Secretaria de Segurança de São Paulo diz que tem de ser reaberto. Então, que se reabra. Tenho pautado o meu raciocínio e o meu acompanhamento ali nesses termos. Não sei onde pode estar a divergência com os meus pares.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Senador Tião Viana, concordo com V. Ex<sup>a</sup> inteiramente. Não temos divergência quanto a isso, não. A convocação do juiz de futebol e dos empresários que estariam envolvidos cabe perfeitamente. No entanto, indignação da sociedade jamais permitiria que as nossas consciências priorizassem o depoimento dessas pessoas, que estão sendo investigadas, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães, com propriedade e tempestivamente pela Polícia Federal, a qual pode chegar, nos próximos dez dias, a conclusões definitivas. Não pode um assunto rumoroso como o de Santo André que tem claras ilações... Senador Tião Viana, o dinheiro miudinho tanto pode vir de transporte coletivo como pode vir de jogo do bicho. Ninguém sabe ainda. A ilação está aí. Por isso, estamos investigando.

Esse assunto tem de ser suficientemente esclarecido, porque a população quer provas. Temos obrigação de buscar provas. Se não as encontrarmos, não há culpados, mas nós buscamos e cumprimos com a nossa obrigação.

Nesse caso, Senador Tião Viana, há claríssimos indícios de extorsão, de evasão de divisas e de inclusão...

**O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN)** – Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Já o ouço, Senador Garibaldi Alves Filho, Relator da CPI dos Bingos.

Há claríssimos indícios de prática de crimes que podem levar tranquilamente a candidaturas que não

possam ser postas, segundo a Lei das Inelegibilidades.

Ouço, com muito prazer, o Senador Garibaldi Alves Filho, a quem peço desculpas pela demora na concessão do aparte.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, porque sei que o tempo está limitado, mas a tolerância do Presidente, Senador Mão Santa, prevalece. Nesse novo escândalo da máfia dos jogos de futebol com relação à arbitragem, acho que a primeira providência da CPI seria pedir a apuração que está sendo realizada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)**

– Senador José Agripino, aprendi em Medicina: *ni jamais et ni toujours*. A Matemática, toda vez que entra em Medicina é desmoralizada. E estou vendo que aqui também.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – V. Ex<sup>a</sup> é médico.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)**

– Mas a sua inteligência sempre é respeitada. Então, pela sua inteligência e generosidade, lembro que há oradores inscritos pacientemente esperando: Senador Cristovam Buarque e o próprio Senador Garibaldi Alves Filho.

Eu, particularmente, gostaria de ouvi-lo dias e dias.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Obrigado.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN)** – Já vou concluir, Presidente. É só para dizer que a primeira providência deveria ser esta: pedir ao Ministério Público que mande o que está sendo apurado. É o que vou solicitar amanhã à CPI.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Agradeço ao Senador Garibaldi Alves Filho pelo esclarecimento que seu aparte traz ao debate que ora travamos. É oportuno porque põe um fecho na discussão a que estamos procedendo, com a opinião do Senador Antonio Carlos Magalhães, do Senador Tião Viana, com a opinião de V. Ex<sup>a</sup> e com a minha própria opinião.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela tolerância do tempo. Vejo-me na obrigação de mencionar a iniciativa que vou tomar de todo jeito, amanhã, porque temos a rara oportunidade de ver o começo, o meio e o fim num assunto que é uma espécie de súmula de tudo o que estamos investigando sobre corrupção, na CPMI dos Correios, na CPMI do Mensalão e na CPI dos Bingos, porque há uma alta autoridade do PT, o ex-Prefeito Celso Daniel e seus irmãos, que não são

filiados, mas são irmãos de alta autoridade do PT, que era uma estrela de primeira grandeza do PT, que permitia a coleta de dinheiro a partir de doadores que, extorquidos ou não, davam dinheiro, que chegava ao PT nacional, transportado pelo hoje Secretário particular do Presidente da República, um homem que está em contato o tempo todo com o Presidente. Assim, não é possível que não saiba como se comporta o seu secretário particular! Isso não é possível! E que se chegue a uma conclusão! Se a empresa contratada concluir que esse dinheiro chegava ao Banco Merchant e, desse Banco, irrigava contas do PT, há inelegibilidades claríssimas, evasão de divisas, tráfico de influência, extorsão, um saco cheio de práticas de crimes, com provas, com comprovações, com depoimentos e com papéis.

Para cumprir a minha obrigação, vou solicitar amanhã a acareação dos dois irmãos com o Dr. Gilberto Carvalho.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos a fazer uso da palavra o orador inscrito Senador Professor Cristovam Buarque, do PDT, representando o Distrito Federal.

V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, tem 15 minutos para usar da palavra. Evidentemente, não vamos evitar que o povo possa ouvi-lo.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Sem Partido – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, 15 minutos serão suficientes. Antes, porém, quero agradecer ao Senador Garibaldi Alves Filho, que me cedeu a oportunidade de falar neste momento.

Sr. Presidente, vou falar de coisa rara neste País: heróis. V. Ex<sup>a</sup>, que estuda História e conhece bem a história de outros países, sabe como é raro o fenômeno do herói no nosso País. Vou falar de dois heróis: um deles nasceu em Corumbá, em 1912; o outro nasceu em Marajó, em 1947. O primeiro queria ser médico, como V. Ex<sup>a</sup>, mas terminou seguindo a carreira militar, em que ingressou em 1930. O outro herói entrou no seminário, mas, inquieto, depois, fez o curso de Engenharia Agrícola no Chile.

O primeiro herói, que nasceu em 1912, em 1935 foi preso por fazer parte da chamada Aliança Nacional Libertadora – ANL, que lutava contra a ditadura existente naquele momento. O segundo herói também entrou na ANL, aos 18 anos, para lutar contra outra ditadura que havia naquele momento, que era a ditadura militar.

O primeiro herói foi para a Espanha depois, onde lutou pelo Partido Comunista Brasileiro para tentar impedir a vitória da ditadura de Franco. Não se con-

formou em lutar pela liberdade na Espanha e foi lutar pela liberdade na França, contra os invasores nazistas. O outro herói, participando da Aliança Nacional Libertadora, fez a guerrilha no Bico do Papagaio, no norte do antigo Goiás, hoje Tocantins, lutando pela democracia no Brasil.

O primeiro herói, que nasceu em 1912, voltou ao Brasil em 1946 e, em 1968, fundou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Foi preso em 1970, tendo de se exilar na Argélia e, depois, na França. O outro herói, o herói mais jovem, o herói que nasceu em Marajá, foi preso também, no mesmo ano, em 1970, e teve de ficar dez anos no exílio. Foi exilado no Chile, de onde – após o golpe contra o Presidente Allende – foi obrigado a ir para o Canadá.

São duas carreiras, Senador Antonio Carlos Magalhães, distanciadas no tempo, mas extremamente semelhantes. Enquanto o primeiro herói estava na Argélia, o segundo herói teve de ir para Moçambique. Estava em Moçambique quando foi anistiado, da mesma maneira que estava na Argélia o outro herói.

O primeiro herói, o que nasceu em 1912, morreu aos 95 anos, no dia 23 de setembro, na semana passada. O outro herói de quem falo foi cassado como Senador da República, na quinta-feira, 22 de setembro. O primeiro herói tinha por nome Apolônio de Carvalho; o segundo herói chama-se João Capiberibe.

O primeiro herói saiu de cena, por vontade de Deus, aos 95 anos, depois de uma vida gloriosa, depois de uma luta heróica. O segundo herói saiu, aqui, da nossa companhia não pela vontade de Deus, mas por um voto, Sr. Presidente, por um voto de diferença no TSE. Se um juiz tivesse ficado ao lado dele, teria sido empate, e, certamente, o Presidente teria respeitado os eleitores.

Sr. Presidente, vim falar de dois heróis, mas vim falar também de uma grande preocupação: em nome da ética, foi cassado um companheiro nosso. Foi cassado, em nome da ética, porque duas pessoas denunciaram que ele teria vendido seus votos por R\$20,00. Essas duas pessoas, depois, disseram que não tinha ocorrido aquilo e que tinham sido usadas para que se criasse um constrangimento jurídico para cassar o companheiro Capiberibe, Senador da República pelo Estado do Amapá.

Isso não entrou no julgamento, porque a terrível palavra “technicalidade”, de que a Justiça se envergonha, não permitiu que fossem levadas em conta essas decisões. Todos disseram, comentaram que o companheiro, o amigo, o Senador Capiberibe perdeu o seu mandato por technicalidade, porque não foi bem defendido, porque, na Justiça, o seu processo não seguiu com o cuidado devido. Ou seja, a democracia brasi-

leira, cuja conquista se deu também pela luta desses dois heróis, depende de quanto se ganha e de quão competentes são os advogados.

Vim aqui, Sr. Presidente, falar de dois heróis e da democracia. Somos Senadores da República, temos de respeitar, sim, o Poder Judiciário, mas também temos de ser respeitados pelo Poder Judiciário. Dentro de algumas horas, de alguns dias, no máximo, chegará aqui a determinação da Justiça, para que nós, Senadores, por intermédio da Mesa, digamos ao Senador Capiberibe que ele não é mais Senador.

Será a primeira vez, Senador Antonio Carlos Magalhães, que isto acontecerá: a cassação vinda por lei recente, com boas intenções. Essa será a primeira vez em que isso ocorrerá. Quero saber se a Mesa vai pura e simplesmente despachar ou se a Mesa vai pelo menos dar, como está na Constituição, o direito de defesa ao Senador Capiberibe. E quero saber se, nessa defesa, o julgamento é apenas por tecnicidades ou por uma questão, de fato, de ética e de justiça. Se fosse uma questão de ética e de justiça, eu não estaria aqui defendendo nem o Senador Capiberibe nem nenhum outro.

Não podemos, em nome de uma lei bem intencionada, que foi fruto, se não me engano, de um abaixo-assinado neste País inteiro, deixar que se abra uma brecha, pois, a partir de agora, qualquer um de nós aqui pode perder o mandato se duas pessoas disserem que vendemos o voto por R\$20,00 – poderemos perder os nossos mandatos por não sermos bem defendidos no processo de cassação.

Ainda mais grave, Sr. Presidente, é que faz poucos meses que outro político também ameaçado de cassação foi absolvido depois que se mostraram documentos em que teria usado milhões de reais dos cofres públicos para a sua campanha.

Não vou julgar a absolvição desse, que passou. Não, em nenhum momento me interessa julgar. O que eu quero julgar é a desigualdade na dimensão dos fatos, sobretudo a desigualdade na dimensão das decisões. É isso que temos de analisar.

Não estou dizendo – muito pelo contrário – que deixemos de cumprir. Ao contrário, temos de cumprir as decisões. Mas são dois Poderes. Vamos dialogar e saber por que, de fato, o nosso colega Senador Capiberibe foi cassado. Temos de cumprir as leis, temos de cumprir as decisões judiciais, mas temos de tomar conhecimento delas com cuidado. Não podemos ficar alheios e apenas ouvirmos, sem sermos informados corretamente e sem termos, aqui nesta tribuna, enquanto ele for Senador, a sua defesa.

Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares, que me solicitou.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE)**

– Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup> está falando de um assunto que muito nos tristece, principalmente porque se refere à figura de um dos maiores Senadores da República e, como disse V. Ex<sup>a</sup>, um verdadeiro herói, que colocou a sua vida e a de sua família em perigo, em defesa da liberdade e da democracia. Por isso, foi preso e exilado. Voltou a sua terra natal, o Estado do Amapá, para, depois de ser liberado em virtude da anistia geral concedida neste País, candidatar-se a Prefeito e, em seguida, a Governador do seu Estado e a Senador. E trouxe consigo, eleita a Deputada Federal mais votada no Estado do Amapá, a Deputada Janete Capiberibe, que também foi atingida por essa decisão da Justiça. É bom que se registre que os dois, tanto o Senador quanto a Deputada, não conheciam pessoalmente as testemunhas que foram a juízo acusá-los de compra de voto, mesmo porque, depois dessa acusação, dessa denúncia, as mesmas testemunhas foram flagradas numa gravação pedindo dinheiro para se arrependerem. E afirmaram nessa gravação, Senador Cristovam Buarque, que haviam participado de uma trama urdida por adversários de Capiberibe, e que teriam recebido benefícios para participarem desse projeto da cassação de mandato do casal Capiberibe. Logicamente que, como disse V. Ex<sup>a</sup>, por uma fragilidade da defesa, essas provas tão contundentes não puderam constar da defesa do Senador; antes pelo contrário, isso foi utilizado como instrumento para acusar o Senador de que estaria pressionando as testemunhas, quando a gravação revelava que aquelas testemunhas estavam propondo uma negociação para darem um outro depoimento e afirmavam peremptoriamente que haviam participado de uma trama, urdida pelos seus adversários, para obterem a cassação do Senador Capiberibe e da Deputada Janete. Enalteço V. Ex<sup>a</sup> pela coragem. V. Ex<sup>a</sup> não é do nosso Partido e não teria nenhuma obrigação, como companheiro, de fazer isso. V. Ex<sup>a</sup> faz isso em defesa da instituição, das prerrogativas do eleitorado, das prerrogativas do Senado Federal. De fato, uma ação direta de constitucionalidade seria da maior importância neste momento para provocar o Judiciário a respeito do art. 41-A, porque há Ministros do Supremo que, em votos concedidos em ações outras, têm demonstrado a incompatibilidade jurídica do art. 41-A com a Constituição, porque, como V. Ex<sup>a</sup> assinalou, o art. 55 da Constituição diz que, por uma decisão do Tribunal Eleitoral, o Deputado ou o Senador, antes de ser decretada a perda do seu mandato pela Mesa, tem direito à ampla defesa. Isso está na Constituição. Ora, se para cassar um Deputado ou um Senador é preciso que se obedecam aos trâmites constitucionais, como é que uma lei ordinária pode cassar o mandato

legitimamente conquistado de um Deputado ou um Senador, como foi o caso do Senador Capiberibe e da Deputada Janete? Eles fizeram uma eleição limpa e todos sabemos da pobreza do nosso Capiberibe. É um homem que terá dificuldades para sobreviver economicamente depois desse resultado. Saindo daqui do Senado Federal, o Senador e sua esposa terão que se virar para conseguir sobreviver, para comer, pagar aluguel da sua casa, manter a sua família, porque se trata de um homem pobre. Um homem que pregou, e colocou em prática no seu governo – inclusive aprovamos aqui no Senado um projeto de lei de sua autoria nesse sentido, V. Ex<sup>a</sup> também acompanhou o trabalho dele –, uma maior transparéncia em relação à aplicação dos recursos públicos. Lá no Estado de S. Ex<sup>a</sup>, tudo que se gastava no governo era registrado na Internet imediatamente – os empenhos e todas as despesas do Estado. Foi o primeiro Governador que fez isso na história do Brasil, em defesa da transparéncia, da ética, da decência e da boa aplicação. E, para terminar, Senador Cristovam Buarque, ele enfrentou no Governo forças poderosas...

(Interrupção do som.)

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) –.... que se moviam na direção do narcotráfico, da corrupção...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Vou conceder mais alguns minutos a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cristovam Buarque, pela importância do tema.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – ...forças que queriam aprisionar o Governador do Estado. E ele enfrentou processo de *impeachment*, processo para tirá-lo do Governo. Certamente, por causa da sua coragem, ele arranjou muitos inimigos. Esses inimigos é que hoje estão comemorando a cassação do seu mandato. Eu sei que, há dois anos, quando começou esse processo, na casa de um parlamentar já se comemorava essa cassação pela Justiça. Antes de a Justiça tomar a decisão, já promoviam uma noite de queijos e vinhos – eu não fui convidado e não podia sê-lo –, na casa de um parlamentar, comemorando por antecipação a cassação e, vamos dizer assim, o ferimento político do casal Capiberibe, num desrespeito à Justiça do nosso País. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Sem Partido – DF) – Senador Antonio Carlos Valadares, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o seu aparte e concluo dizendo, mais uma vez, que precisamos respeitar o Poder Judiciário, mas temos, sim, a obrigação, como Casa, de ouvirmos o Senador João Capiberibe. Temos obrigação de fazer respeitar a Constituição, que dá ao Senador o direito de defesa.

Senador Antonio Carlos Valadares, vim aqui, mesmo sem ser do Partido, por causa da democracia, por causa desta Casa e por causa da História. Passados alguns anos, essa história será escrita e quero que saibam de que lado eu estava, quero que saibam que eu estava do lado do Senador João Capiberibe. Com toda responsabilidade que isso implica, porque defendo, sim, a ética. Mas não sei se estarão de um lado bonito aqueles que julgaram a cassação dele. Tenho certeza de que tanto o Senador quanto o outro herói a que me referi, chamado Apolônio de Carvalho, esses dois vão estar em boas companhias quando a história for escrita.

Há ainda um pedido de aparte, que consulto o Presidente se o autoriza.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Acabei de prorrogar, por mais cinco minutos, o tempo de V. Ex<sup>a</sup>, devido à importância do tema e à coragem de V. Ex<sup>a</sup>, que engrandece o Poder Legislativo e o Senado.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Sem Partido – DF) – Muito obrigado.

Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Permita-me incluir no seu discurso uma reflexão, que é a seguinte: é preciso que as coisas andem rapidamente no País, no Poder Judiciário, principalmente porque o Poder Judiciário permite a uma pessoa se candidatar; ela se candidata, ganha a eleição. Depois de vencida a eleição, muito tempo depois, vem a punição? Creio que, positivamente, isso é uma injustiça. O povo não pode ser levado ao erro. É isso o que digo. O povo está votando no cidadão cuja documentação está devidamente registrada no Poder Judiciário. Então, nesse período, o Poder Judiciário já deve ter julgado todos os processos dos candidatos. Se, depois, ocorreu algum fato novo durante a eleição, temos de ter um prazo para apurar. Esse tempo não pode ser indeterminado, porque o crime, o ilícito, pode ser praticado, Senador Cristovam Buarque, durante o período da campanha. Nesse caso, está certo, não dá tempo para o Poder Judiciário apurar. Mas não dá tempo até a posse do cidadão? Eis a grande indagação. Penso que os fatos precisam ser julgados rapidamente. É só uma consideração que trago ao pronunciamento e à solidariedade que V. Ex<sup>a</sup> empresta ao casal Capiberibe.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Sem Partido – DF) – Eu lhe agradeço.

Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que vou transformar o meu discurso em um requerimento, para que a Mesa assegure ao Senador o que a Constituição prevê, que é o amplo direito de defesa dele diante dos seus Pares.

Não entro com o requerimento neste momento, porque quero tentar colher a assinatura de outros Senadores e de alguns Líderes, mas, se eu não conseguir isso, entregarei o requerimento com a minha assinatura.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado pela generosidade de V. Ex<sup>a</sup> em relação ao tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Cristovam Buarque, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que quero assinar o documento.

Senador Antonio Carlos, quis Deus que eu estivesse presidindo a sessão e que V. Ex<sup>a</sup> estivesse presente. V. Ex<sup>a</sup>, queira ou não, é um dos homens mais importantes desta Pátria, tanto em relação ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário, porque V. Ex<sup>a</sup> é o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Este assunto, trazido à baila, é deveras importante, e só uma pessoa com muita coragem, como V. Ex<sup>a</sup>, tem de enfrentá-lo. Entendo bem desse assunto. Por isso, quis Deus, neste momento, que eu estivesse presidindo esta Casa.

A razão da existência dos Três Poderes é para um frear o outro. E, nesse caso, não está havendo freio, não. O Poder Judiciário está passando como um trator sobre o Poder Legislativo. Portanto, um Poder existe para frear o outro.

Senador Antonio Carlos, V. Ex<sup>a</sup> tem relevantes serviços prestados a esta Pátria. Creio que é hora de se fazer uma lei boa e justa. As cassações injustas de prefeitos, que proliferam por muitos interesses, deveriam ter um freio. O Poder Legislativo existe para frear o Judiciário e vice-versa, assim como o Executivo. Deveria haver um “aprove-se” da Assembléia Legislativa. No caso de Governador de Estado, um “aprove-se” do Senado.

Digo-lhe isso com experiência. Fui prefeitinho, e havia abusos de ordens judiciais contra os sem-terra. No fim, eles iam buscar apoio junto aos políticos, em quem eles acreditavam. E havia erros, havia falcatrucas. Como Governador do Estado, também freei os mesmos abusos.

Então, um Poder existe para frear o outro. O que está havendo neste instante não é um freio, mas a passagem de um trator sobre um Poder.

Essas são as nossas reflexões.

Está presente Antonio Carlos Magalhães, cuja coragem faz com que o povo brasileiro reflita sobre os Três Poderes. Temos de ter respeito em relação aos outros Poderes e deve haver harmonia entre eles.

Dando prosseguimento à sessão, concedo a palavra ao orador inscrito Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB, do Estado do Rio Grande do Norte.

V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, tem o direito de usar da tribuna por quinze minutos, mas jamais cortarei a palavra de um Senador tão brilhante e necessário ao Nordeste.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN.)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Obrigado, Sr. Presidente. Serei rápido.

Novamente, quero abordar um assunto que sempre nos traz a esta tribuna. Não apenas eu, mas todos os Senadores das Regiões Nordeste e Norte. Sempre fazemos questão de enfatizar o problema da desigualdade no Brasil e sempre com a esperança de termos a atenção devida por parte das autoridades, principalmente as federais.

Sr. Presidente, vou ler, de forma rápida, como já disse, trechos de uma entrevista do economista Guillermo Perry, precisamente o economista chefe do Banco Mundial para a América Latina. Ele afirma, para tristeza nossa, que: “é impossível esperar uma solução no curto prazo” para o problema da desigualdade social no Brasil e defende o Programa Bolsa-Família como um dos mecanismos mais eficientes no combate à pobreza”.

Diz ele:

A diminuição das desigualdades é difícil e leva muito tempo. A desigualdade persiste na região desde o tempo colonial, com melhorias e pioras ao longo dos séculos. Isso mesmo em regimes econômicos completamente diferentes: fechados, abertos ou com muitos investimentos. A desigualdade não mudou. Por isso, é impossível esperar uma redução no curto prazo. No médio prazo, o principal fator de redução será o crescimento.

Mas é preciso atacar os fatores intrínsecos da desigualdade. O mais importante, hoje, é dar aos pobres mais acesso à educação, mas isso significa que os efeitos sobre a desigualdade acontecerão somente daqui a uma geração. Por isso, é preciso tentar dar mais acesso à infra-estrutura e aos serviços públicos, à terra, a melhores escolas básicas e a créditos.

O segundo ponto importante é o próprio Estado ter um plano para uma distribuição de renda mais igualitária. Esse nunca foi o papel do Estado na América Latina, onde os governos nunca usaram corretamente os dinheiros que arrecadam em impostos.

Sr. Presidente, há poucos dias, eu trouxe dados levantados pela Comissão de Desenvolvimento Regional. E é bom que se diga que esses dados foram levantados pela Comissão de Desenvolvimento Regional porque esta Comissão foi uma iniciativa das mais oportunas, adotada no Senado Federal. Eu trouxe dados que mostram que o BNDES aplicou 9% no Nordeste, em 2003, e 7%, em 2004, enquanto que nas outras regiões do País as aplicações superaram em muito tudo isso.

Outros dados que merecem ser considerados, para termos diante de nós essa travessia, esse hiato que nos separa – as Regiões Norte e, sobretudo, Nordeste – de um Brasil mais rico, que são as Regiões Sudeste e Sul, Presidente Mão Santa, são os de poupança e empréstimos para a construção de unidades imobiliárias. Também esses dados foram levantados na Comissão de Desenvolvimento Regional, que é presidida pelo Senador Tasso Jereissati e tem prestado uma grande contribuição ao estudo e ao debate dos problemas do nosso País, principalmente no que toca às desigualdades regionais.

Veja bem, Sr. Presidente, que na Região Nordeste, como depósitos em poupança, foram aplicados R\$13.055.138.000,00, que correspondem a 10,33% de 100% dos depósitos em todo o País. Mas saibam V. Ex<sup>a</sup> e meus ilustres Pares que apenas 4,33% desses 10,33% foram aplicados no Nordeste, quer dizer, houve uma migração para onde já havia uma aplicação, como a Região Sudeste, de 81,4%.

Quero-me fazer entender: enquanto na nossa Região Nordeste 10,33% dos depósitos de poupança eram aplicados, apenas, em construção e aquisição de unidades habitacionais, num total de 4,33%, na Região Sudeste depósitos da ordem de 66,33% foram aumentados para 81,04%. De onde vieram esses recursos, esses depósitos? Foram das regiões mais pobres para as mais ricas. É uma espécie de Robin Hood ao avesso – conhecemos muito bem a lenda de Robin Hood, que tirava dos ricos para dar aos pobres.

Os representantes das sociedades de empréstimo e poupança que vieram à Comissão de Desenvolvimento Regional mostraram que a situação é, realmente, de grande disparidade. É um grande absurdo nós, do Nordeste, estarmos financiando a poupança do Sul do País. Só faltava mais essa para completarmos um quadro que é dos mais deprimentes, mas que não nos deve levar à atitude de lamentação. Deve-nos levar, sim, à atitude de protesto, para exigirmos das autoridades uma saída e uma solução para esse problema.

Então, eu não queria deixar que o que foi apresentado na Comissão de Desenvolvimento Regional ficasse registrado apenas nos seus Anais, mas que

se pudesse ter uma idéia de por que a nossa Região não cresce, não crescerá, nem fará cair as desigualdades no curto prazo. Essa situação inviabiliza e impede qualquer pretensão nossa. Por mais que venhamos a aumentar o nosso Produto Interno Bruto, jamais teremos condições de tentar uma equalização ou melhoria qualquer de índice de dados com relação ao desenvolvimento da nossa Região e à queda das desigualdades no nosso País.

Sr. Presidente, eu gostaria de patentear essa questão e esclarecê-la bem para que se veja, realmente, como a nossa Região e o nosso País não são pobres. O que acontece é o que chamamos de injustiça. O nosso não é um País pobre, mas injusto. Como é que se arrecadam, na nossa Região, 10% da poupança nacional, em termos de financiamentos de empréstimos habitacionais, e nela se aplicam apenas 4%, enquanto que no Sudeste do País há uma poupança de 66,33% e se aplicam 81,04% da poupança geral? São 83 bilhões sendo investidos, nesse total, Sr. Presidente, Srs<sup>s</sup> e Srs. Senadores.

Deixo a tribuna, Senador Mão Santa, e digo que todos nós que defendemos essa Região devemos estar por demais atentos para o exame dessas questões.

Quero-me congratular porque esses são dados oficiais do Banco Central e da Sociedade Brasileira de Poupança, Empréstimo e Financiamentos Imobiliários, por unidade da Federação. Não falei dos dados por unidade da Federação porque seria número demais, mas citei os dados por Região, mostrando a existência dessa situação de absoluta injustiça para com a nossa Região.

Por último, Sr. Presidente, também não sou do Partido do Senador Capiberibe, mas fui seu colega no Senado durante esses meses. Nossa convivência me deixou a impressão de ser ele um homem voltado para os problemas da sua região, estudioso, esforçado, um ex-Governador como nós fomos, e só posso lamentar e me associar ao que disse o Senador Cristovam Buarque em seu discurso. Creio que esse não é um sentimento isolado meu, do Cristovam e até do Senador Antonio Carlos Valadares, que é o Líder do seu Partido, mas de todos aqueles que conviveram com o Senador Capiberibe e que lamentam esse desfecho adotado pelo Tribunal Superior Eleitoral e, agora, essa decisão do Supremo Tribunal Federal de mandar arquivar o seu recurso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Queremos nos solidarizar, em todos os aspectos, com o pronunciamento do Senador Garibaldi Alves Filho. Primeiro, ao mandato do Senador João Capiberibe; segundo, quanto à desigualdade que se alarga. Em 1980, a diferença entre o Sul e o Nordeste era quatro

vezes o valor do salário mínimo. O IBGE anuncia que agora a diferença do maior salário, que é o de Brasília (renda **per capita**), e o menor, que é o do Maranhão, é 8,6 vezes. Então, cada vez se distancia mais, cada vez há uma desigualdade maior, cada vez nós temos dois Brasis: um rico e outro em dificuldade.

Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Antonio Carlos Valadares, Líder do PSB e do Estado de Sergipe.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos para o uso da palavra, de acordo com o Regimento.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pela Liderança do Bloco/PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, falo pela Liderança do PSB. Ainda continua como Líder do nosso Partido nesta Casa, enquanto a Mesa não decretar a perda do mandato, o Senador João Capiberibe.

Aliás, Sr. Presidente, quero fazer um pequeno reparo, porque, no meu aparte e também no discurso do Senador Cristovam Buarque, não ficou muito claro a respeito de quem, por último, estava defendendo a causa do Senador Capiberibe e de sua esposa, a Deputada Janete.

Posso assegurar que os advogados que defenderam o casal Capiberibe, tanto no Tribunal Superior Eleitoral quanto no Supremo Tribunal Federal, são da maior competência, do maior crédito intelectual e jurídico. Trata-se do ex-Ministro Paulo Saraiva da Costa Leite, que foi contratado pelo PSB quando a questão já estava no Tribunal Superior Eleitoral e as provas já haviam sido colhidas lá, no Estado do Amapá, onde o Dr. Costa Leite não teve nenhuma interferência inicialmente na formação do processo, que já estava em andamento. Ao lado dele, estava o Dr. Rollemburg, também um dos mais eficientes e jovens advogados, da maior respeitabilidade e também do maior conceito jurídico no âmbito local e nacional.

Faço esse reparo, Sr. Presidente, para que não se pense que o nosso Capiberibe não tenha sido bem defendido. Foi bem defendido. Conseguiram manter o debate jurídico em torno da questão, por meio de liminares, tanto no Tribunal Superior Eleitoral quanto no Supremo Tribunal Federal, por quase dois anos e meio, os seus constituintes, numa prova evidente de sua competência, da argumentação vasta, do ponto de vista jurídico, que conseguiram apresentar às instituições do Poder Judiciário em nosso País: o Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal.

Aguardamos, portanto, que a Mesa receba a comunicação da Justiça. Somente após essa comunicação é que daremos conhecimento à Casa das

providências que iremos requerer à Mesa, no sentido de dar ao Senador Capiberibe a mais ampla defesa, conforme está inscrito em nossa Carta Magna, em nossa Constituição.

Esperamos, portanto, que esse pronunciamento da Justiça oficialmente chegue ao Senado Federal, para que o nosso Partido, ao lado de outros tantos, que estão somados ao Senador Capiberibe, possa instar e requerer o que entende de direito à Mesa do Senado Federal, que tem o Presidente Renan Calheiros agindo com a maior seriedade, probidade e espírito de justiça e que haverá de conduzir essa questão nos trâmites constitucionais e regimentais.

Mas, Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para falar sobre um assunto que está deixando os Municípios brasileiros numa situação verdadeiramente caótica, vexatória. Refiro-me à redução drástica da segunda parcela do Fundo de Participação dos Municípios.

Tomei conhecimento, por exemplo, Sr. Presidente, de que, no meu Estado, a maioria dos Municípios está no coeficiente 0,6 e 0,8. Receberam a primeira parcela, em torno de R\$100 mil a R\$120 mil, do Fundo de Participação dos Municípios. Agora, na segunda parcela, receberam algo em torno de R\$11 mil. Isso significa, Sr. Presidente, atraso no pagamento de salários, atraso na prestação de serviços públicos indispensáveis, como saúde e remédio para a população mais carente. Significa um grande paradeiro, um grande desespero que se apossou das administrações municipais após a queda brusca e até agora inexplicável do Fundo de Participação dos Municípios.

Sr. Presidente, não é possível que os prefeitos municipais, sacudidos por essa verdadeira tragédia que se abateu sobre as suas finanças, não recebam as devidas explicações e não sejam devidamente orientados pelo Ministério da Fazenda. O Ministério deveria mandar a cada um dos mais de 5,5 mil prefeitos que existem em nosso País um detalhamento, um esclarecimento, uma carta, um ofício, seja lá o que for, porque eles merecem uma explicação, e essa explicação seria utilizada como instrumento para que também os prefeitos municipais prestem contas às suas populações, que estão sofrendo as consequências dessa queda, como eu disse, inesperada e inexplicada do Fundo de Participação dos Municípios.

A minha palavra, então, Sr. Presidente, neste instante é de solidariedade aos prefeitos municipais do Brasil inteiro, do meu Estado de Sergipe, que estão passando por agruras que não podemos traduzir em palavras e por uma crise financeira sem precedentes.

Um Município pequeno, que depende do Fundo de Participação como a sua maior receita para a realização de obras e serviços, ter uma redução tão descomunal como esta, de mais de 80% de sua receita num mês, significa dizer que todo um planejamento feito para a realização de gastos nas administrações municipais foi por água abaixo, e isso aconteceu em todo o Brasil. O prefeito que teve essa redução tão drástica e não recebeu uma explicação sequer do órgão responsável pela distribuição do Fundo de Participação, que é o Ministério da Fazenda, deve estar seriamente decepcionado com as autoridades constituídas deste País.

Portanto, aproveito o ensejo para fazer esse pedido ao Ministro da Fazenda, ao Ministro Antonio Palocci, que deve estar muito preocupado com a economia do nosso País, que deve estar cuidando do risco Brasil, da queda da inflação e de macroproblemas da economia brasileira. É preciso que S. Ex<sup>a</sup>, a quem respeito muito pela forma equilibrada como vem conduzindo a economia do Brasil, se debruce também sobre os microproblemas, porque os Municípios brasileiros, principalmente os pequenos, que vivem quase exclusivamente da receita do Fundo de Participação dos Municípios, precisam de uma explicação, de um alento. E esse alento deve nascer, Sr. Presidente, por intermédio da reforma tributária, que está na Câmara dos Deputados – ainda não chegou ao Senado Federal – e que atribui um acréscimo, se não me engano, de 1% da receita do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Essa receita, sem dúvida alguma, contribuiria para amenizar o sofrimento dos Municípios brasileiros.

Por isso, aproveito a oportunidade para pedir ao nobre Líder do PMDB, uma pessoa identificada com os Municípios do Brasil, que promova algum meio de os prefeitos tomarem conhecimento sobre a razão dessa redução tão drástica, que os está deixando em verdadeira polvorosa, sem saber o que devem fazer este mês para pagar seus compromissos.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ney Suassuna, a providência que, tenho certeza, tomará junto ao Governo Federal. Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma, com muito prazer.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Se V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, diria que essa redução deve-se à restituição do Imposto de Renda, que nos anos anteriores...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Ney Suassuna, sei que V. Ex<sup>a</sup> é como um

anjo, não tem costas, mas o Regimento diz não se pode falar de costas para a Mesa, para Cristo e para Rui Barbosa.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Perdão, realmente sei que o Regimento não permite que o Senador fale de costas. Eu estava meio de lado, mas assim fica melhor. Sei também que o Regimento permite falar sentado em caso de aparte. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antonio Carlos Valadares, que foi por causa da devolução do Imposto de Renda. Ela ocorria sempre escalonada, mas aconteceu de uma só vez, gerando uma enorme queda – 88%, para uma prefeitura 0,6. Ou seja, a prefeitura que tinha de receber R\$82 mil em média recebeu R\$5 mil, mas tinha de pagar R\$18 mil à Câmara de Vereadores na mesma data. Foi uma quebra geral. Mas isso não se aplica só aos Municípios: aos Estados também. Já votamos a favor daquele 1% que V. Ex<sup>a</sup> está falando. O projeto está na Câmara dos Deputados, onde ainda não foi votado. Esta semana começa um protesto geral dos prefeitos, que vai ter o nosso apoioamento e tenho certeza de que o de V. Ex<sup>a</sup> também, porque isso está errado. A Prefeitura de Catolé do Rocha, cidade com aproximadamente 32 mil pessoas, recebeu zero. E isso não basta; veja V. Ex<sup>a</sup> que dureza: a prefeitura perde o fundo, não cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal por causa do aumento do salário mínimo, perde 30% dos subsídios como punição, porque a descumpriu, e o Município fica sem condições de receber emendas de Parlamentares. Quer dizer, é queda e coice, e o cavalo ainda atropela. Quero juntar-me a V. Ex<sup>a</sup> e dizer que isso é algo despropositado; não é possível administrar dessa forma. Exalto o discurso que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo em prol dos Municípios. Esta será uma semana de protesto, e estaremos unidos. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> estará conosco. A Federação acabou; ela é como quer o Executivo Federal e não mais Estados e Municípios. Parabéns, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ney Suassuna. Vamos trabalhar para acelerar a reforma tributária. O benefício do aumento do Fundo de Participação está na Câmara e, como está havendo emenda, voltará para o Senado. Que possamos dar aos Municípios essa contribuição, amenizando o sofrimento das comunidades brasileiras.

Ouço o nobre Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Senador Antonio Carlos Valadares, peço o aparte, apenas para ser testemunha da força e da luta incansável que V. Ex<sup>a</sup> tem demonstrado em benefício dos Municípios do País,

não só da sua terra. Eu relatava ao Senador Heráclito Fortes uma reunião que aconteceu, a manhã inteira, em São Paulo, entre os Prefeitos do PFL e a Liderança, em que praticamente foram expostas as dificuldades e as propostas para se conseguir algum tipo de verba da União. É tudo na mão da União. Em tese, depois de um cálculo bruto, a União fica com mais de 70% do que se arrecada no País; o Estado, com 26%, e o Município, com 4%, que poderão ser reduzidos depois dos outros cálculos. Isso é o que foi apresentado. Falaram sobre a assistência médica à família, que o Governo Federal teria obrigação de pagar por inteiro para certos grupos. Um prefeito levantou e afirmou: "Negativo; pago mais de 50%, porque a União não me dá totalmente o que pago."

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Senador Romeu Tuma, uma idéia poderia ser aplicada nesse caso: o Governo Federal, sabendo da situação aflitiva que os Municípios estão passando neste momento, poderia providenciar o adiantamento do Fundo de Participação dos Municípios por alguns meses.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Inclusive, contando com essa que vai ser aumentada.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Exatamente. Como vai haver um aumento, poderia fazer um encontro de contas futuramente com o aumento que vai haver de 1% naquelas receitas oriundas do Imposto de Renda ou do Imposto sobre Produtos Industrializados.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Senador Ramez Tebet, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Ramez Tebet** (PFL – SP) – Senador Valadares, eu faço coro...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Valadares, gostaria de ouvi-lo não por minutos, mas por horas, e todo o Brasil, mas lembro que há três oradores inscritos, que estão pacientemente aguardando.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Já estamos terminando, Presidente. Peço mais dois minutos.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Reforço os meus cumprimentos e fico com pena. Sinto-me mal, Senador, quando um prefeito diz: "Senador, dá para pôr uma emendazinha para mim no Orçamento?" É revoltante para qualquer um de nós, desta Casa.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Com a palavra do Senador Ramez Tebet, encerro meu pronunciamento, com muita honra.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Com a minha, Senador.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, falarei em trinta segundos, com a aqüiescência sempre generosa de V. Ex<sup>a</sup>. Senador Antonio Carlos Valadares, em primeiro lugar, faço coro com o Senador Romeu Tuma, no depoimento que traz a respeito da sua luta em favor dos Municípios brasileiros, que é nossa também. Esse tema que V. Ex<sup>a</sup> aborda é muito importante. A Federação brasileira é artificial. Pela Constituição de 1988, os Municípios tinham 19% da receita, do bolo tributário; hoje esse percentual está reduzido a 14%, e ainda acontece isso que aconteceu, no mês de setembro, com o Fundo de Participação dos Municípios. Quero aplaudir V. Ex<sup>a</sup>. Que haja pelo menos um adiantamento, porque não é possível, os Municípios estão sofrendo. Estou chegando de Mato Grosso do Sul, Senador Valadares, e os nossos Prefeitos estão apavorados, esse é o termo.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Desesperados.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Estão desesperados com a situação dos seus municípios e com a condição em que se encontram. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e ouço o Senador Garibaldi Alves Filho.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, não poderia deixar de apartear V. Ex<sup>a</sup>, porque me convocaram para uma subcomissão de assuntos municipais, e, em articulação com a Confederação Nacional de Municípios, estaremos, na terça e quarta-feira, reunidos no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal, para apresentar os pleitos ao Ministro Antonio Palocci, ao Senador Renan Calheiros e ao Presidente em exercício da Câmara dos Deputados, para tentar viabilizar essas reivindicações municipais.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e aos Senadores que me apartearam.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, neste expediente de grande comunicação.

Aos Senadores que estão inscritos, comunicação vem de comunhão, é dividir o pão. Isso tudo é de Cristo, que fez o discurso do Pai Nossa em um minuto. Vamos conceder cinco minutos para cada orador inscrito, com

inteligências privilegiadas, sabendo que tamanho não é documento. V. Ex<sup>a</sup>, que está na tribuna, não é grande de tamanho, mas nenhum é maior em desenvoltura. Então, o tempo será de cinco minutos para cada um dos quatro oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, registro a minha posição e o meu sentimento contra a cassação do Senador Capiberibe.

Vejam bem: numa época desta de mensalões, de Delúbios, de valeriodutos e de fraudes até no futebol brasileiro, tivemos a oportunidade de assistir a um companheiro ter seu mandato cassado por causa da acusação de que um funcionário seu teria passado R\$25,00 para um eleitor. É um absurdo para os dias de hoje, mas, infelizmente, este é o nosso País.

Apresento meus protestos e minha solidariedade ao Senador João Capiberibe.

Sr. Presidente, gostaria de falar ainda das reportagens publicadas na semana passada sobre o estado precário em que se encontram nossas rodovias. A reportagem mostrou, como todos sabemos, que 60% das nossas estradas estão completamente intransitáveis. Não adianta o cidadão pagar imposto e esta Casa aprovar um projeto como a Cide para colocar dinheiro nos cofres do Ministério dos Transportes, que nós não teremos a oportunidade, tão cedo, de ver nossas estradas recuperadas.

No meu Estado, Sr. Presidente, a BR-101, que liga o Município de Cariacica ao Município de Serra, contorna a Capital, o Município de Vitória. E a obra de duplicação daquela rodovia está paralisada há muito tempo. A Bancada vai ao Ministério conversar com o Ministro, promessas são feitas, e nada acontece.

Apelo ao Ministro e ao Presidente da República, para que tenham um pouco de modéstia, chamem o nosso Governador, entreguem aquele trecho da BR-101 ao Estado e estadualizem – o que seria uma vergonha – um trecho da BR-101. Tenho certeza de que o Governador Paulo Hartung faria essa duplicação em tempo recorde, atendendo nossa população e evitando que muitas vidas fossem ceifadas naquele trecho por irresponsabilidade total do Governo Federal e do Ministério dos Transportes.

Com relação à enorme quantidade de buracos, Sr. Presidente, quero dizer que não é mais possível que a categoria dos caminhoneiros conviva com esse estado de coisas. Há quebra-molas por todas as partes

da BR. É um total desleixo, uma total irresponsabilidade de nossas autoridades! Já não chegam as barreiras fiscais? O motorista, ao se deslocar de um Estado como o Espírito Santo para o Pará, tem de fazer mais de 20 paradas e tirar a lona do caminhão, e, em cada barreira, são contados quantos volumes há em cima do veículo. É uma vida insuportável, vergonhosa. Somam-se a isso os buracos e esse estado de coisas a que assistimos por esse Brasil afora.

Faço um apelo ao Presidente Lula e ao Ministério dos Transportes, para que as nossas autoridades tomem um pouquinho de juízo e tenham um pouco mais de responsabilidade com essa gente tão sofrida, que são os caminhoneiros brasileiros e aqueles pobres que moram ao lado dessas rodovias e que estão vendo seus filhos, todos os dias, serem atropelados e mortos, pela irresponsabilidade e pelo desleixo das autoridades federais. As rodovias municipais e estaduais, por onde passo por este Brasil afora, Sr. Presidente, estão...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos mais um minuto a V. Ex<sup>a</sup>, para concluir.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – ...quase todas recuperadas. Meu Estado tem hoje um projeto de recuperação de estradas, e praticamente todas as nossas rodovias estão recuperadas, em boas condições de tráfego.

Por isso, fiz um apelo: Presidente Lula, passe o trecho da BR-101 para o Governador Paulo Hartung, que a nossa rodovia estará com seu problema resolvido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós é que agradecemos a competência e o espírito de síntese do orador João Batista Motta.

Convidamos o Senador Roberto Saturnino, do PT do Rio de Janeiro, a usar da palavra. Em seguida, farão uso da palavra os Senadores Heráclito Fortes, Ramez Tebet e Leomar Quintanilha. De acordo com o combinado, S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Será o bastante, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, o Brasil ontem perdeu um dos seus heróis. Trata-se de Apolônio de Carvalho, essa grande figura de brasileiro revolucionário. Eu não poderia deixar de transmitir ao Senado a tristeza que captei e escutei no Rio de Janeiro, cidade em que ele viveu os últimos anos da sua vida.

Foi um socialista autêntico, um socialista na mais autêntica expressão do termo, um socialista de alma larga e generosa, como são os verdadeiros socialistas, capaz de oferecer a sua vida pela causa da justiça popular.

Apolônio viveu acontecimentos da História Mundial, da História da Humanidade. Lutou na Guerra Civil Espanhola ao lado dos republicanos, dos socialistas. Lutou na resistência francesa contra o fascismo. Em ambos os casos, deu a sua presença e ofereceu a sua vida na luta contra o fascismo que ameaçava o mundo nos anos 30 e 40 do século passado. Viveu as situações mais duras nessas lutas, mas nunca perdeu a ternura. Ele viveu situações duras, sem perder a ternura e a grandeza, sem cair na depressão e no pessimismo, sem deixar de acreditar na causa maior pela qual lutava.

Assim é, Sr. Presidente, que o mundo hoje, especialmente os velhos socialistas do mundo inteiro, pranteia a perda deste grande brasileiro, que foi Apolônio, esse verdadeiro socialista de alma grande.

Infelizmente, quando cheguei aqui, o requerimento da Senadora Ideli Salvatti já havia sido apresentado, mas fiz questão de também firmá-lo e, desta tribuna, render homenagem a Apolônio de Carvalho e transmitir meus sentimentos à sua família, especialmente à sua esposa, D. Renée, companheira de vida e de todos esses acontecimentos.

Sr. Presidente, nestes breves minutos que V. Ex<sup>a</sup> me concedeu, queria fazer este registro em relação à grande figura de Apolônio e também manifestar, juntamente com tantos outros Senadores que conhecem o Senador João Capiberibe, a inconformidade com essa decisão do Supremo Tribunal Federal, uma decisão que atinge a todos nós, que convivemos com ele e que podemos atestar sua integridade moral e ética. João Capiberibe também tem uma vida de luta. Não chegou ao Senado sem episódios precedentes. Foi cassado, perseguido, exilado. Tem toda uma história de luta em favor da justiça, da justiça popular e da grande causa da humanidade, que é o socialismo. Portanto, essa cassação nos deixa a todos incomodados. Essa é a verdade.

Também firmei um requerimento do Senador Cristovam Buarque, solicitando uma oportunidade de defesa para o Senador João Capiberibe no Senado Federal.

Não poderia deixar de fazer estas duas referências, Sr. Presidente, tanto em relação a Apolônio de Carvalho quanto a João Capiberibe. Agradeço a V.

Ex<sup>a</sup> pela generosidade e aos Colegas ainda inscritos pela paciência.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência agradece o cumprimento do tempo, graças à inteligência e à capacidade de síntese do orador.

Concedemos a palavra ao Senador do PFL do Piauí, Senador Heráclito Fortes.

De acordo com a combinação, V. Ex<sup>a</sup> tem cinco minutos, e mais um de prorrogação.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, meu caro Senador Mão Santa, faço um registro aqui que, tenho certeza, também o farei em seu nome. Quero registrar, com o mais profundo pesar, o falecimento, nesse final de semana, na cidade de Piripiri, no Estado do Piauí, do ex-Prefeito de Domingos Mourão, Aluiz Viana, que foi assassinado barbaramente, com oito tiros, quando saía de uma serenata em um bar daquela localidade.

V. Ex<sup>a</sup>, como eu, conhecíamos demais o ex-Prefeito de Domingos Mourão, que governou aquele Município por duas vezes. Sem entrar no mérito, até porque quem está à frente do caso é a Polícia Militar e a Polícia Civil do Piauí, Senador Mão Santa, quero lançar aqui o meu protesto: tem sido uma constante no nosso Estado, infelizmente, eliminarem-se vidas de prefeitos e também de ex-prefeitos.

O caso a que me refiro hoje está sendo investigado.

Vim de Piripiri, onde participei do velório e fiz visita à família de Aluiz, com a segurança de que, nesse caso, teremos uma solução rápida. Encontrei-me com o Coronel Prado, que é um militar respeitado, homem com muita sensibilidade em elucidação de crimes dessa natureza, e ele me disse que as medidas estavam sendo tomadas, que já tinha várias pistas e esperava que, nas próximas horas, os fatos fossem esclarecidos.

Agora mesmo, passei a vista em um jornal local que circulará amanhã e que já está com a matéria no seu site, que diz que alguns suspeitos já foram transferidos para Teresina.

Senador Mão Santa, no exato momento em que estamos empenhados em ter uma posição com relação a essa campanha do desarmamento, é inadmissível que crimes como esse aconteçam, tirando vidas. Estive na casa do Prefeito e vi a esposa, filhos, amigos e irmãos, inconsoláveis. Nada justifica se tirar a vida de um cidadão, por mais discordância e divergência que haja. Espero que encontremos o mais rápido possível os culpados e que tenhamos no Piauí, Senador Mão Santa, uma trégua com relação a crimes dessa nature-

za. Afinal de contas, existe a Justiça para as demandas de qualquer natureza contra os adversários.

Não estou lançando aqui nenhuma acusação, nenhuma dúvida contra quem quer que seja, até porque, no Município de Domingos Mourão – e nisso eu tive a compreensão do próprio Aluiz –, na campanha de 1982, fui votado pelos dois lados. O lado que lhe faz oposição, eu conheço, não é composto de pessoas com capacidade para esse tipo de vingança, esse tipo de comportamento. E quero fazer justiça: em todo o tempo em que estive por lá, em nenhuma ocasião se lançou suspeita contra os adversários políticos com quem ele travou embate nas eleições de 2002.

Dai por que, em nome da nossa Bancada – apesar de o Senador Alberto Silva não estar aqui, tenho certeza de que também se solidariza –, quero enviar os nossos votos de pesar, já apresentados pessoalmente, também em nome dos piauienses que representamos nesta Casa, à família do Aluiz Viana, aos seus correligionários, aos seus admiradores, ao povo de Domingos Mourão e ao povo de Piripiri, onde ele tinha residência fixa, e pedir a Deus que faça com que se dê, no Estado, um basta nesse tipo de prática, que não resolve de maneira nenhuma pendengas ou questões dessa natureza.

Faço aqui este registro na confiança de que a Polícia Civil e a Polícia Militar do Piauí encontrarão os culpados para puni-los de maneira exemplar, coibindo de uma vez por todas essa prática, que já se torna tão comum, infelizmente, em nosso Estado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Faço minhas as palavras do Senador Heráclito Fortes.

Ontem também estive visitando os familiares e, realmente, vi todo o Piauí consternado pela perda de Aluiz, uma figura jovem, com perspectivas de grande luta no seu trabalho empresarial e na política, pois foi Prefeito de Domingos Mourão por dois mandatos, com uma excelente administração. Atitudes como essa não traduzem o sentimento cristão do povo do Piauí.

Continuando a sessão, ouviremos a palavra do Senador Leomar Quintanilha e, em seguida, do Senador Ramez Tebet, a quem o País aguarda ansiosamente ouvir.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, é imperativo registrar aqui a enorme preocupação que tomou de assalto a grande maioria dos Prefeitos do meu Estado, o Estado do Tocantins.

Estou seguro, Sr. Presidente, de que essa preocupação transcendeu as fronteiras do Tocantins. Estou seguro de que a maioria dos Municípios brasileiros, que tem como sua fonte maior, a mais importante fonte de receitas, o Fundo de Participação, levou um susto enorme com a redução brutal que se processou no pagamento das duas primeiras parcelas de cada um dos Municípios.

Há Municípios que experimentaram uma redução superior a 80%, deixando os Prefeitos de mãos atadas, sem alternativas, sem meios de cumprir e de honrar compromissos usuais de cada mês. E pior, Sr. Presidente, sem nenhuma explicação. Não se tem uma explicação por parte do Ministério da Fazenda das razões que o levaram a impor um corte tão brutal, tão forte nesses Municípios.

Tenho manifestado aqui, com certa insistência, a nossa preocupação, principalmente os Estados das Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, onde os Municípios, na sua grande maioria, não têm fontes alternativas de produção e vivem em razão da distribuição do Fundo de Participação. São as regiões apenadas nessas distorções regionais que ainda persistem em nosso País.

Não sei que alternativas teremos de encontrar. É preciso que nos preocupemos com isto. Nessa distribuição de renda nacional as regiões mais pobres precisam merecer um mínimo de atenção, precisam de ter uma forma de compensação pela sua inesgotável paciência por uma necessidade permanente de equilibrar a vida de milhares de brasileiros com a vida de outros brasileiros que ocupam as regiões mais ricas.

Não sabemos porque houve um corte superior a 80% nas parcelas do Fundo de Participação dos Municípios. O que sabemos é que as prefeituras não têm como pagar seus funcionários, não têm como pagar fornecedores, não têm como atender às demandas básicas da população, como lixo, iluminação pública, questões relacionadas à saúde e educação.

Não é possível, Sr. Presidente, que isso continue dessa forma. Não vemos, a cada dia que passa, nenhuma ação efetiva para que essas regiões mais pobres tenham uma compensação, inclusive até encontrar uma alternativa de produção.

Veja o caso do Estado do Tocantins. Tenho reiterado as condições extraordinárias que o Tocantins tem para contribuir com a demanda nacional de energia. Hoje, temos uma usina que produz 900 megawatts. São cinco turbinas, sendo que apenas uma turbina já atende às necessidades do Tocantins, as outras quatro atendem às demandas das regiões mais ricas. É impe-

rativo que as regiões mais ricas transfiram um pouco dos seus recursos para haver uma compensação às necessidades da brava gente tocantinense.

Por isso, Sr. Presidente, o que traz à tribuna nesta tarde é registrar a preocupação, intensa, dos Prefeitos dos Municípios do Estado do Tocantins, que não têm como atender às necessidades e aos compromissos já assumidos.

Senador Ramez Tebet, é possível que os Prefeitos do seu Estado, o Mato Grosso do Sul, também estejam penando, também estejam sem saber que atitude tomar, o que fazer para atender às demandas das suas cidades, de seus Municípios.

Quem sabe o Ministro da Fazenda possa, já que tem um superávit primário elevado, encontrar uma forma de antecipar pelo menos receitas para que os Municípios não fiquem inadimplentes, para que os Municípios não deixem de atender às necessidades da sua gente e encontre uma forma de equacionar essa situação, que é gritante, imperativa e não pode ficar sem solução.

Era o que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Agrademos V. Ex<sup>a</sup> pela obediência ao tempo.

Concedemos a palavra ao último orador desta sessão, Senador Ramez Tebet, do PMDB do Estado do Mato Grosso do Sul. V. Ex<sup>a</sup> está de acordo com a assertiva bíblica: “Os últimos serão os primeiros”. V. Ex<sup>a</sup> é o último orador, mas, sem dúvida nenhuma, o primeiro em sabedoria, em ética, em grandeza neste Senado.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, vou-me dirigir primeiro a V. Ex<sup>a</sup> para agradecer, porque não é a primeira vez que V. Ex<sup>a</sup> me distingue com tão generosas palavras. Eu as recolho, até com emotividade, porque sei que partem do seu estilo de vida, sei que partem do seu coração.

Recordo-me quando V. Ex<sup>a</sup> governava o Estado do Piauí. Eu lá compareci – era Ministro da Integração Nacional –, para inaugurar uma usina, e vi o trabalho de V. Ex<sup>a</sup>. Saudei-o dentro da realidade porque vi a estima que o seu povo lhe dedicava e tenho certeza que ainda lhe dedica. Recebi a maior comenda do Estado do Piauí pelas mãos de V. Ex<sup>a</sup>. De sorte que agradeço profundamente as sempre generosas palavras de V. Ex<sup>a</sup>, produto, naturalmente, desse relacionamento que sempre tivemos.

Mas, Sr. Presidente, por que estou aqui hoje nesta tribuna? Todas as semanas vou ao meu Estado. É difícil eu passar, Senador Romeu Tuma, um fim de semana em Brasília. Sempre vou a Mato Grosso do Sul, sempre vou às cidades de Mato Grosso do Sul. E venho aqui fazer coro com as vozes que se manifestaram contra aquilo que considero foi uma usurpação da União. A União retirou, sem aviso prévio, recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

Vamos tentar explicar isso didaticamente. Os Municípios vinham recebendo, Senador Romeu Tuma, uma determinada parcela. De repente, sem aviso prévio – isso é que é sério e lamentável e a responsabilidade é da Receita Federal, porque o Fundo de Participação dos Municípios tem como principal agente os recursos do Imposto de Renda –, a União reduz drasticamente esses recursos dos Municípios. Resultado: alguns Prefeitos ficaram até sem pagar a folha de pagamento dos seus servidores públicos, não puderam se planejar adequadamente.

Isso é muito ruim. Isso ocorre nos Municípios onde vivemos.

Tenho uma filha que dirige o Município onde nasceu e onde eu também nasci. Fui Prefeito da minha cidade natal, Três Lagoas, e, depois de 30 anos, Senador Romeu Tuma, a minha filha Simone Tebet se torna Prefeita da nossa cidade. E, hoje, ouvi na televisão – e não é porque é a minha filha nem porque é a minha cidade, mas porque foi o que ouvi na televisão do meu Estado –, a voz dos moradores, os municípios se manifestando, em uma reportagem sobre a cidade. Perguntavam o que mais queriam para Três Lagoas. Diziam: “Eu quero saneamento básico.”; “Eu quero esgoto.”; “Eu quero asfalto.” E não é diferente nos outros Municípios de Mato Grosso do Sul nem de outros Estados do Brasil. São grandes reivindicações dos municípios, incluindo, naturalmente, a saúde, que é um direito de todos e um dever do Estado.

Então, Sr. Presidente, qual é a culpa disso? A culpa está na concentração dos recursos nas mãos da União. A União está implacável. Na Constituição de 1988, 19% da arrecadação era dos Municípios. Hoje, já estamos com apenas 14% para os Municípios, o resto foi para a União.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Peço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que me conceda mais dois minutos,

Senador Mão Santa. A campainha soou, e o assunto é por demais importante.

Os Prefeitos vão se reunir aqui depois de amanhã. Virão Prefeitos do Brasil inteiro, convocados pela Confederação Nacional dos Municípios, que tem como Presidente um Prefeito de um Município pequeno do Estado do Rio Grande do Sul, o Sr. Paulo Ziulkoski, que tem sido um grande Presidente, que tem reivindicado os interesses dos Municípios, que tem até obtido alguma coisa por parte da União.

Mas, positivamente, é preciso descentralizar este País imediatamente. Não se pode mais continuar assim: os Prefeitos de pires na mão, tendo de reivindicar aquilo que, constitucionalmente, lhes é devido. Isso, positivamente, é um absurdo!

Quero dizer, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores que, na semana passada, compareci à Globo News, no programa do eminentíssimo homem de imprensa Alexandre Garcia, acompanhado do Dr. Carneiro Piquet, eminentíssimo advogado daqui, de Brasília, que preside uma Organização Não-Governamental. O programa era sobre desburocratização. O que fazer para desburocratizar este País? O primeiro ponto é fazer deste País uma verdadeira federação, porque, da maneira como está, não é possível; a federação brasileira é artificial! Se tudo acontece nos Municípios, como é que eles têm a menor parcela do bolo arrecadatório deste País?

Os papéis estão invertidos, Sr. Presidente. A União é a maior arrecadadora e, ainda, não repassa aos Municípios aquilo a que eles têm direito. Isso é triste, e nós, aqui, defendemos o quê? Qual é o papel do Senado da República? Defender a federação brasileira. Portanto, vamos fazer a verdadeira defesa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sr. Presidente, já estou encerrando.

Essa federação só pode existir e só existirá no dia em que entendermos que o País deve ser descentralizado e que os Municípios devem ser os grandes destinatários dos recursos deste País. Em outras palavras, deve haver uma reforma tributária que atenda ao princípio da federação brasileira; e o princípio da federação só vai existir realmente, só vai sair da retórica, só vai sair do papel para se tornar uma realidade no dia em que os Municípios conseguirem caminhar com as suas próprias pernas, Sr. Presidente, sem necessidade de os prefeitos correrem a Brasília para apelar ao Senado da República, apelar à sensibilidade da equipe econômica do Governo que os tratem melhor.

Tratar melhor os Municípios, Senador Romeu Tuma – V. Ex<sup>a</sup> que defende muito bem o municipalis-

mo nesta Casa –, significa o quê? Significa atender os municípios, atender o cidadão, significa melhorar a cidadania. É o que todos esperamos.

Este é um breve relato, Sr. Presidente, na esperança de que a situação melhore neste Brasil, que está tão sofrido.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Ramez Tebet, o nosso patrono Rui Barbosa, Senador por 31 anos, disse: só há um caminho e uma salvação: é a lei e a justiça. E os livros da lei dizem que o Orçamento deve ser dividido da seguinte forma: 54% para a União, 22,5% para os Estados, 21,5% para os Municípios e 2% para os fundos constitucionais. V. Ex<sup>a</sup> acaba de dizer que os Prefeitos baixaram apenas para 4%.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.059, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 215 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a constituição de comissão especial para definir procedimentos relativos à perda de mandato de senadores da República.

#### Justificação

A inovação representada pela inclusão do art. 41-A na Lei nº 9.504/1997 criou um quadro jurídico cujos efeitos ainda não foram devidamente mensurados. Em que pesem as dúvidas sobre a constitucionalidade da Lei nº 9.840/1999, que procedeu a essa inclusão, seus efeitos já se fazem sentir. Criou-se inclusive uma nova realidade, com o processo de cassação de mandato do Senador João Capiberibe. Será o primeiro caso desse gênero na História do Senado Federal.

Registre-se que o parágrafo 3º do art. 55 da Constituição, que dispõe sobre a perda de mandatos de deputados ou senadores, garante ampla defesa aos que estiverem no caso previsto pelo inciso V desse mesmo artigo, ou seja, “quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição”. Nesse caso específico torna-se necessário definir a forma de seu cumprimento.

Acresce que existe sempre a possibilidade de ocorrer erro judiciário. No processo em pauta, mencionaram-se, em sessão do próprio Supremo Tribunal Federal, sinais claros de que haveria erro relevante.

Invocou-se, no acórdão relativo a recurso no Tribunal Superior Eleitoral, dispositivo que levaria à nulidade desse recurso, uma vez que foi aceito com base no inciso IV do parágrafo 4º do art. 121 da Constituição.

Todas essas dúvidas precisam ser devidamente examinadas, dentro dos princípios da autonomia e da interdependência dos Poderes, consagrados pela própria Constituição. A comissão especial que agora propomos terá a missão de estabelecer um rito para esses procedimentos, definindo em especial os direitos e deveres neles envolvidos. Deverá, outrossim, reunir juristas independentes para se manifestarem a respeito, dentro de prazo preestabelecido, de modo a elucidar as dúvidas que permanecem.

Sala de sessões, 26 de setembro de 2005 – Senador **Cristovam Buarque**.

*Ministra de Assuntos Municipais (Mão Santa)*  
*Chico Alencar*  
*Jair Bolsonaro*  
*José Serra*  
*Ricardo Coutinho*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, designou Relator Revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2005, originário da Medida Provisória nº 253, de 2005, o Senador César Borges, e o da Medida Provisória nº 254, de 2005, o Senador Wellington Salgado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Arthur Virgílio, Leonel Pavan, a A Sra. Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores João Batista Motta, Alvaro Dias, Reginaldo Duarte, Flexa Ribeiro e Luiz Otávio enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup>s serão atendidos.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Contriadições”, de autoria do ex-Ministro Jarbas Passarinho, publicado no jornal **Correio Braziliense** do último dia 30 de agosto do corrente.

O artigo trata dos sucessivos escândalos que envolvem o Partido dos Trabalhadores e da tentativa do seu atual Presidente, Tarso Genro, de “refundar” o Partido, extremamente desgastado com as denúncias

de corrupção que se abaterem sobre o PT. Trata, ainda, do benefício que é dado ao Presidente Lula de desconhecer os crimes que o PT praticou. Sobre isso, o autor conclui seu artigo com o seguinte pensamento de Bertold Brecht: “Quem não sabe a verdade é ignorante. Quem sabe e diz que é mentira, é um criminoso”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

O segundo assunto, Sr. Presidente, é para registrar a matéria intitulada “As piores desculpas do mensalão”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** do último dia 14 de agosto do corrente.

A matéria mostra como as meias verdades e mentiras dominam o debate político. Em destaque, são apresentadas as justificativas apresentadas pelas pessoas envolvidas no escândalo do “mensalão”, justificativas essas que, com o passar dos dias, se mostraram totalmente inconsistentes. A crise é grave, e não poderia ser tratada com essa irresponsabilidade.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado.

O terceiro assunto, Sr. Presidente, é também para comentar a matéria intitulada “Lula não vota na eleição do PT e marca distanciamento do partido”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 19 de setembro do corrente.

O Presidente Lula, ao deixar de votar na eleição para a nova cúpula do PT, tenta se distanciar do Partido e, assim, afastar o seu governo da atual crise política.

No entanto, a estratégia, além de não funcionar, pois não há como separar o governo do PT, causou enorme decepção entre os seus militantes, que esperavam que o presidente desse o exemplo de estar presente, votando, num momento tão difícil para o Partido.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

#### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Matérias referidas:

“Contriadições.”

“As piores do ‘Mensalão.’”

“Lula não vota na eleição do PT e marca distanciamento do partido.”

# Contradições

JARBAS PASSARINHO

Foi ministro de Estado, governador e senador

**T**arso Genro luta para o que chama de refundar o PT. Realista, tem consciência da sucessão impressionante dos escândalos envolvendo o PT por sua direção afastada depois que provas indiscutíveis surgiram, à medida que os depoimentos na CPI dos Correios expunham a podridão. Homem de esquerda limpa, horrorizou-se com a transformação do PT em um partido que feriu de morte a imagem ética de que se jactava e, pior, comprometeu historicamente a esquerda, rachou-a entre arrivistas e os seguidores sinceros que, mais marxistas que leninistas, viram perder-se a excelente oportunidade que tinham de provar, no exercício de um governo, que à sua teoria de igualdade e justiça social corresponderia uma prática irreparável.

A Tarso Genro, em reunião pública, perguntou-lhe uma adolescente que argumentos lhe poderia dar para votar no PT nas próximas eleições. Realista, diante dos escândalos dos dirigentes afastados do PT, que diariamente a sociedade conhecia, respondeu: "Neste momento não saberia lhe dar argumentos". Honesto, reconheceu o desencanto dos que acreditaram no PT ético, mas ressalvou: "Neste momento não saberia", o

que subentendia poder tê-los uma vez reorganizado o partido em termos éticos, e a volta à sua origem que arrebato em 2002 parte da classe média saturada de desencantos com os partidos burgueses. O efeito da sinceridade de Tarso Genro foi péssimo no julgamento do presidente Lula, que o censurou publicamente, como se o coerente gaúcho fosse, mais que um pessimista, um derrotista.

Há poucos dias, no Ceará, em verdadeiro comício a que se dedica o presidente na tentativa de recuperar a popularidade, ouviu de seu ministro Ciro Gomes, adversário em 2002, palavras duras de condenação a "coisa muito suja que pessoas próximas a Lula fizeram". O ministro referia-se aos que teriam traído a confiança do presidente. Descreveu-os: "Fizeram a besteira e depois pioraram tudo mentindo para o presidente e para o povo brasileiro". Mas em seguida às palavras do ministro, a contradição. O presidente que, a despeito de haver dito há pouco tempo que fora traído, não ratificou as palavras textuais do ministro. Preferiu reclamar da mídia que o faz "sofrer muito quando vê denúncias e mais denúncias, insinuações e mais insinuações, e nenhuma prova até agora que possa condenar qualquer pessoa".

O supremo magistrado é beneficiado pelo alegado desconhecimento dos crimes que o PT praticou. Quem lhe nega a igno-

rância da conduta ilícita na sua proximidade imediata são seus históricos aliados, entre eles o inatacável Ilélio Bicudo. A imprensa deixa flutuar a dúvida. Favorece-o o cuidado de não comprometê-lo pessoalmente. Pois se dissera traido e exigiu do PT que se desculpasse com a nação e incluiu nesse pedido o próprio governo. Mas no momento em que um ministro honrado, candidato em 2002, que decidiu apoiá-lo no segundo turno (para o que teria recebido recursos ora revelados na CPI, para as despesas da campanha), condena os traidores, o presidente diz-se vítima de propagação iterativa de denúncias e insinuações "sem nenhuma prova para condenar qualquer pessoa".

Então são as CPIs responsáveis quando ouvem Sílvio e Delúbio, aquele secretário-geral do PT e o outro o tesoureiro, que, blindados por habeas corpus, se negam a incriminar-se mas não resistem às provas documentais? Sílvio pediu seu desligamento do partido. O outro, apoiado nos que se opõem à refundação do PT, continua soberbo a enfrentar e vencer os que desejam expulsá-lo do partido. Se o presidente não toma conhecimento disso, se só há uma enxurrada maldosa de insinuações e denúncias sem prova, como pode sentir-se traído? Já não basta o fato de dizer não saber o que se passava na intimidade do poder? Nem lhe satisfaz o silêncio obsequioso da

mídia e da oposição no parlamento, quando o assunto poderia magoá-lo como pai? Essa é a conduta de agourentos?

Raymond Aron, estudando a Revolução Francesa, escreve que a burguesia na sociedade pré-revolucionária era minoria privilegiada quando o proletariado surgiu. A revolução deu aos burgueses o poder político e eles permaneceram burgueses. Já os proletários deixaram de viver como proletários no dia em que dirigiram uma fábrica, um truste ou um ministério. Os dirigentes fracassados do PT deram razão a Aron. Deixaram de viver como trabalhadores e se locupletaram no poder.

A esquerda, por seu turno, não desconhece o pensamento do anarquista Bakunin (*O Estado e a anarquia*) em que diverge do anarquismo de Proudhon: "O governo escraviza a massa popular, mas operários que se tornam governantes cessarão de ser operários. Passam a olhar o mundo proletário de cima do Estado. Não mais representarão o povo mas a si mesmos". Assim fez à "classe dirigente", sem precisar estar no ministério gigantesco do presidente.

Plágio de um grande jornalista amigo, que já sofreu o golpe sórdido da calúnia, esta citação de um dramaturgo festejadíssimo pelas esquerdas, Bertold Brecht: "Quem não sabe a verdade é ignorante. Quem sabe e diz que é mentira, é um criminoso".

À escolha...

*"O dinheiro veio de verduras vendidas na Cengesp, pois sou agricultor"*

Desde 6 de junho, quando Roberto Jefferson apresentou o "mensalão" ao país, uma série de versões mancas, meias verdades e mentiras dominam o debate político. A seguir, cenas desse teatro

*"Alguém está montando documentos falsos"*

#### A HORA DO EX-ASSESSOR PETISTA

O fato: José Alcides Valério, então assessor do deputado José Gualberto (PT-CE), irmão de Genival, é preso com R\$ 200 mil em uma mala e US\$ 100 mil na cueca ao tentar embarcar para Fortaleza. A desculpa: O ex-assessor diz, em 8 de julho, que o dinheiro é referente a verduras vendidas em São Paulo. Apesar de Valério ter dito que Lula sabia que o dinheiro recolhido com que Edinho era política, ele diz que o dinheiro era para a abertura de uma lojinha de veículos.

*"Foi uma atitude imprudente, equivocada"*

## AS PIORES CENAS DO "MENSALÃO"

**O ROMÂNIMO DE PROFIL LUIZINHO**  
O fato: Em 27 de julho, Valéria revela que o assessor José Alcides (PT-CE) é apelidado de "Luiquinha" e recebe R\$ 20 mil no Banco Rural.

A desculpa: Luiquinha dizia que o taxíduo era um homônimo da sua assessora. A documentação de preceito da CPI dos Correios traz o nome e o número de identidade do auxiliar. Depois o assessor confirmou o apelido e Luiquinha admitiu o fato.

#### A CARONA DE PAULO PIMENTA

O fato: Durante o depoimento de Valéria à CPI de Manaus, em 9 de julho, Palácio Pimenta (PT-RS), vice-presidente da CPI, é acusado de "esquecer" uma lista de taxíduos que é dada como específica e não traz recibos de pagamentos. Depois, Pimenta recebe uma carona de Valéria.

A desculpa: Pimenta disse ter "deixado" a lista de taxíduos por Valéria e afirmou ter acatado a carona para ir levantar o carro que havia deixado para a CPI. Mais tarde, diante da possibilidade de outras e mais graves acusações e o parlamento, Pimenta renunciou ao cargo.

*"Tenho estreito relacionamento com Emerson Palmeira, que foi à Portugal (...) fugindo de pressões do presidente de seu partido, Roberto Jefferson"*

#### O ESTRESSO DE EMERSON PALMEIRA

O fato: Jefferson diz que, quando Palmeira, tesoureiro federal do PTB, viajava a Portugal para negociar operações que salvassem dívidas do PT e do PTB.

A desculpa: Valéria diz, em 2 de agosto, que viajou a Lisboa para sondar critérios da Portugal Telecom e diz que Palmeira, seu amigo, o acompanhou — porque estava "estressado". A Magistrada durou menos de dois dias e Palmeira nega ser amigo de Valéria.

*"Quando assumi era em confiança a Delúbio. Estava havia dois meses na presidência do partido"*

#### A TV A CABO DE JOÃO PAULO CUNHA

O fato: Marcos Valéria revela em lista que a mulher do deputado federal (PT-SP) Marcia Nilsondo Cunha, socia R\$ 50 mil no Banco Rural no dia 4 de setembro de 2003.

A desculpa: O ex-presidente da Câmara diz, em 19 de julho, que sua mulher esteve três vezes nessa agência do banco para resolver uma pendência relativa a uma cobrança de TV a cabo, que se podia ser pagada.

*"Professor Luizinho, em 20 de junho, 'A informação que eu tenho, do próprio João Paulo, é que a Nárcia edeu no Brasil para resolver um problema da TV a cabo dele'"*

*"Cometi um erro. Não me esconderei sob o manto da hipocrisia"*

#### A LAND ROVER DE SILVINHO PEREIRA

O fato: Executivos de vendas de lata em Rio Preto (SP) dizem ter emplacado o carro de um deputado, Land Rover, em nome de Silvino Pereira, a pedido de um executivo da mesma empresa.

A desculpa: Silvino admite a falsa coligação entre o deputado e o executivo e diz que fez a compra a ordem da Rio Agenzia de Jales do ex-deputado Geraldo César Oliveira, que prestava serviços a Pernambuco, também confirmado a presente. Silvino admite o fato e se desculpa do PT.

*"De livre e espontânea vontade, em favor do meu pessoal, resolvi adquirir o carro Land Rover e apresentá-lo à Sinfonía"*

*"Que eu saiba, a Anita foi uma vez ao prédio do Brasília Shopping para realizar exames numa clínica"*

#### O NEUROLOGISTA DE ASSESSORA

O fato: Em lista feita para CPI dos Correios, consta nome da então assessora Anita Lencina, do ex-fidei do PT na Câmara, que teria recebido R\$ 470 mil.

A desculpa: O deputado diz, em 18 de julho, que sua assessora foi shopping — onde há a unica agência do Banco Rural em Brasília — apenas para fazer exames numa clínica neurologista. Depois ele diz que tem conhecimento de R\$ 300 mil sacados e se vista é fidelidade na Clínica.

#### A FALTA DE ALTERNATIVA DE DUDA

O fato: Valéria diz que recebeu transferência de R\$ 10 milhões de Valério em conta em nome off-shore brasiliense fixo, em 2003, para pagar dívidas de campanha do PT.

A desculpa: Duda afirma, em 11 de agosto, que precisava de dinheiro para pagar suas contas e convenceu com a forma de pagamento proposta por Valéria. O dinheiro não foi utilizado; continua aplicado no exterior.

*"Todas as vezes que os cheques chegavam na minha mesa eram pilhas, até me incomodava"*

#### SÓCIO EM CONFIANÇA A VALÉRIO

O fato: Valéria diz que recebeu cheques da SMPB de altas sumas supostamente para pagar dívidas do PT. Valéria diz que os valores variam de empréstimos controlados nos bancos Itaú e BBG.

A desculpa: Em 10 de agosto, faz o mesmo discurso entre

Valéria e o PT e afirma ter assolado os cheques em confiança ao sócio.

#### GENDINO EM CONFIANÇA A DELÚBIO

O fato: José Gendino, então presidente do PT, assina pelo membro um contrato de empréstimo ao partido, dos quais Valéria era avalista, um dia Bán e um Banco Rural.

A desculpa: Apesar de negar que o documento conste em sua assinatura, o ex-presidente diz, em 4 de julho, que, quando fez o empréstimo de contado, em caixa e a Delúbio, em Itapera.

#### O EMPRÉSTIMO DO PT A LULA

O fato: Dívida de R\$ 20.416,26 de Gendino ao PT foi registrada na prestação de contas do partido no TSE de 2003 e revelada em 19 de julho.

A desculpa: No dia 9, Paulo Otávio, ex-tesoureiro do PT e presidente da comitiva de desembargadores que julgou a ação, diz que não pode ter falado com Lula, um dia depois, a ministra Rosângela Mazzoni disse que a contabilização da dívida era fruto de um erro do partido.

*"De [Lula], não tomo empréstimo do PT, não reconheço empréstimo do PT. [...] Ali é uma questão de confiabilidade, de erro do PT. Se o PT ficou errado e depois converteu, a confiabilidade do PT tem de explicar"*

# Lula não vota na eleição do PT e marca distanciamento do partido

Ausência simbolizou clima de desencanto em disputa

que deve ter segundo turno entre Berzoini e nome da esquerda

## PARTIDOS

Vera Rosa

Foi o dia de medir o tamanho da crise no partido do governo. Nem mesmo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porém, compareceu ontem à sede do PT para escolher a nova cúpula petista. Na eleição marcada para renovar as direções do PT em todo o País, com 825.461 filiados aptos a votar e sem militantes nas ruas, a ausência de Lula – fundador do partido – foi o símbolo do clima de desencanto.

Com uma disputa de resultado imprevisível, o Campo Majoritário, grupo do presidente, enfrenta seu grande teste nas urnas depois de 10 anos de hegemonia e do escândalo do mensalão, que há mais de cem dias vem destronando dirigentes do PT e do governo. Na noite de ontem, o comando petista já dava como praticamente certo um segundo turno, no dia 9 de outubro. A dúvida era com qual nome da esquerda o candidato do Campo, deputado Ricardo Berzoini (SP), iria disputar o novo round.

Mesmo apreensivo com os rumos do PT, Lula desistiu de votar na última hora, em São Bernardo do Campo, para mostrar que não pretende se envolver com o embate interno. Na prática, quer indicar o distanciamento entre governo e partido. No Palácio do Planalto, Lula chegou a dizer, em conversas reservadas, que o PT errou ao não adiar a eleição diante da enorme crise política.

"O presidente está mais preocupado com o futuro do PT do que com a eleição interna", admitiu o ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Jaques Wagner, que votou ontem em Berzoini. "A pergunta do Lula sempre é: como pôde acontecer isso com o partido que ajudamos a criar?" Para

Wagner, o debate no PT foi "engessado" e acabou perdendo espaço para "disputas de mando e da máquina partidária".

A direção que foi escolhida agora é a que comandará a provável campanha para a reeleição de Lula, em 2006. O resultado da apuração deverá ser conhecido em uma semana. Dos sete candidatos que concorrem à presidência do PT, cinco são das alas radicais. Defendem mudanças drásticas na política econômica e o fim das alianças com partidos de centro-direita. A esquerda acredita que o Campo Majoritário, hoje no comando de 60% dos cargos petistas, perderá a hegemonia.

Terceiro nome indicado para representar o Campo – ocupando na chapa a vaga do presidente interino do PT, Tarso Genro, que se desentendeu com o deputado José Dirceu (SP), e, antes, o lugar de José Genoino –, Berzoini tentou amenizar a ausência de Lula. "Foi uma escolha dele e não vou julgar, mas é claro que eu gostaria que ele tivesse votado", afirmou o deputado, que foi ministro da Previdência e do Trabalho. O secretário de Mobilização, Francisco Campos – coordenador da eleição – adotou o mesmo tom. "Seria muito importante que Lula tivesse comparecido para ajudar a levantar o partido", disse.

## BALAS

No tsunami que atingiu o PT depois de 25 anos de história, o deputado Dirceu – presidente do partido de 1995 a 2002, comandante da vitória de Lula e ex-chefe da Casa Civil – está hoje à beira da cassação na Câmara, acusado de ser o chefe do mensalão – denúncia que ele nega. O ex-tesoureiro Delúbio Soares só não foi expulso ainda do PT porque conseguiu uma liminar na Justiça. Silvio Pereira, o secretário-geral que organizou a última eleição no partido, em

2001, teve de pedir desfiliação, depois de receber um Land Rover de uma empresa que tinha contrato com o governo. E José Genoino, então presidente do PT, foi abatido em julho depois que um assessor de seu irmão, o deputado José Nobre Guimarães (PT), apareceu com US\$ 100 mil na cueca.

"Hoje sou apenas um militante", definiu um desolado Genoino, após votar, sem esconder o abatimento. Para Tarso, que deixou o Ministério da Educação para assumir o PT, a crise revelou "um processo de deformação" do partido após a chegada de Lula ao Planalto. "Agora, estamos pagando o preço e enfrentando uma campanha de demolição política", constatou.

## Esquerda estranha e critica atitude

**TAPAS NA CARA:** A ausência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não votou no Processo de Eleição Direta que renovará as direções petistas, surpreendeu os candidatos à presidência nacional do PT pelas tendências Articulação de Esquerda, Valter Pomar, e O Trabalho, Markus Sokol.

"O que nós esperávamos e o que os petistas esperavam é que o Lula também votasse", disse Sokol. Pomar afirmou que não gostaria de julgar a atitude do presidente, mas confessou ter ficado muito surpreso com a ausência.

Na avaliação do candidato da Articulação de Esquerda, o quórum do PED superou as expectativas. "Foi um tapa na cara de quem achava que o PT teria eleições esvaziadas", destacou ele, ao chegar à sede do partido.

Pelas contas de Pomar, cerca de 200 mil militantes provavelmente votaram ontem. Ele tam-

bém disse acreditar que deverá ocorrer segundo turno na disputa pela presidência nacional da legenda. "Se houver, automaticamente declararei apoio a qualquer candidato de esquerda que esteja no segundo turno."

O candidato Plínio de Arruda Sampaio, da Ação Popular Socialista, disse que Lula sabe o que faz. "Ele, como presidente, tem a sua própria agenda e o direito de julgar se é adequado ou não participar da votação." ■

## ANÁLISE

**Entre a utopia e os dólares na cueca**



Muito bem. Acabou a eleição no PT e o País pode dormir tranquilo? Verdade? Mais ou menos. Em primeiro lugar, a eleição acabou, mas a apuração será manual. Na melhor das hipóteses, o resultado será conhecido em quatro ou cinco dias, em segundo lugar, tudo indica que a eleição do presidente do partido vai para o segundo turno. Pouseja, só depois de 9 de outubro, será conhecido o novo presidente do PT.

Alguns poderão argumentar: e daí, o que é que o País tem com isso? Nada, afinal de contas, para o caminhãozinho do PT? Todo mundo fica parado, à espera da definição para saber, afinal, se José Dirceu continuará ou não mandando nos destinos do partido do governo.

Pois é disso que se trata. Embora o presidente Lula, símbolo maior do partido, não tenha considerado importante participar pessoalmente do processo eleitoral, como se ele não tivesse nada a ver

Com os destinos do PT, mesmo tendo passado o fim de semana em São Paulo, a eleição no partido é importantíssima para a construção do quadro político no qual vamos todos viver até as próximas eleições, em outubro de 2006. O que inclui uma saída minimamente negociada para a crise política que paralisa o governo e o Legislativo, engolindo a tudo e a todos. Uma vitória expressiva do Campo Majoritário, tendência que no lembra no PT, significa o fortalecimento do aparelho comandado por José Dirceu. Mas significa também um forte sinal para o início da diáspora petista. Militantes parlamentares que ainda nã oiram alguma esperança de renovação nos métodos e práticas do partido poderão entender que se José Dirceu continuar mandando o PT como partido sanciona as práticas que o antigo grupo dirigente vinha adotando, sob o silêncio complacente e cúmplice de toda a estrutura partidária. Porque não há inocentes nesta história. Mesmo a esquerda petista, que hoje atira pedras em Dirceu, Delúbio e companhia, não pode pretender ignorar os sinais exteriores da riqueza em que nadava a nomenclatura do partido. Não há utopia generosa bastante que abrigue latinhos, charutos cubanos, automóveis blindados e tantos dólares.

Em suma, trata-se de saber que PT sairá das urnas: o PT de Vladimir Palmeira ou de José Dirceu; o PT de Chico Buarque ou do Professor Luizinho; o PT de Belinho e Frei Betto ou o PT de Lula Genoino e dos dólares nas roupas íntimas dos companheiros. Façam suas apostas.

## Ausência frustra o PT de São Bernardo

Até o último minuto, militantes achavam que presidente apareceria para votar

### Wilson Tosta

Quando faltavam pouco mais de dez minutos para o fim da votação no diretório municipal em São Bernardo do Campo, no qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está inscrito, cerca de 20 militantes se aglomeraram na esquina das ruas Tapajós e Vianas, onde fica a sede, com panfletos e bandeiras. "Vou lá para dentro, é lá que ele vai votar!", gritou um deles, já dando a chegada de Lula como certa e correndo para o imóvel, inutilmente. Às 17h, o presidente municipal do PT, José Albino de Melo, berrou: "Quem ainda não votou, vote, estamos fechando!" Logo depois, as portas vermelhas foram baixadas. Lula não apareceu.

"Acho ruim. Ele é o presidente da República, né? Gostaria muito que ele tivesse vindo votar. No entanto, respeito a decisão dele", resumiu José Albino, que concorre à reeleição pelo Campo Majoritário. Outro integrante do PT local, o vereador Tião Mateus, também do Campo, minimizou a ausência. "Oficialmente, ele não comunicou à Executiva que viria", explicou. "Lula não é presidente do PT, é

presidente do Brasil."

Foi um dia inteiro de espera inútil. Desde as 9h, quando as urnas foram abertas, ninguém dizia se Lula votaria. No sábado, uma equipe da Presidência da República visitara a sede do PT municipal, para examinar suas dependências. Ontem, a segurança presidencial ficou alerta para a eventualidade de Lula decidir votar. Um funcionário do partido contou que na véspera dava-se como quase certo na sede nacional que o presidente votaria no fim da tarde.

Com essa expectativa, o delegado regional do Trabalho em São Paulo e amigo do presidente, Héguiberto Guiba, foi à sede do PT em São Bernardo. Telefoneu para o apartamento de Lula, a cerca de dez minutos de carro da sede, mas não conseguiu falar com ele. Foi embora.

"Eu, como militante, esperava que ele tivesse dado o exemplo de estar presente, votando", disse, decepcionado, o militante José Eudes Pinho. "É um momento difícil. Poderia trazer todo um simbolismo. Ele deveria ter votado na parte da manhã, para dar o exemplo aos 826 mil filiados. Não entendemos por que fez isso."

### QUEM JÁ ESTEVE LÁ

Em 25 anos, a presidência do PT trocou de mãos nove vezes

1980 a 1987	1987 a 1988	1988 a 1990	1990 a 1993	1994 a 1995
Lula ● É o primeiro presidente do PT, cargo que já exercia na prática, a partir do 1º Encontro Nacional	Olívio Dutra ● Substitui Lula em junho de 1987, por decisão do 5º Encontro. Fica até dezembro de 88	Luiz Gushiken ● Com a eleição de Olívio para prefeito de Porto Alegre, no final de 1988, Gushiken o sucede	Lula ● Derrotado por Collor em 1989, volta ao posto em 1990 e é reeleito em 93, para ficar até 1994	Rui Falcão ● Lula se licencia para nova campanha presidencial e Falcão assume o posto em maio de 1994
1995	1995 a 2002	2002	2005	2005
Lula ● Reassume em fevereiro de 1995, depois de perder sua segunda disputa presidencial	José Dirceu ● Eleito em agosto de 95, é reeleito por três vezes. Na terceira, em 2001, por eleição direta do partido	José Genoino ● Dirceu sai para ocupar a Casa Civil e Genoino herda a presidência, da qual saiu em julho último	Tarso Genro ● Indicado para substituir Genoino e administrar a crise do PT e organizar as eleições de outubro	????? ● O décimo nome na presidência do PT deve ser conhecido, segundo a direção, daqui a uma semana

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Sr. Duda Mendonça, marqueteiro de campanhas políticas do PT, numa atitude de muita correção, “correu” até a Receita Federal e apresentou uma retificação da sua declaração de Imposto de Renda referente ao ano de 2003. Para o seu advogado, o publicitário mostrou boa vontade em “fazer a coisa direito”. Faltou ao advogado explicar por quê o sr. Duda Mendonça levou tanto tempo para mostrar essa boa vontade.

Na verdade, o sr. Frederico Crissiúma de Figueiredo, advogado do sr. Duda Mendonça, já deu a resposta: “Isso quer dizer que o Duda não pode ser processado por sonegação fiscal”. Não houve boa vontade; houve, sim, o medo de ser processado.

## Publicitário paga R\$ 4 mi de IR e se livra de processo

**Renata Veríssimo**

BRASÍLIA

O advogado do publicitário Duda Mendonça, Frederico Crissiúma de Figueiredo, informou ontem que a Receita Federal recebeu, na última segunda-feira, a retificação da declaração do Imposto de Renda de Duda referente a 2003. Segundo o advogado, também foi encaminhada à Receita cópia do comprovante de pagamento, de R\$ 4,334 milhões, como imposto devido.

Ele explicou que ao reconhecer espontaneamente o débito com a Receita, Duda Mendonça não poderá ser processado por sonegação fiscal. “A lei 9.249/95 prevê que se antes de receber a denúncia o contribuinte se adiantar e confessar o débito com a Receita Federal, deixa de ser crime. Isso quer dizer que o Duda não pode ser processado por sonegação fiscal e

É nesse contexto que solicito que a matéria intitulada “Publicitário paga R\$4 mi de IR e se livra de processo”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 15 de setembro do corrente, seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Publicitário paga R\$4 mi de IR e se livra de processo.”

- ♦ mostra a boa vontade em fazer a coisa direito”, afirmou. “O Duda foi coagido a abrir a conta no exterior para receber o dinheiro da campanha do PT.”

Segundo o advogado, a retificação incluiu a propriedade da empresa Dusseldorf Company, pela qual o publicitário recebeu parte dos recursos da campanha que fez para o PT, nas últimas eleições, e os rendimentos dessa empresa, o que resultou no pagamento de mais de R\$ 4 milhões como imposto devido.

Figueiredo disse ainda que uma cópia da retificação da declaração e do pagamento do IR foi entregue ao Supremo Tribunal Federal para que seja anexada ao inquérito que investiga as denúncias de pagamento de mensalão e no qual Duda Mendonça é citado. ♦

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC, Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para fazer o registro da entrevista concedida pelo ex-prefeito de São Bernardo ao jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 18 de setembro do corrente.

Na entrevista, o ex-prefeito Tito Costa afirma que “ficou claro desde o início que o PT não estava preparada nem tinha quadros para governar. Foi um desencanto, uma desilusão para todos que assistimos ao PT nascer”.

O ex-prefeito também afirmou: “Nunca me dei bem com o PT, que no início não aceitava nenhum tipo de

coligação, apresentando-se como dono da verdade, da pureza e da ética”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a entrevista acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

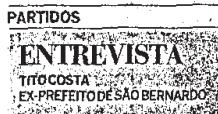
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Materia referida:

“PT tem sido arrogante desde que foi criado.”

# ‘PT tem sido arrogante desde que foi criado’

Tito Costa, que viu Lula despontar nos anos 70, se revolta com Marilena Chauí e contesta papel do partido na redemocratização



Roldão Arruda

O advogado Antonio Tito Costa sentiu indignação quando abriu o jornal na terça-feira e viu a declaração da filósofa Marilena Chauí, atribuindo ao partido dela, o PT, a responsabilidade pela construção da democracia no Brasil – derivando daí o ódio hoje devotado à legenda. “Foi uma declaração típica da arrogância desse partido”, diz ele. “Quando o PT surgiu, a luta redemocratização já tinha começado há tempo.”

Tito Costa, como é mais conhecido, era prefeito de São Bernardo do Campo no final da década de 70, quando o operário Luiz Inácio Lula da Silva começou a ganhar projeção como líder sindical. O PT nem existia e quem enfrentava o regime militar para garantir o direito de operários como Lula se manifestarem nas greves eram políticos como Franco Montoro, Teotônio Vilela e o próprio Tito Costa, entre outros. Todos abrigados sob as asas do MDB – o único partido de oposição consentido pela ditadura.

Na entrevista abaixo, o ex-prefeito, de 82 anos, hoje filiado

## REAÇÃO INDIGNADA

“Não aceito essa história de que ele (Lula) não sabia de nada do que acontecia ao seu redor.”

“Nunca me dei bem com o PT, que no início não aceitava nenhum tipo de coligação, apresentando-se como dono da verdade, da pureza e da ética.”

“Nunca aceitei essa história de que ele (Lula) não sabia de nada do que acontecia ao seu redor.”

“Como o senhor viu a declaração feita pela filósofa Marilena Chauí, no ato de refundação do PT?”

“Fiquei furioso e indignado. Foi uma declaração típica da arrogância desse partido. Tem sido assim desde que ele foi criado. Lembrar da expressão dos três primeiros vereadores eleitos pelo PT para a Câmara de São

“Nunca imaginei que quebrariam de outro lado, com essa roubalheira.”

“Ficou claro desde o início que o PT não estava preparado nem tinha quadros para governar. Foi um desencanto, uma desilusão para todos que assistimos ao PT nascer.”

Bernardo, ao tomar posse em 1982: olhavam o mundo de cima, com ar petulante, como se dissessem ‘somos diferentes, chegamos para mudar tudo’. O tempo mostrou o contrário.

Por que ficou indignado? Quando o PT surgiu, a luta pela redemocratização já tinha começado há tempo. Em 1977, eu estava no MDB, que era um respositório dos partidos de oposição existentes antes do golpe militar, quando fui eleito pelo voto popular para a prefeitura de São Bernardo. No ano seguinte, ao explodirem as greves, tomei o lado dos operários.

Quando fecharam a sede do sindicato, ofereci o Estádio da Vila Euclides para que realizassem as assembleias e, quando lacraram o estádio, fui à Justiça, por-

que se tratava de uma propriedade municipal, mas perdi.

Além do fechamento do estádio, enfrentou alguma outra repressão? Fui chamado a Brasília para conversar com os generais Goldberry do Couto e Silva, da Casa Civil, e Danilo Venturini, da Casa Militar. Disseram que eu estava pondo lenha na fogueira e arriscando meu mandato. Respondi que era o contrário, que eu estava pondo água na fervura. Lembro que no dia 23 de março de 1979, depois de terem sido proibidos de se reunir no sindicato e no estádio, os operários marcharam para o Paço Municipal, onde houve um confronto com a polícia, com tiroladas de um lado, cachorros de outro. Não houve mortes porque fui apaziguar os ânimos, ao lado do bispo de Santo André, d. Cláudio Hummes, meu amigo, que também apareceu por lá.

Como era a relação com Lula?

Nunca me dei bem com o PT,

que no início não aceitava ne-

nhum tipo de coligação, apre-

sentando-se como dono da ver-

dade, da pureza e da ética.

Mas as minhas relações com o Lula

sempre foram boas. Em 1977,

quando comecei a se destacar

como líder sindical, ele apoiou

minha candidatura a prefei-

tura. Em 1979, quando fecha-

ram o sindicato e ele teve que

fugir, eu o levei, com a Marisa e

os filhos pequenos, para passar

uma temporada na chácara que

eu tinha em Torrinha, no inter-

ior do Estado, onde nasci.

O senhor está dizendo que exis-

ta um movimento de resistência demo-

crática que ajudou o PT a nascer.

Sim. O Teotônio Vilela quase

chegou a morar em São Bernar-

do, tão preocupado que fica-

vava com a situação dos sindicalis-

sados. Dormiu mais de uma vez

em meu gabinete na prefeitura.

Fazíamos vigílias, varávamos madrugadas em reuniões no meu apartamento em São Paulo, em conversas com Franco Montoro, Fernando Henrique, Eduardo Suplicy, d. Cláudio. E agora vem a Marilena Chauí dizer que o PT começou tudo? Acho preocupante. Onde é que vai parar tudo isso?

Osenhorman teve contatos com Lula depois que ele foi eleito? Falei com ele rapidamente em duas ocasiões, durante as missas do Primeiro de Maio, em São Bernardo. Quando ele foi eleito em 2002, mandei de presente uma garrafa de pinga fabricada lá em Torrinha, com um cartão, dizendo para ir devagar, sem esquecer do que aconteceu com o Salvador Allende, no Chile. Meu temor era de que ele cedesse à turma do PT que queria botar tudo pra quebrar e o seu governo não aguentasse. Nunca imaginei que iriam quebrar de outro lado, com essa roubalheira.

Como vê a crise do governo? Ficou claro desde o início que o PT não estava preparado nem tinha quadros para governar. Foi um desencanto, uma desilusão para todos nós que assistimos o partido nascer. Foi como uma taça de champanhe, com espuma até a boca, mas com pouco líquido. Hoje acredito que é pura verdade essa história de que o Zé Dirceu tinha o propósito de bem se apoderar da máquina do Estado, para transformá-lo num poderoso instrumento de implantação do socialismo.

É como situa o Lula nessa crise? Eu sempre o vi como um homem de luta, mas confesso que estou decepcionado. Não aceito essa história de que ele não sabia de nada do que acontecia ao seu redor. Que conversa é essa? Para mim foi uma desilusão.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO.** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Jovens lideram taxa de desemprego”, publicada no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 20 de setembro do corrente.

A matéria mostra que as altas taxas de desemprego do país atingem, especialmente, os mais jovens. Segundo estudo do Dieese, as pessoas com idades entre 16 e 24 anos representam 46,4% do total de desempregados nas seis regiões metropolitanas pesquisadas.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Jovens lideram taxa de desemprego.”

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
<b>CORREIO BRAZILIENSE</b>	20	Setembro/05	Economia	1º	17

## TRABALHO

Brasileiros com idade entre 16 e 24 anos representam 46,4% do total de desocupados em seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo Dieese. No DF, 36,7% das moças e rapazes estão em busca de uma vaga

# Jovens lideram taxa de desemprego

**MARIANA FLORES**  
DA EQUIPE DO CORREIO

**O**s jovens brasileiros são os mais prejudicados pelas altas taxas de desemprego do país. Um estudo divulgado ontem pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra que as pessoas com idades entre 16 e 24 anos representam 46,4% do total de desempregados nas seis regiões metropolitanas pesquisadas. São mais de 1,6 milhão de jovens em busca de uma vaga de trabalho só no Distrito Federal, São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Recife e Belo Horizonte. A taxa de desemprego em algumas regiões chega a ser duas vezes maior que a média do restante da população (veja quadro). A situação é ainda mais grave em cidades do Nordeste e entre os mais pobres. Os dados, levantados a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), são referentes ao ano de 2004.

“Isso já era esperado. A falta de experiência conta muito na hora de o jovem ingressar no mercado de trabalho”, afirma Antônio Ibarra, coordenador da PED-DE. As taxas do Distrito Federal se aproximam dos índices verificados nas capitais nordestinas. O desemprego atinge 36,7% dos 432 mil jovens com esta idade, bem acima da média da população da cidade —

20,9%. A maior dificuldade de entrar no mercado de trabalho se deve a uma soma de fatores. “Em Brasília o serviço público é um grande empregador. Quem passa em concurso geralmente é um pouco mais velho e, no caso da terceirização, as pessoas com mais experiência acabam tendo preferência”, afirma Ibarra.

Uma outra justificativa está na migração de moradores de outras regiões para a capital federal, segundo Carlos Alberto Ramos, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília. “Brasília recebe muita gente de outras regiões. E geralmente quem migra é homem e jovem, aumentando ainda mais o volume de desempregados em idade menos elevada”, afirma. O alto índice de desemprego entre os jovens é uma tendência mundial, segundo ele. A solução, aponta, é facilitar a transição entre a escola e o mercado de trabalho. “A dificuldade é maior entre as pessoas que estudaram no máximo até o ensino médio porque nas faculdades muitos fazem estágios. Mas quem não fez uma graduação não tem especialização nenhuma para entrar em um emprego”, afirma.

Quem ainda não terminou o ensino médio enfrenta ainda mais dificuldades. É o que tem vivenciado a estudante Núbia Pereira de Souza, de 16 anos. Além da falta de experiência, ela sai em desvantagem por ainda estar cur-

sando o segundo ano e não ter completado 18 anos. Nos últimos três anos distribuiu mais de 10 currículos. Só ontem foram cinco em lojas de um shopping da cidade. Até agora não foi chamada para nenhuma entrevista. “Tenho medo de não conseguir emprego porque eles querem experiência. E se ninguém me der uma chance eu nunca vou ter.”

A dificuldade é encontrada até mesmo por quem inclui no currículo um curso superior e várias especializações. Há quatro meses a nutricionista mineira Flaviana Franco Caixeta, de 24 anos, busca emprego em Brasília. Já deixou currículos em academias de ginástica, hospitais e partiu até mesmo para outras áreas. “Eu quero tanto trabalhar que acabo topando sair da minha área de atuação. Mas mesmo assim está muito difícil”, afirma. “E o pior é que além de não conseguir emprego, tenho que continuar investindo em cursos e especializações.”

O desemprego é ainda mais perverso com os jovens de menor poder aquisitivo. Em São Paulo, por exemplo, a taxa de desemprego dos 25% mais pobres chega a 58,5% enquanto entre os 25% mais ricos é de 22,1%. Em Salvador, que possui o maior número de jovens desempregados — 42,8% no total —, as diferenças sociais são maiores. No caso dos mais pobres o desemprego atinge 67,1% e cai para 34,3% entre os mais ricos.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES).** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “São todos responsáveis”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** de 20 de setembro do corrente.

O artigo trata da eleição interna no PT e da ausência do presidente Lula naquele que está sendo chamado de “ato político mais importante da história da legenda”. Segundo o artigo, a ausência do presidente Lula foi uma tentativa de “passar aos brasileiros a idéia de que não devem confundi-lo com a agremiação que patrocinou o esquema de corrupção já visto no País – em benefício do seu governo”.

Ainda segundo o artigo, “O Partido dos Trabalhadores não mudou da noite para o dia. A corrupção – nas múltiplas formas em que pode se manifestar

JORNAL	DIA:	MES/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PAGINA:
<b>O ESTADO DE S. PAULO</b>	20	Setembro/05	Notas & Informações	A	328

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O**

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA.** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Mudanças só no papel”, de autoria do jornalista Rudolfo Lago, publicada no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 18 de setembro do corrente.

A chamada da matéria, que trata da crise ética no Partido dos Trabalhadores, mostra que “Criado há 25 anos para mudar a ordem econômica, política e social, o PT minguou em 30 meses no poder. Envolvido em escândalos, governo petista vive do apoio de quem condenou no passado”. Ao tratar da eleição interna no Partido, o jornalista Rudolfo Lago lembra: “O PT que elege hoje uma nova direção é um partido desfigurado. Sete das suas principais estrelas enfrentam um proces-

## CRÍSE ÉTICA

Criado há 25 anos para mudar a ordem econômica, política e social, o PT minguou em 30 meses no poder. Envolvido em escândalos, governo petista vive do apoio de quem condenou no passado

# MUDANÇAS SÓ NO PAPEL

RUDOLFO LAGO  
DAQUIPO DO CORREIO

**N**o dia 10 de fevereiro de 1980, o PT apresentava-se à sociedade brasileira como “uma grande novidade”. A novidade do partido decorre, antes de tudo, da forma pela qual ele surge: do movimento social de trabalhadores, com base na classe operária e não a partir de bases congressuais ou de partidos preexistentes, o que, de resto, tem caracterizado a emergência de todos os partidos brasileiros, a exceção é o Partido Comunista, fundado em 1922”, escreve Clávio Brasil de Lima Júnior, no verbete sobre o

PT no Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro. Naquele dia, dois mil simpatizantes reuniram-se no Colégio São, em São Paulo. “O PT nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política”, diz o manifesto.

O PT nasceu com um forte discurso de esquerda. Em 1982, por exemplo, Luiz Inácio Lula da Silva, candidatou-se ao governo de São Paulo com o seguinte slogan: “Vote 3 (era o número do PT na época), o resto é burguês”. Bem parecido com o “Contra burguês,

so de cassação na Câmara, acusados de envolvimento com um suposto esquema de corrupção”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

## DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Mudanças só no papel.”

restos illos funcionários públicos.

O PT que elege hoje uma nova direção é um partido desfigurado. Sete das suas principais estrelas enfrentam um processo de cassação na Câmara, acusados de envolvimento com um suposto esquema de corrupção. Entre os aliados do governo, estão partidos conservadores, como o PP, o PIB e o PMDB de Sarney, que Lula recusou em seu palanque em 1989. A novidade sumiu. O PT não é mais diferente. Os discursos de todos os candidatos a presidente falam em refundação e de retorno aos ideais originais da legenda. A pergunta, porém, é inevitável: a essa altura, essa volta será possível?

## DO ABC A CPI

**12 de maio de 1978** — 1.600 trabalhadores da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, entram em greve. O movimento logo se alastrou às outras fábricas. É a primeira das três greves dos metalúrgicos do ABC.

**10 de fevereiro de 1980** — No colégio São, em São Paulo, cerca de dois mil simpatizantes fundam o PT. Eles aprovam o Manifesto do Partido dos Trabalhadores.

**1º de maio de 1980** — Os militares não estavam dispostos a aceitar com a mesma passividade a vitória dos metalúrgicos ocorrida nas duas greves anteriores. Quando os operários chegaram para a comemoração do Dia do Trabalho, encontraram São Bernardo tomada por oito mil policiais. Os sindicatos foram postos em Intervenção e Luiz Inácio Lula da Silva, que então presidia o sindicato de São Bernardo, foi preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional. A repressão reforçou definitivamente a convicção de que era necessário, mesmo que os trabalhadores tivessem um partido político para lutar por seus direitos.

**31 de maio de 1980** — O PT realiza seu primeiro Encontro Nacional e aprova seu programa e estatuto.

**1982** — Primeira eleição após a abertura democrática: para vereador, prefeito, deputado estadual, federal, parte do Senado e governadores. Candidato a governador é em São Paulo, um Lula barba preta e, desse modo, causa surpresa no Brasil, mas um pouco mais tarde

seria praticamente copiado pelo ultra-esquerdista PSTU: “Vote no 3 (esse era o número do PT na época), o resto é burguês”. O PT tem um desempenho eleitoral frágissimo: oito deputados federais, 116 vereadores e dois prefeitos (sendo que um deles logo em seguida mudou de partido).

**27 de novembro de 1983** — O PT organiza, no Estadio do Pacaembu, em São Paulo, o primeiro comício por eleições diretas para presidente.

**25 de abril de 1984** — A emenda Dante de Oliveira, que buscava restabelecer as eleições diretas, é rejeitada. Inicia-se a construção da candidatura oposicionista de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. O PT resolve não encampar a campanha de Tancredo.

**15 de janeiro de 1985** — Três deputados do PT — Beto Mônaco, Airton Soares e José Erdes — resolvem desobedecer à orientação do partido e votam em Tancredo. Acabam expulsos do PT. Hoje, o vice de Tancredo, o senador José Sarney (AP), é um dos principais aliados do governo.

**1985** — O PT elege seu primeiro prefeito de capital, Maria Lúcia Fontenelle. A administração

**1986** — Na votação para a Assembleia Constituinte, Lula é eleito o deputado mais votado do Brasil. Depois de participar de todo o processo, porém, o PT, ao final, recusa-se a assinar a Constituição, em protesto à reação do Centrão (grupo de deputados conservadores), que conseguiu evitar a aprovação de algumas propostas mais de esquerda no texto.

**1988** — Nas eleições para prefeito, o PT conquista três capitais: Porto Alegre, Vitória e, principalmente, São Paulo, com Lula à frente.

**1990** — Mais uma vez, eleita diretamente para presidente da

**República, Lula surpreende e acaba chegando ao segundo turno contra Fernando Collor.** Contra Collor, as forças de centro-esquerda tentam unir-se em torno de Lula. O PT, porém, recusa o apoio do PMDB de Ulysses Guimarães. Hoje, o PMDB é o principal partido aliado do governo Lula.

**29 de setembro de 1992 — Collor sofre processo de impeachment, pela corrupção descoberta com o esquema FC.** Numa coalizão dos partidos que promoveram o afastamento de Collor, assume o vice, Itamar Franco. O PT, porém, recusa-se a participar do governo Itamar. Acata suspendendo Luiza Erundina por ela ter aceitado ser ministra da Administração. Erundina acabará trocando o PT pelo PSB, e hoje faz oposição ao governo Lula.

**1994 — Lula é novamente candidato à Presidência.** Sai pelo país em um projeto batizado de Caravana da Cidadania. Seu vice, José Paulo Bisol, do PSB, porém, é denunciado por uma irregularidade orçamentária: apresenta uma emenda que destinava dinheiro para pavimentar uma estrada que passava em uma fazenda sua. Acaba sendo substituído por Aloizio Mercadante na chapa. Vence a eleição Fernando Henrique Cardoso.

**1998 — Lula faz dobradinha com Leonel Brizola, do PDT,** numa tentativa de união das esquerdas. Mas perde novamente a eleição para Fernando Henrique Cardoso.

**2000 — Iniciado com o escândalo da compra de votos para aprovar a emenda da reeleição, o segundo governo Fernando Henrique não tem o vigor do primeiro.** Nas eleições municipais de 2000, começa a ficar claro um desejo de mudar. O partido elege 187 prefeitos, incluindo Marta Suplicy, de São Paulo. Mas fica clara também uma opção por um discurso mais moderado — especialmente no caso de Marta — que foi apelidado à época de "PT car de rosa".

**2002 — Comandado por José Dirceu, o PT prepara a nova candidatura de Lula na condição de favorito.** Dirceu convence o partido da necessidade de uma estrutura profissional e cara, como a dos demais partidos. Contrata o marqueteiro Dílida Mendonça, que lá fizera campanha para o arqui-inimigo Paulo Maluf. Lula aparca a barba, corta os cabelos, ameniza seu discurso, compõe o personagem Luizinho Paz e Amor. Compromete-se com a mesma política econômica adotada no governo Fernando Henrique na Carta aos Brasileiros. É eleito no segundo turno com a maior votação da história, e inicia seu governo com 80% de popularidade.

**Janeiro de 2003 — Eleito com mais de 53 milhões de votos, Lúcio Inácio Lula da Silveira finalmente assume a Presidência da República, depois de três tentativas frustradas.**

**2003 — As contradições começam a aparecer.** O governo propõe uma reforma presidencialista e os senadores votam na quase unanimidade a rejeitar quando estava na oposição. Por não aceitar essas contradições, parlamentares de esquerda recusam-se a votar essa proposta. Por conta disso, o PT expulsa a senadora Heloisa Heitor (AL) e os deputados João Fontes (SE), João Batista Babá (PA) e Luciana Genro (RS).

**13 de fevereiro de 2004 — Pareceu pragá.** A exatos 13 meses e 13 dias depois da posse de Lula, num dia 13, estoura o escândalo Waldomiro Diniz, então assessor parlamentar da Casa Civil, homem de confiança do todo-poderoso ministro José Dirceu. Waldomiro aparece em uma fita de vídeo pedindo propina ao empresário do jogo Carlinhos Cachoeira, quando presidia a Loterj. É o começo da derrocada do PT e do governo.

**15 de fevereiro de 2005 — No Congresso, durante o ano de 2004, o PT insistiu numa tentativa de aprovar uma emenda que permita a reeleição dos presidentes da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), e do Senado, José Sarney (PMDB-AP).** A emenda é derrotada e o PT sai tarde na discussão do sucessor de João Paulo. O governo impõe o nome de Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) para a Câmara, que não é aceito pela maioria dos deputados. Surge no partido uma candidatura dissidente: Virgílio Guimarães (PT-MG). A bagunça que se segue acaba permitindo que o baixão clérigo, com a ajuda da oposição, seja eleito presidente da Câmara o deputado Severino Cavalcanti (PP-PE).

**Maio de 2005 — O diretor da Empresa de Correios e Telégrafos, Maurício Marinho, é flagrado em um vídeo recebendo uma propina de R\$ 3 mil.** Na conversa, ele diz que o dinheiro é para um esquema comandado pelo então presidente do PTB, Roberto Jefferson (RJ). Acuado pela denúncia, Jefferson resolve virar homem-bomba: denuncia a existência de um esquema pelo qual o PT pagaria uma mesada a partidos políticos em troca de apoio político, o chamado mensalão PT.

**Julho de 2005 — Por mais que tente, o PT não consegue evitar o desdobramento das denúncias.** Acabam sendo criadas três CPIs para investigar esquemas de corrupção no partido. José Dirceu, apontado como mentor do mensalão, deixa a Casa Civil.

**Julho de 2005 — José Adalberto da Silva é flagrado no aeroporto de São Paulo tentando embarcar carregando dólares escondidos na cueca.** Ele é assessor do deputado estadual José Nobre Guimarães, irmão do presidente do PT, José Genoino. Pressionado pela denúncia, Genoino deixa o cargo e a candidatura para um novo mandato. Em seu lugar, assume Tarso Genro.

**Agosto de 2005 — As investigações sobre o mensalão apontam para a responsabilidade de 18 deputados federais, incluídos em relatório das CPIs dos Correios e do Mensalão.** Sete são do PT: José Dirceu (PT-SP), João Paulo Cunha (PT-SP), Professor Luizinho (PT-SP), Paulo Rocha (PT-PA), José Mentor (PT-SP), Josias Gomes (PT-BA) e João Magro (PT-CE).

**Setembro de 2005 — Surge a denúncia de que Severino Cavalcanti recebia uma mesada do empresário Sebastião Buani para explorar os restaurantes da Câmara.** Praticamente isolado, o PT fica fora do pedido de abertura de processo de cassação contra ele.

**14 de setembro de 2005 — A Câmara aprova a cassação de Roberto Jefferson.** A votação adota para a tendência de que os demais envolvidos, incluindo os sete petistas, também correm risco de perder os seus mandatos.

**O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE.** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Que se abra o mistério da esfinge”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 18 de setembro do corrente.

O artigo mostra que “depois de tantos anos de pregação moralista é hora de o povo brasileiro proscrever atitudes e comportamentos dessa espécie de gente e se acautelar com os pregões de falsos milagreiros. Quem suporia que atrás dessas promessas de ética e respeito à coisa pública se escondia o demoníaco plano de arrombamento do caixa da nação. É escusado dizer que o Senhor Lula não é o inocente que se posta como santinho do pau oco. Só um tolo acreditaria que o mar de lama que circundou o Palácio

do Planalto e o congresso Nacional não tenha sua gênese nele próprio, versátil no falatório da embromação e abstêmio no cumprimento do dever de seriamente governar o país”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Matéria referida:

“Que se abra o mistério da esfinge.”

OPINIÃO

# Que se abra o mistério da esfinge

MAURÍCIO CORRÊA  
Advogado

**C**om a eclosão das revelações oriundas das gravações das conversas de Maurício Marinho pego com a mão na massa recebendo propina de empresários, abriu-se caminho para instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída para apurar as irregularidades cometidas pelo ex-fazendeiro sinalizado acidente de percurso, gravas ao qual se escancaram as portas para as descobertas da sujeira do governo federal. Em seguida, com depoimentos cada vez mais estrepitosos e bombásticos, chegou-se a imaginar que o país estava despencando desfiladeiro abaixo. Na miscelânea de personagens, confundiam-se servidores do governo, o presidente da república, os partidos parlamentares, o Partido dos Trabalhadores, representado, institucionalmente, por sua direção nacional.

A partir daí, sucederam-se duas outras CPIs — a da Compra de Votos e a dos Bingos. Apesar do desânimo que tomou conta de muitos, ninguém pode concluir que nada resultará do denso acervo de documentos reunidos, nem que o resultado final do Orçamento positivo até agora contabilizado é, todavia, ainda muito modesto comparado ao tamanho do arrombamento feito nos cofres públicos do país. Uma coisa parece certa: Muita gente vai ter que responder pelo recebimento de valores que não constam de suas declarações de renda. O que não se sabe é se, quando for promovida a cobrança, ainda terão recursos para se defender ou para soltar os débitos. Mas, pelo menos, valeu a pena que a sujeira tenha vindo a público.

Também não se pode negar que outras cassações de mandatos deverão ocorrer, além da de Jefferson. Como a todos é assegurado direito de defesa, evidentemente que os processos terão que obedecer ao ritmo processual, que, exaurido, permitirá o julgamento. Fazendo desse julgamento. Em hipóteses como essas, mais contam as violações éticas da quebra do decoro parlamentar do que propriamente a materialização do crime comum, que sujeita os infratores a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, por disporrem do fato por prerrogativa de função.

Até aqui, dois deputados do rel dos que servem no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados esperamente renunciaram aos seus mandatos. Seguramente outros poderão seguir a mesma trilha. Só resta ao eleitor, doravante, caso os renunciantes disputem novamente o mandato, proceder ao julgamento final da cassação pelo voto. Além desse pequeno saldo colhido, não se pode esquecer que muita coisa tem vindo a tona exclusivamente no bojo da erupção de

circunstâncias nascidas das investigações em andamento.

No sumário passado, novo fato surpreendeu o país com relação ao financiamento das últimas eleições municipais em Goiânia, a envolver o então prefeito do PT, candidato à reeleição e, até mesmo, o próprio irmão do ministro da Fazenda, hoje diretor da Eletrobrás. Sem dúvida, episódio deverá interecer apuração rigorosa para saber se há fundamento para a denúncia da delegada, que cobria sinistros em empresas estatais de eletricidade teria liberado recursos do caixa 2 destinados a alimentar candidaturas petistas.

Se a situação do presidente Severino era ruim com as denúncias do ex-gerente do restaurante do Anexo IV da Câmara e com os depoimentos dos garçons e mais, com a ação do Ministério Público, a presságio do conteúdo do entendimento do estabelecimento, imagine-se agora como está ante o pagamento do cheque da multa comprovado mediante recebimento efetuado pela secretaria. Se já havia material probatório suficiente à cassação do mandato por violação ao decoro e à dignidade parlamentar, não lhe resta mesmo mais nada senão renúncia ao mandato ou, então, a submissão ao traumático processo de cassação.

Malgrado tenham as CPIs possibilitado desvendar alguns desses lamentáveis desvios de condutas dos que se achavam ou se acham investidos em funções públicas, a grande expectativa é de que a verdadeira justiça ainda não se segredo que encobre o enigma da origem do dinheiro que patrocínio à patifaria armada pelo bando do PT e seu prepostos. Essa pessoa precisa pagar o preço do grande mal causado ao país.

Depois de tantos anos de pregação moralista é hora de o povo brasileiro, exasperado, desconfiar de todos os elementos dessa espécie de gente que se acautela contra os pregões de falsos milagreiros. Quem suporia que atrás dessas promessas de ética e respeito à coisa pública se esconde o demoníaco plano de arrombamento do caixa da nação. É escusado dizer que o senhor Lula não é o inocente que se posta como santinho de pau oco. Só um tolo acredita que o que o levou a esse que circundou o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional não tenha sua gênese nele próprio, versátil no falatório da embromação e abstêmio no cumprimento do dever de seriamente governar o país. Que se revele o mistério da esfinge.

Seria a maior frustração do povo brasileiro se as investigações em curso não indicassem os verdadeiros responsáveis pela imolação da pátria no altar da traição.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Em dívida com a reforma agrária”, publicada no jornal **Correio Braziliense** de 18 de setembro do corrente.

O artigo mostra que mais uma vez o Presidente Lula deixará de cumprir uma promessa feita aos seus eleitores. “O governo federal está longe de atingir a meta anual de assentar 115 mil famílias, em 2005. Mais distante ainda está de assentar os 140 mil previstos para o ano que vem”.

## Em dívida com a reforma agrária

O governo federal está longe de atingir a meta anual de assentar 115 mil famílias, em 2005. Mais distante ainda está de assentar os 140 mil previstos para o ano que vem. Boa parte dessa dificuldade está na falta de recursos para a desapropriação de terras para fins de reforma agrária. No primeiro semestre de 2005, apenas 12 mil famílias ganham terras. O número equivale a 10% do previsto inicialmente de 115 mil, e compromete a promessa feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de dar chão a 400 mil pequenos agricultores até o final do seu governo.

“Com a previsão do orçamento para o ano que vem, não temos dinheiro suficiente para cumprir a meta, assim como foi este ano”, afirma Fábio Pereira, assessor especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os recursos para 2006 somam pouco menos de R\$ 1 bilhão para a desapropriação de terras. Seriam necessários pelo menos R\$ 500 milhões, a mais. A equipe econômica teve que liberar mais recursos em 2005. Em julho, foram liberados R\$ 700 milhões. “Hoje temos condições de assentar 70 mil, mas ainda sobrou um dinheiro.”

De acordo com Pereira, a

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Em dívida com a reforma agrária.”

complementação de recursos e a única saída para o ano que vem. O ministério terá praticamente a mesma previsão orçamentária em 2006 que a deste ano. Houve uma queda de R\$ 100 milhões para o ano que vem dos quase R\$ 3 bilhões da pasta.

### Crítica

Apesar da opção dos movimentos sociais de poupar o governo e o presidente, o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) João Pedro Stedile cobrou o cumprimento dos compromissos fechados pelo Executivo. “É uma falta de ética. Estamos pedindo que o governo crie vergonha na cara e libere dinheiro para as desapropriações além de estabelecer uma nova linha de crédito rural”, provocou. “Este ano, seriam 115 mil famílias. Até agora, quase ninguém recebeu as terras.” O jeito é pressionar o governo.

No Pontal do Paranapanema, extremo oeste de São Paulo, os semi-terra deflagraram uma onda de invasões, batizada de “setembro vermelho”, como forma de pressão para acelerar a reforma agrária na região. As ocupações foram suspenso na quinta-feira passada, após a celebração de um acordo inédito que garantiu a libertação do líder José Rainha Júnior, preso no início do mês, e a revogação do mandado de prisão de outros coordenadores do movimento. (EK e PO)

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ao longo da última semana, a Bolsa de Valores de São Paulo experimentou sucessivos movimentos de alta, atingindo recordes históricos. Na quarta-feira, dia 21, a Bovespa ultrapassou a barreira dos 30 mil pontos – maior nível de todos os tempos. O volume de negócios foi extraordinário, o equivalente a 2 bilhões e meio de reais.

Tal desempenho pode ser explicado por um conjunto de fatores. Entre eles, destaca-se, com certeza, o bom momento do setor siderúrgico. Recentes relatórios de bancos de investimentos prevêem, por exemplo, um reajuste de mais de 10% para o minério de ferro nas próximas rodadas de negociação com siderúrgicas asiáticas, pois a demanda chinesa por esse minério continua a crescer.

De fato, Sras e Srs. Senadores, o cenário externo parece bastante favorável às empresas mineradoras. E não é possível falar de exploração mineral em nosso País sem mencionar a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), sobretudo no presente instante, que talvez seja o mais positivo de sua longa história de mais de 60 anos de existência. Justifica-se, portanto, o otimismo do diretor executivo da área de não-ferrosos, José Auto Lancaster de Oliveira, que assim se manifestou há alguns dias: “Estamos num céu de brigadeiro e temos de aproveitar essa fase”.

Mas qual é, exatamente, a atual “fase”? Nos últimos anos, a recuperação dos preços internacionais dos minérios tem sido expressiva. Nesse quadro, a maior empresa mineradora das Américas planeja investir cerca de 125 milhões de dólares em 2005. Trata-se de um valor que supera em 58,2% o orçamento de 2004. A Vale é a maior produtora e exportadora de minério de ferro e pelotas do mundo, mas pretende diversificar seu *portfolio* e ampliar a participação de outros minerais na sua geração de caixa. Se hoje, o minério de ferro responde por 80% da receita da Companhia, a projeção para 2010 é de que passe a corresponder a 65%.

Para se ter uma idéia do esforço e da ousadia pioneira da Vale do Rio Doce, menciono um dado divulgado por ocasião do XI Congresso Brasileiro de Mineração, ocorrido recentemente em Belo Horizonte, que dá uma noção do ritmo da pesquisa mineral em curso. Atualmente, os técnicos da empresa estão trabalhando em nada menos do que 400 mil furos de prospecção e sondagem de minerais nos 5 continentes! A Vale, conforme nota divulgada por sua assessoria de imprensa, tem interesse em 13 minerais, com destaque para níquel, cobre e carvão mineral.

Seguindo a estratégia de diversificação de produtos, em 2002 e 2003 a empresa realizou pesados investimentos na produção de cobre, na região de Serra dos Carajás, em meu estado natal, a ponto de inverter a posição do Brasil, que era a de importador do metal. O próximo passo da Vale é tornar-se um *player* mundial no mercado de níquel, estimado em 18 bilhões de dólares. De acordo com o presidente da Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, “a mineração é o foco da Vale e o níquel é um ativo importante para compor nossa carteira de produtos”.

Para consolidar tal objetivo, a CVRD acabou de fazer uma oferta de 669 milhões de dólares pela mineradora canadense Canico Resource Corporation. O principal ativo da Canico é o Projeto Onça Puma, de exploração de níquel no Sul do Pará. As reservas somam 168,9 milhões de toneladas e são consideradas as mais ricas em níquel do mundo. A produção prevista é da ordem de 60 mil toneladas/ano de ferro-níquel. Ao longo dos próximos quatro anos, serão requeridos investimentos totais de 1 bilhão e duzentos mil dólares, em duas plantas com capacidade para produzir 2,56 milhões de toneladas de minérios por ano. Esse valor equivale a todo o volume de recursos aplicado pela mineradora brasileira este ano no Estado do Pará.

As reservas nacionais de níquel são estimadas em 8,3 milhões de toneladas, o que coloca o País em oitavo lugar mundial. Quanto à produção efetiva, se somado o potencial do Onça Puma ao do Projeto do Vermelho, já desenvolvido pela Vale em Carajás, a empresa atingirá a marca de 106 mil toneladas/ano de ferro-níquel. Outros investimentos em níquel, a cargo de empresas nacionais e estrangeiras, em São Paulo, Piauí, Goiás e no Pará, no região do Araguaia, podem elevar significativamente a produção brasileira do metal, fazendo com que o País salte da décima para a quarta posição mundial.

Estudos dão conta de que a oferta internacional de níquel deverá ficar apertada pelo menos nos próximos três anos, o que torna estratégica sua produção. A demanda chinesa continua em alta, ao passo que os estoques permanecem enxutos. A combinação empurrou os preços da *commodity* para cima. Em 2000, estava em US\$8,6 mil a tonelada. Já em 2004 os preços chegaram a US\$13,8 mil. Senhor Presidente, se considerarmos que a cotação média do metal, até o ano de 2008, deverá oscilar entre US\$14 mil e US\$15 mil, com picos de até US\$20 mil, constatamos que a Vale realiza oportuno negócio ao investir em níquel.

Mais importante, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, é o fato de que ganha o Brasil. Até 2008, segundo levantamento realizado pelo jornal **Valor Econômico**, o País deve receber investimentos de pelo menos 2 bilhões e meio de dólares em projetos de exploração do níquel. Uma vez atingido o nível de produção almejado, as receitas com exportação irão contribuir sobremaneira com o esforço fiscal do Governo.

Cabe ressalvar, contudo, que a operação de compra da Canico ainda não está fechada. Executivos da empresa canadense deram declarações ambíguas na semana passada, ao passo que as ações da empresa na Bolsa de Valores de Nova York parecem ainda não ter chegado a um ponto de equilíbrio. Todavia, a intenção da CVRD de expandir seus negócios é louvável e merece nosso aplauso, além de reafirmar o compromisso assumido por seu presidente, Roger Agnelli, de aumentar o já considerável nível de investimento no Estado do Pará.

Sr. Presidente, tenho continuamente posto em relevo o papel fundamental da Companhia Vale do Rio Doce para o desenvolvimento da economia nacional e, em particular, para a economia do Estado do Pará. Porção significativa dos negócios da Vale está hoje sediada no Pará, e os investimentos da empresa tornaram-se vitais para o estado. Existe, portanto, uma situação de interdependência e, felizmente para ambas as partes, os propósitos têm convergido. Tal harmonia de interesses não se alcança sem comunicação, entendimento e cooperação constante entre a direção da empresa e o Governo. Com efeito, posso assegurar que é excelente o relacionamento entre a Vale e o Governo do Estado.

E nem poderia ser de outro modo, pois, de um lado, está uma empresa capaz de apresentar planos de investimento profundamente associados às metas de desenvolvimento social, que constituem, ao cabo, a função precípua do ente estatal. A Vale é uma empresa com responsabilidade social, e tem mostrado preocupação em instituir modelos de desenvolvimento sustentável e que permitam a inclusão social. Nas áreas onde atua, são feitos investimentos maciços em infra-estrutura, sobretudo em saneamento básico. A consequência é a melhoria da qualidade de vida das populações vizinhas, como se pode constatar, por exemplo, em Parauapebas, no sopé da Serra dos Carajás.

De outro lado, o Governo do Estado tem feito sua parte, sabendo oferecer as condições básicas para atrair investimentos e gerar riquezas. O Governador Simão

Jatene possui forte perfil empreendedor, ao mesmo tempo em que manifesta grande preocupação social. Trata-se de um dirigente experimentado, com perfil raro na vida política nacional, pois reúne a *expertise* do técnico e a sensibilidade política essencial para o exercício do cargo de Governador.

Sr. Presidente, quero congratular-me com a direção da Companhia Vale do Rio Doce, na figura de seu Diretor-presidente, Roger Agnelli, desejando-lhe sucesso no empreendimento. A CVRD é uma empresa que orgulha a todos os brasileiros, e certamente continuará a contribuir para o desenvolvimento econômico e social de nosso País. Quero, ainda uma vez, saudar o Governador de meu estado, Simão Jatene, exemplo de homem público e profundo conhecedor da realidade regional e nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar nesta sessão, de segunda-feira, 26 de setembro de 2005, coordenada pelo Secretário-Geral da Mesa, Dr. Raimundo Carreiro da Silva, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup>s e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

## ORDEM DO DIA Às 15:30 horas

1

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 23, DE 2005

(Proveniente da

Medida Provisória nº 252, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005, que *institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.250, de 26 de*

*dezembro de 1995, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.363, de 13 de dezembro de 1996, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 9.985, de 18 de julho de 2000, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.438, de 26 de abril de 2002, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador José Sarney

Prazo final: 13.10.2005

## 2

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2005 (Proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005)

**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005, que *prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.*

Relator revisor: Senador César Borges

Prazo final: 20.10.2005

## 3

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 254, de 2005 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 254, de 2005, que *revoga a Medi-*

*da Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.*

Relator revisor: Senador Wellington Salgado de Oliveira

Prazo final: 26.10.2005

## 4

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62 DE 2005

**(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)**

**(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)**

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.*

Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

## 5

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2005

**(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.*

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

## 6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 87, DE 2003  
(Votação nominal)**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

## 7

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE  
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004  
(Votação nominal)**

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

## 8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 12, DE 2003  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatoria Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

## 9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 59, DE 2004  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

## 10

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162,  
DE 2004-COMPLEMENTAR  
(Votação nominal)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões  
 – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e  
 – de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

## 11

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de*

julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

12

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

13

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973* (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

14

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.*

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

15

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

16

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

17

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

18

#### REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Rodolpho Tourinho.

19

**REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 54 minutos.)*

**PARECER Nº 16, DE 2005-CN**

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 29, de 2005 – CN, que “Altera o programa Gestão Pública para um Brasil de Todos, constante do Plano Plurianual para o período 2004-2007.”**

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Jackson Barreto**

**I. Apreciação****I.1. Histórico**

O Excentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 86, de 2005-CN (nº 501/2005, na origem), o Projeto de Lei nº 29, de 2005 – CN, que altera o programa Gestão Pública para um Brasil de Todos, constante do Plano Plurianual para o período 2004-2007, de sorte a promover alteração na ação 5310 – Assistência Técnica para Modernização da Gestão e Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE, mediante elevação de R\$150.000.000,00, nos recursos destinados a tal ação, com ajuste na meta respectiva.

A Exposição de Motivos nº 94, de 03-06-2005, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, esclarece, com devida fundamentação, que a alteração proposta pelo projeto de lei se destina a compatibilizar o PPA com o arranjo financeiro e previsão de gastos aprovada pela Cofiex, para o período 2005-2007.

Também esclarece tal Exposição de Motivos, que os ajustes na ação relativa ao PNAGE, se destina a

viabilizar seus propósitos de modernização administrativa dos Estados e do Distrito Federal, mediante integração das funções de planejamento, orçamento e gestão, com vistas à otimização dos gastos públicos e à compatibilização desses com os megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual, bem como ao aumento da capacidade do Governo na gestão das políticas públicas.

Cumpridos os trâmites aprovados para a apreciação da proposição, nos termos facultados pelas normas em vigor, coube-nos, pela designação da Presidência a honrosa incumbência de relatá-la.

Aberto prazo para a apresentação de emendas no período de 9 a 25-08-2005, este se encerrou sem que nenhuma dessas proposições fosse formalizada.

**I.2. Análise**

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de instrumento de ajuste do Plano Plurianual e teve sua tramitação orientada de acordo com as normas legais e regimentais que regem a apreciação da matéria pelo Poder Legislativo, tendo sido o projeto de lei remetido à apreciação da Comissão Mista Permanente a que se refere o Art. 166, § 1º da Constituição.

O objeto da proposição é complementar ao viabilizado pelo PLN nº 38, de 2005 – CN, aprovado em regime de urgência pelo Congresso Nacional no decorrer do mês de agosto próximo passado, dele se distinguindo apenas pela ação agora contemplada, pois aquele se referia à ação de interesse dos Tribunais de Contas e o presente a ação de interesse dos sistemas de planejamento e gestão das unidades federativas.

Quanto ao mérito nada a objetar, tendo em conta que a programação já se acha incluída no plano plurianual vigente e que as alocações específicas terão de se subordinar às leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias de cada exercício.

**II – Voto do Relator**

Do exame da proposição, verificamos que essa iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, Somos pela Aprovação do PLN nº 29, de 2005-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

É o Relatório.

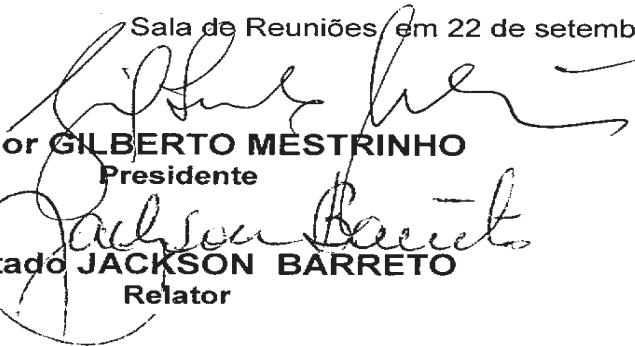
Brasília, 29 de agosto de 2005. – Deputado **Jackson Barreto**, Relator.

## CONCLUSÃO

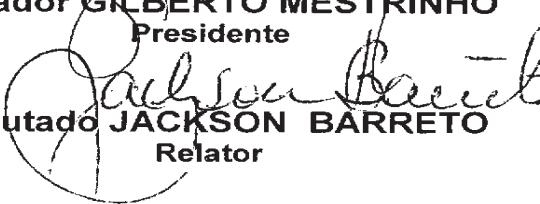
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Décima Sexta Reunião Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2005, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado JACKSON BARRETO, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 029/2005-CN. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Aelton Freitas, Augusto Botelho, Flexa Ribeiro, Geraldo Mesquita Júnior, Ideli Salvatti, João Capiberibe, João Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Valdir Raupp e Wellington Salgado de Oliveira; e os Deputados, Ronaldo Dimas, Terceiro Vice-Presidente, Almir Sá, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Assis Miguel do Couto, Bismarck Maia, Bosco Costa, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Devanir Ribeiro, Dr. Rodolfo Pereira, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Geraldo Thadeu, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Gustavo Fruet, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magalhães, João Magno, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Bittar, José Chaves, José Divino, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Laura Carneiro, Leodegar Tiscoski, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Luiz Piauhylino, Lupércio Ramos, Manato, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Márcio Reinaldo Moreira, Mauro Lopes, Miguel de Souza, Milton Monti, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Neyde Aparecida, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professor Luizinho, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Sílvio Torres, Vander Loubet, Waldemir Moka, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões em 22 de setembro de 2005.

  
Senador GILBERTO MESTRINHO

Presidente

  
Deputado JACKSON BARRETO

Relator

Agenda do Presidente do Senado Federal  
26-9-2005 – segunda-feira

11:30 – Gravação para o horário gratuito de televisão da Propaganda Eleitoral sobre o Referendo do Desarmamento.

Residência Oficial da Presidência do Senado Federal.

15:30 – Ministro Luiz Dulci, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

16:00 – Senhor Maurício Stolle Bähr, Presidente do Conselho de Administração da Tractebel Energia, acompanhado do Embaixador Johan Ballegeer, Embaixador da Bélgica no Brasil Senador Eduardo Siqueira Campos.

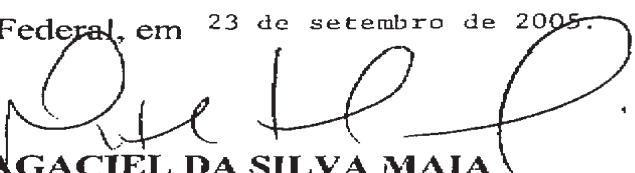
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3608 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014768/05-4**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA LUÍZA TAIANI BALASSA**, matrícula n.º 187000, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, a partir de 21 de setembro de 2005.

Senado Federal, em 23 de setembro de 2005.



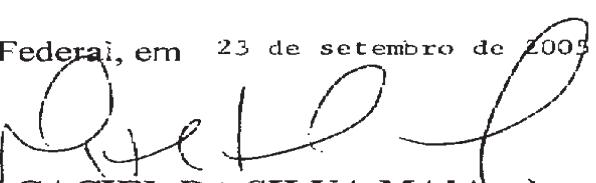
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3609 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e dos Processos ns. **014767/05-8 e 014769/05-0**,

**R E S O L V E** alterar a lotação da servidora **MARIA ONEIDE COELHO NOGUEIRA**, matrícula nº 189707, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Quarta Secretaria para o Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 23 de setembro de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3610, DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014760/05-3**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CAMILLA DE MELLO AMARAL**, matrícula n.º 169800, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 21 de setembro de 2005.

Senado Federal, em 23 de setembro de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3611 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **014761/05-0**,

**R E S O L V E** alterar o cargo, em comissão, do servidor **CLÁUDIO ROBERTO PIZARRO SCHUSTER**, matrícula n.º 189732, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Secretário Parlamentar do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 23 de setembro de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

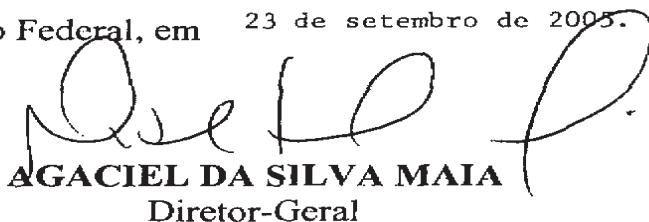
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3612, DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014772/05-1**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FELIPE TIBÉRIO TORRES DE MEDEIROS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 23 de setembro de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 3613 , de 2005**

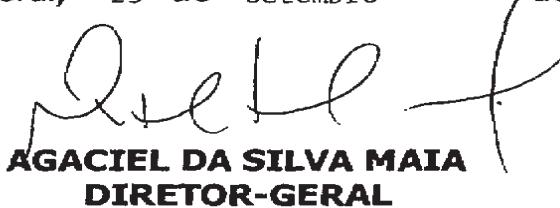
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a nova redação dada pela Resolução nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias, o prazo de vigência dos trabalhos da Comissão Especial instituída pela Portaria nº 74, de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de elaborar e implantar projetos informatizados, que possibilite acompanhamento da produção gráfica em cada equipamento industrial na SEEP.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de setembro

de 2005.



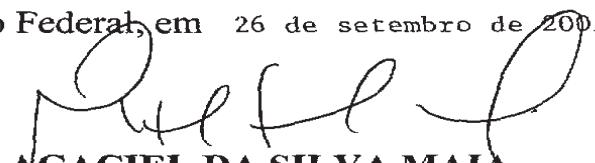
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**DIRETOR-GERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3614 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **014798/05-0**,

**R E S O L V E** alterar o cargo, em comissão, da servidora **ROSELI NAGEL**, matrícula n.º 175605, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Leonel Pavan.

—  
Senado Federal, em 26 de setembro de 2005.

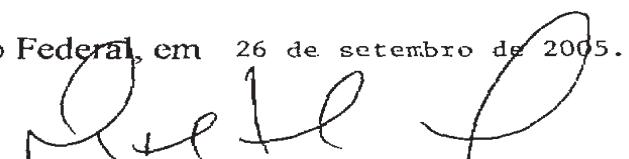
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3615 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014798/05-0**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WAGNER LÚCIO DE SOUSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Leonel Pavan.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2005.

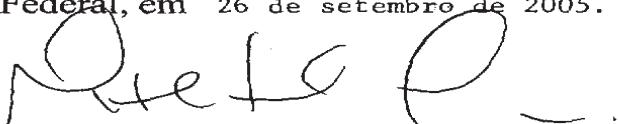
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3616 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014838/05-2**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS GUSTAVO LORETTI VAZ DE ALMEIDA BARCELLOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wellington Salgado.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3617 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014812/05-3**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ESNIDER COELHO OLIVEIRA JUNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Augusto Botelho.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 3618 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar a servidora ANA MARIA GIOVENARDI, matrícula 42290, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 01 de julho de 2005.

Senado Federal, 26 de setembro de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 3619 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor WALMIR DE CASTRO SANTOS, matrícula 40955, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 01 de julho de 2005.

Senado Federal, 26 de setembro de 2005.



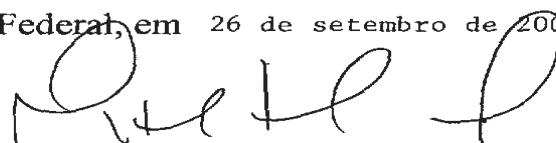
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 3620 , DE 2005

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **014798/05-0**,

**R E S O L V E** alterar o cargo, em comissão, do servidor **EZINALDO APARECIDO DE OLIVEIRA CAIRES**, matrícula n.º 183146, de Assistente Parlamentar, AP-1, para o de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Leonel Pavan.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
Nº 3621 , DE 2005

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/997, 35/2002 e 58/2003,

**RESOLVE:**

nomear **MARCOS ANTONIO DE CARVALHO QUEIROZ**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo AP-2, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 26 de setembro de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

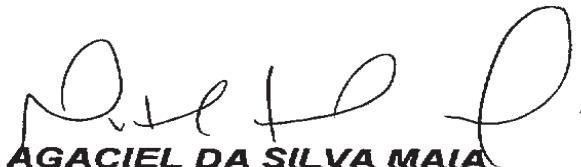
**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 3622 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/997, 35/2002 e 58/2003,

**RESOLVE:**

nomear **JAMES SAMPAIO CALADO MONTEIRO**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo AP-2, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 26 de setembro de 2005.



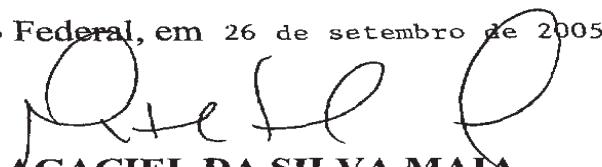
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3623 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014.827/05-0,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAURO CID NUNES DA CUNHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da 1º Suplência da Mesa Diretora.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2005



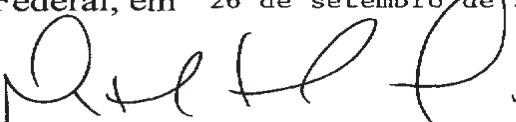
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3624 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014.565/05-6**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **THIAGO MEDEIROS SALEM** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Agripino.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2005



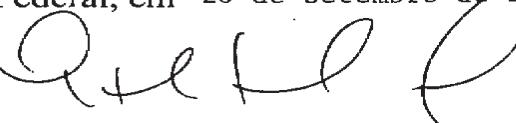
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3625 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014.566/05-2**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA JOSÉ OLIVEIRA GURGEL COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Agripino.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2005



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

## **COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52<sup>a</sup> LEGISLATURA)**

<b>BAHIA</b>		<b>PFL</b> Heráclito Fortes	
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
PFL	César Borges	PMDB	Garibaldi Alves Filho
<b>RIO DE JANEIRO</b>		PFL	José Agripino
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	<b>SANTA CATARINA</b>	
PL	Marcelo Crivella	PFL	Jorge Bornhausen
PMDB	Sérgio Cabral	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
<b>MARANHÃO</b>		PSDB	Leonel Pavan
PMDB	Ribamar Fiquene	P - SOL	<b>ALAGOAS</b>
PFL	Edison Lobão	PMDB	Heloísa Helena
PMDB	Mauro Fecury	PSDB	Renan Calheiros
<b>PARÁ</b>		PFL	Teotônio Vilela Filho
PMDB	Luiz Otávio	<b>SERGIPE</b>	
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	PSDB	Maria do Carmo Alves
PSDB	Flexa Ribeiro	BLOCO - PSB	Almeida Lima
<b>PERNAMBUCO</b>		PMDB	Antonio Carlos Valadares
PFL	José Jorge	PSDB	Gilberto Mestrinho
PFL	Marco Maciel	PDT	Arthur Virgílio
PSDB	Sérgio Guerra	PSDB	Jefferson Péres
<b>SÃO PAULO</b>		PDT	<b>PARANÁ</b>
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PSDB	Alvaro Dias
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	BLOCO - PT	Flávio Arns
PFL	Romeu Tuma	PDT	Osmar Dias
<b>MINAS GERAIS</b>		BLOCO - PT	<b>ACRE</b>
PL	Aelton Freitas	P - SOL	Tião Viana
PSDB	Eduardo Azeredo	BLOCO - PT	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	PDT	Sibá Machado
<b>GOIÁS</b>		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	
PMDB	Maguito Vilela	PDT	Juvêncio da Fonseca
PFL	Demóstenes Torres	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Ramez Tebet
<b>MATO GROSSO</b>		<b>DISTRITO FEDERAL</b>	
Sem Partido	Luiz Soarez	PP	Valmir Amaral
PFL	Gilberto Goellner	Sem Partido	Cristovam Buarque
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PFL	Paulo Octávio
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		PSDB	Eduardo Siqueira Campos
PMDB	Pedro Simon	PSB	Nezinho Alencar
BLOCO - PT	Paulo Paim	PMDB	Leomar Quintanilha
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PMDB	<b>AMAPÁ</b>
<b>CEARÁ</b>		BLOCO - PSB	José Sarney
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	João Capiberibe
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	PMDB	Papaléo Paes
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	<b>RONDÔNIA</b>
<b>PARAÍBA</b>		BLOCO - PT	Amir Lando
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Fátima Cleide
PFL	Efraim Morais	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	José Maranhão	PTB	<b>RORAIMA</b>
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		PDT	Mozarildo Cavalcanti
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Augusto Botelho
PMDB	Gerson Camata	PTB	Romero Jucá
PL	Magno Malta	PDT	
<b>PIAUÍ</b>		PMDB	
PMDB	Alberto Silva		

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente:** Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA  
**Vice-Presidente:** Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA  
**Relator:** Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

**Prazo Final:** 18.3.2005

**Designação:** 16.2.2005

## **COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

### **1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)\***

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

\* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
 E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE  
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS )</b>	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
 E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR  
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB  
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

\* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

\*\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
 E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**PRESIDENTE:  
VICE-PRESIDENTE:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
 E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:  
Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT  
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3111856 Fax: 3114646

E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT  
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:** Senador

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente  
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
 E – Mail: [cantony@senado.gov.br](mailto:cantony@senado.gov.br).

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mãe Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

**10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

# **CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

**(Resolução do Senado Federal nº 20/93)**

## **COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

**1<sup>a</sup> Eleição Geral:** 19.04.1995  
**2<sup>a</sup> Eleição Geral:** 30.06.1999

**3<sup>a</sup> Eleição Geral:** 27.06.2001  
**4<sup>a</sup> Eleição Geral:** 13.03.2003

**Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA** <sup>13</sup>  
**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES** <sup>2</sup>

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) <sup>10</sup>			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza <sup>13</sup>	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata <sup>11</sup>	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. (Vago) <sup>12</sup>		
PT <sup>1</sup>					
Heloísa Helena (P-SOL) <sup>14</sup>	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
PSDB <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) <sup>16</sup>		
Antero Paes de Barros <sup>17</sup>	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca <sup>7</sup>	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB <sup>1</sup> , PL <sup>1-15</sup> e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) <sup>9</sup>		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 4.8.2005)

### **Notas:**

<sup>1</sup>Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1º.2.2003.

<sup>2</sup> Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1<sup>a</sup> Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup>Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 1º.10.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 3.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>10</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 1º.10.2003, quando foi

<sup>11</sup> Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>12</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003, e pela Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE), no período de 18.9.2003 a 29.6.2004.

**da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.9.2003. O Senador João Alberto Souza encontra-se licenciado do cargo durante o período de 1º.6.2005 a 8.10.2005.

<sup>14</sup> Na Sessão de 29.1.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do

comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores. Em 4.8.2004, a Senadora filiou-se ao partido P-Sol.  
<sup>15</sup> Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.4.2004.

O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 3.8.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz

<sup>17</sup> O Senador Antero Paes de Barros encontra-se licenciado do cargo durante o período de 31.5.2005 a 28.9.2005.

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO<sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 8.7.2005

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5257  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001  
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – P-SOL
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – (sem partido)

Atualizada em 21.06.2005

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# **CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## **COMPOSIÇÃO**

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b>PRESIDENTE</b> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<b>PRESIDENTE</b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b>1º SECRETÁRIO</b> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<b>1º SECRETÁRIO</b> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<b>2º SECRETÁRIO</b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b>2º SECRETÁRIO</b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b>3º SECRETÁRIO</b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b>4º SECRETÁRIO</b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b>4º SECRETÁRIO</b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Deputado Fernando Ferro (PT-PE)	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b>LÍDER DA MINORIA</b> Senador José Jorge (PFL-PE)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</b> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 11.08.2005

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier  
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Philippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

**01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação**

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 - Comissão de TV por Assinatura**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

## **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

### **COMPOSIÇÃO**

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)**

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### **MEMBROS NATOS**

#### **Senador CRISTOVAM BUARQUE**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

#### **Deputado AROLDO CEDRAZ**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

### **SENADORES**

#### **TITULARES**

#### **SUPLENTES**

##### **BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)**

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

##### **PMDB**

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

##### **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)**

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

##### **PDT**

	1.
--	----

##### **P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)**

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

### **DEPUTADOS**

#### **TITULARES**

#### **SUPLENTES**

##### **PT**

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

##### **PMDB**

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

##### **Bloco PFL/Prona**

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

##### **PSDB**

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

##### **PP**

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

##### **PTB**

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

##### **PL**

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

##### **PPS**

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**  
**(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE**

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>  FERNANDO FERRO PT-PE	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u>  JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>  AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>  CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 11.08.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311- 5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY  
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

**Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>**

<b>Deputados</b>	<b>Senadores</b>
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 24.2.2005

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**

CNPJ 00.530.279/0005-49  
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900  
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### **DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### **PREÇO DE ASSINATURA ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### **NÚMERO AVULSO**

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### **ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



**EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS**